



República Federativa do Brasil

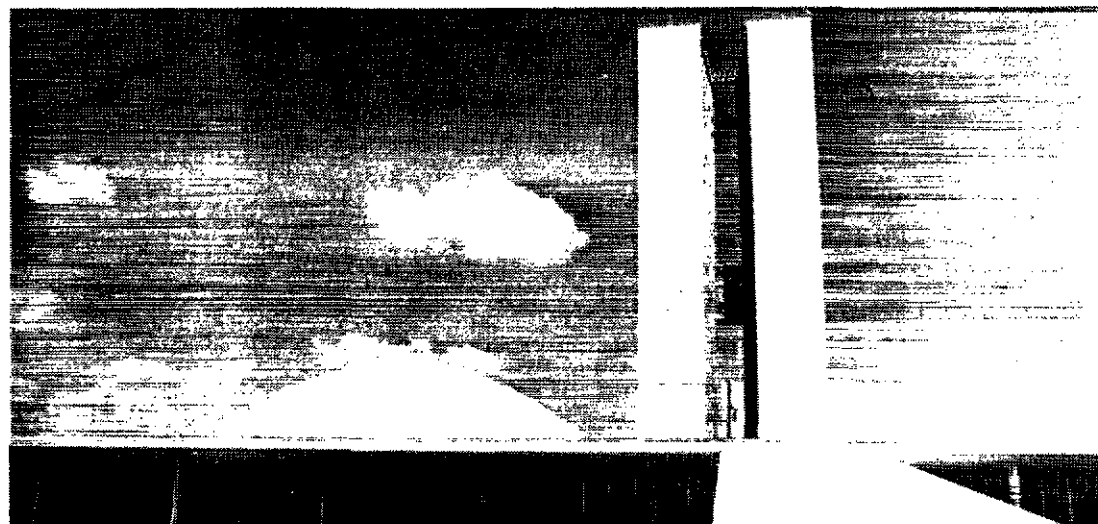
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 016

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1. — ATA DA 19ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO DE 1983

1.1. — ABERTURA

1.2. — EXPEDIENTE

1.2.1. — Comunicações da Liderança do PMDB

— De substituições de membros em comissões permanentes.

1.2.2. — Discursos do Expediente

SENADOR ADERBAL JUREMA — Posse do Governador e Vice-Governador do Estado de Pernambuco. Pensamento político do Sr. Roberto Magalhães e diretrizes para ação de seu Governo.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Atividades desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência — LBA.

SENADOR ALMIR PINTO — Artigo de Joelmir Betting, publicado no jornal *O Povo*, de Fortaleza, intitulado *Pagar ou parar a respeito da dívida externa brasileira*.

1.2.3. — Comunicação da Presidência

— Presença na Casa do Sr. Altevair Leal, suplente convocado em virtude do falecimento do Sr. Senador José Guimard.

1.2.4. — Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. Altevair Leal

1.2.5. — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALTEVIR LEAL — Homenagem ao Senador José Guimard, falecido recentemente.

1.2.6. — Comunicação da Presidência

— Referente a abertura de inscrições aos Srs. Senadores para interpelação ao Sr. Ministro da Fazenda.

1.2.7. — Comunicação

— Do Sr. Senador Altevair Leal, referente ao seu nome parlamentar e filiação partidária.

1.2.8. — Requerimentos

— Ns 381 a 384/83, de desarquivamento de proposições que mencionam.

1.3. — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 164/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (PR) a elevar em Cr\$ 236.037.296,38 o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Requerimentos nºs 161 e 162; 164 a 170; 172 a 184 e 189 a 193, de 1983. **Aprovados.**

— Projeto de Resolução nº 181/81, que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 436.643.800,00 o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação, após usarem da palavra os Srs. Alberto Silva, Carlos Alberto e Helvídio Nunes.

— Projeto de Resolução nº 11/82, que autoriza a Prefeitura

Ata da 19ª Sessão, em 21 de março de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nilo Coelho e Moacyr Dalla

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Murilo Badaró — Severo Gomes — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 34 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 17 de março de 1983

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 86 do Regimento Interno, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o nome do Senhor Senador Alfredo Campos para substituir o nobre Senhor Senador Tancredo Neves, tendo em vista sua renúncia a fim de ocupar o cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, nas Comissões Permanentes do Senado Federal, abaixo relacionadas:

- 1 — Constituição e Justiça, na qualidade de Suplente;
 - 2 — Distrito Federal na qualidade de Titular;
 - 3 — Municípios, na qualidade de Titular;
 - 4 — Redação, na qualidade de Suplente; e
 - 5 — Serviço Público Civil, na qualidade de Titular.
- Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Humberto Lucena, Líder do PMDB.

Brasília, 17 de março de 1983

Senhor Presidente

Na forma do disposto no artigo 86 do Regimento Interno, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência os

Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 288.499.100,00 o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 92/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caarapó (MS) a elevar em Cr\$ 40.600.000,00 o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 154/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

1.4. — DISCURSOS APOS A ORDEM DO DIA

SENADOR JOSE FRAGELLI — Defesa do consenso entre os partidos políticos como passo essencial para a reforma da Carta Magna.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Reivindicações do funcionalismo civil da União.

SENADOR PEDRO SIMON — Apelo endereçado ao Sr. Ministro da Fazenda em favor da revogação de decisão que determinou a sus-

pensão das operações da agência do Banco do Brasil no Município de Caxias do Sul — RS.

1.5. — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PROXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. José Lins, pronunciado na sessão de 7-3-83.

Do Sr. Almir Pinto, pronunciado na sessão de 18-3-83.

3. — RETIFICAÇÕES

Ata da 6ª Sessão, realizada em 8-3-83.

Ata da 9ª Sessão, realizada em 10-3-83.

Ata da 10ª Sessão, realizada em 10-3-83.

4. — MESA DIRETORA

5. — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6. — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 9ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN — Seção II — de 11-3-83, página 0281, 1ª coluna, no item 1,

Onde se lê:

1. — ATA DA 10ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

Leia-se:

1. — ATA DA 9ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

SUMÁRIO DA ATA DA 10ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN — Seção II — de 11-3-83, página 0283, 2ª coluna, no item 2,

Onde se lê:

2. — ATA DA 11ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

Leia-se:

2. — ATA DA 10ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

nomes dos nobres Senhores Senadores Alberto Silva e Affonso Camargo para, na forma de permuta, comporem as seguintes Comissões Permanentes do Senado Federal:

1 — Comissão de Minas e Energia:

Senador Alberto Silva — na qualidade de Titular
Senador Affonso Camargo — na qualidade de Suplente;

2 — Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas:

Senador Affonso Camargo — na qualidade de Titular
Senador Alberto Silva — na qualidade de Suplente.
Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Humberto Lucena, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As comunicações lidas vão à publicação, sendo feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Aderbal Jurema.

O SR. ADERBAL JUREMA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia em que Olinda, a antiga Capital do meu Estado, chega a ser, oficialmente, patrimônio mundial com a presença em terras pernambucanas do representante máximo dos serviços culturais da Unesco em Pernambuco, Olinda hospeda, hoje, Sr. Presidente, a Ministra da Educação e Cultura, Srª Esther Figueiredo Ferraz. Ao seu lado, estão o Governador Roberto Magalhães o ex-Governador e hoje Senador Marcos Maciel e o grande ausente-presente Aloísio Magalhães. Na presença de S. Exª o representante da UNESCO, aquela mui nobre e heróica vila do Brasil colônia passa para o acervo cultural da Humanidade com a chancela do mais importante órgão das Nações Unidas no setor cultural.

E neste dia, Sr. Presidente, que eu venho à tribuna não para evocar o nosso passado, porque ele está gravado na

memória dos pernambucanos que, como V. Exª, contribuíram para que Olinda passasse a ser patrimônio mundial, mas para tecer algumas considerações em torno da posse do Governador e Vice-Governador de Pernambuco, respectivamente, Professor Roberto Magalhães e Professor Gustavo Krause que, na Assembleia Legislativa do Estado, assumiram publicamente o compromisso de governar Pernambuco, fiéis à tradição de bravura, de honradez e de trabalho do povo pernambucano pelo Governador Roberto Magalhães, porque já antes S. Exª, em abril de 1982, lançou que foi pelo nosso Partido candidato ao Governo de Pernambuco num pleito memorável que as cassandras da oposição pública diziam ser uma causa perdida. S. Exª, naquela época, traçava com objetividade as suas diretrizes para a ação. E, Sr. Presidente, dizia o ainda jovem homem público que hoje governa o meu Estado:

“Pernambuco é desafio e conquista; desafio para superar os desníveis regionais, para diminuir os graus de pobreza urbana e rural, para assegurar o chão de cada um. Conquista de novas fronteiras econômicas, de novos avanços científicos e tecnológicos em harmonia com o nosso ambiente tropical”.

Assim falava Roberto Magalhães em abril de 1982 e afirmava que confiava nos valores da pernambucanidade nordestina, para conseguir que o seu Partido vencesse o pleito a 15 de novembro.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Com muita honra, meu Líder.

O Sr. Aloysio Chaves — Senador Aderbal Jurema, quero associar-me ao pronunciamento de V. Exª Em primeiro lugar, quando registra fato que constitui hoje uma efeméride histórica mundial, que é a transformação de Olinda em monumento histórico mundial pela UNESCO. Em Olinda, nós temos um dos berços da nossa nacionalidade, páginas memoráveis da nossa História foram escritas no chão pernambucano. Não se pode pensar na nossa independência sem recusar as vistas para o Es-

tado de V. Exª, onde essas lutas sempre foram sustentadas com amor, com patriotismo e com uma visão clara do futuro e do destino que estavam reservados a esta Pátria. E também pelo fato de assumir o governo do seu Estado um grande administrador, um jovem promissor político, que conhece profundamente os problemas de Pernambuco, mas que tem, também, uma visão sociológica abrangente de todo o drama que hoje atinge o Nordeste, nas suas raízes históricas, na luta ao longo de muitos anos contra a inclemência da seca, sobretudo na busca de soluções eficazes que ele anuncia, para pôr em execução durante o quadriênio de governo. Congratulo-me, portanto, com V. Exª como representante de Pernambuco, com o eminente Presidente desta Casa, com o Estado de V. Exª, por esses dois admiráveis eventos: Olinda, patrimônio histórico mundial, e o novo governo, cheio de esperança, mas pleno de realizações, sem dúvida, que hoje se inicia no Estado de Pernambuco.

O SR. ADERBAL JUREMA — Muito obrigado, Líder Aloysio Chaves. O seu aparte é uma síntese do que todos nós pensamos a respeito desses dois acontecimentos. Ele veio, sem dúvida, dar altitude ao meu pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, em suas “Diretrizes para a Ação”, dizia Roberto Magalhães, que:

“O apoio à pequena, média e microempresa é fundamental, pois se estas constituem fator de absorção de mão-de-obra, representam o segmento mais extenso da estrutura empresarial e são complementares às grandes unidades produtivas. E indeclinável o compromisso de apoio ao projeto complexo industrial portuário do SUAPE e ao projeto de aproveitamento racional dos recursos hídricos e de fortalecimento da estrutura econômica da área semi-árida, Projeto Asa Branca, em vista da plena convicção de que eles representam resposta ousada e corrente ao desafio do desenvolvimento de Pernambuco.”

Mais adiante, S. Exª fala no Projeto Viver, ora em execução na Zona da Mata e na Região Metropolitana. Diz também S. Exª que ao binômio saúde/educação deve ser dada a mais alta prioridade.

E, numa mensagem de otimismo, fugindo à onda de pessimismo que às vezes perturba as consciências mais firmes deste País, dizia Roberto Magalhães:

“O Brasil é um país que produz recursos capazes de proporcionar níveis de renda e de riquezas mais elevadas para todos, essa meta deve ser perseguida, através de uma política socialmente mais justa de investimentos públicos e privados. Pernambuco será um exemplo no esforço para alcançar esse objetivo.”

Tocava diretamente na revitalização da SUDENE, que há de ser preocupação fundamental num esforço válido e eficaz em favor do Nordeste. Dizia mais:

“Impõe-se a reforma do Sistema Tributário Nacional, objetivando proporcionar aos Estados e Municípios o conjunto de recursos necessários ao desempenho de suas funções sociais.”

E completava o seu pensamento dizendo:

“Não pode haver democracia sem instituições políticas estáveis e aperfeiçoadas.

A Democracia não se concretiza, portanto, só na realização de eleições, que devem ser livres. Ela implica a criação de corpos intermediários de participação política, na comunidade, nas associações, nos sindicatos, de modo a ampliar-se o conhecimento e o debate das questões que interessam a todos e a cada um.”

O Trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem sobre a terra, conforme está consignado em recente Encíclica papal.

Com essas idéias, o Professor Roberto Magalhães conduziu, com as lideranças de Pernambuco, conduziu o PDS a vitória. E ao receber da Assembleia Legislativa de Pernambuco, o nosso Estado, numa posse solene, Ro-

berto Magalhães reafirmou, as linhas traçadas nas suas admiráveis diretrizes para ação e disse:

"Estou certo de que a busca das soluções para os problemas que afligem nosso País passa pela via do diálogo político, baseado na franqueza e na mais autêntica consciência cívica, e deve desenvolver a participação solidária de todos."

E acrescentou:

"A honrosa função de governar o Estado, a mim conferida pela confiança dos pernambucanos, impõe múltiplos deveres, não apenas estabelecidos em lei, mas fixados, alguns, em minha consciência e identificados com as mais profundas aspirações da comunidade. Dentre estes começaria por ressaltar a contribuição para a consolidação e o aperfeiçoamento das instituições democráticas, que para mim se constituem numa prioridade absoluta."

E nesta ordem de idéias, S. Ex.^a, o Governador de Pernambuco, fiel às suas origens, como que ouvindo o eco dos séculos, daquele rincão onde nasceu a consciência política nacional, nos Montes Guararapes, onde nos integramos, pretos, mulatos, índios e brancos, formando os primeiros batalhões do Exército Nacional, e lá, da terra de Nabuco, disse Roberto Magalhães:

"Por isso mesmo, o projeto político do eminente Presidente João Figueiredo configura uma etapa essencial na evolução do quadro institucional do País, e consagra, na tessitura de sua implementação, a vontade responsável e amadurecida da sociedade brasileira."

Afirma, contrariando os demagogos em todas as épocas, que a Nação é o plebiscito de todos os dias.

Nessa ordem de idéias afirma o Governador de Pernambuco:

"Assim pretendo e assim farei, porque a Democracia não é simplesmente o povo nas ruas — e sim o povo conscientizado e participante."

E não esquece, como também nós não poderemos nunca esquecer, a nossa posição geoeconômica.

"A nossa região, abrigando mais de 30 milhões de brasileiros, participa com apenas 12% da renda nacional, e apresenta uma melancólica fisionomia de pauperização econômica e social, registrada em índices de qualidade de vida, nitidamente situados abaixo da média do País. Nela se encontra resistindo bravamente a intempérie e desafiando, por outro lado, a capacidade criadora do homem brasileiro, um dos maiores bolsões de pobreza do continente."

E conclui seu raciocínio:

"Impõe-se a necessidade de ampliar os mecanismos capazes de preservar a sociedade e a economia nordestinas das conseqüências da presente conjuntura. Esta é uma das razões por que tenho afirmado e reafirmado que o desenvolvimento do Nordeste é uma questão nacional, seja pela sua magnitude, seja porque representa um desafio à consciência cívica dos brasileiros."

Numa evocação a um dos governantes de Pernambuco, que passou para a História como um dos antecipadores das grandes metas de desenvolvimento neste País, escreve Roberto Magalhães:

"Valeria lembrar, a este respeito, a visão de estadista com que Agamenon Magalhães, na Constituinte de 1934 já preconizava tratamento diferenciado para as diversas regiões."

Dizia ele que "no Brasil a Federação tem base física, base regional e base geográfica, às quais correspondem condições econômicas peculiares". E concluía: "Há problemas de trabalho, de produção e de consumo que não podem ser resolvidos com uniformidade para todo o Brasil".

Hoje, Sr. Presidente, todos nós, V. Ex.^a, sobretudo, vez por outra assinalamos este fato, todos nós seguimos aquelas antecipações de Agamenon Magalhães. Nesse

sentido diz Roberto Magalhães: "O meu governo conferirá prioridade à execução de obras de mais imediato e maior alcance social, de acordo com a limitada disponibilidade financeira do Estado e que sejam suscetíveis de realização a curto e médio prazo". É disso que nós precisamos, de pés fincados na terra, Sr. Presidente, e não de olhos no horizonte que nunca alcançamos, porque todos nós conhecemos a magia da linha do horizonte.

Por isso é que eu me congratulo com Roberto Magalhães, quando ele diz, que, de acordo com a limitada disponibilidade financeira do Estado, conferirá prioridade à execução de obras que sejam suscetíveis de realizações a curto e a médio prazo e que viabilizem o atendimento das necessidades básicas da coletividade. É uma linguagem objetiva, direta, séria a do Governador do meu Estado, o ainda jovem professor Roberto Magalhães.

Por este motivo é que vim hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, para destacar alguns trechos dos seus memoráveis discursos proferidos na Assembléia Legislativa, quando empossado, e no Palácio do Campo das Princesas, quando recebeu das mãos limpas e laboriosas do sertanejo José Ramos, o Governo de Pernambuco.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre Senador, eu vejo com alegria V. Ex.^a falando com entusiasmo do Governador que começa a administrar o seu pequenino, rico e sofrido Estado. É preciso trazer essas notícias, é preciso que todos nós aqui, pouco a pouco, tomemos conhecimento do que começa a se fazer por esse Nordeste. E é preciso principalmente que esse Nordeste se una, e se una como um bloco, peça o que tem direito os seus quase 40 milhões de habitantes sofridos, sofridos demais e merecedores bastante do apoio desta Nação e principalmente do Governo atual. É preciso, Sr. Senador, que cada dia sejam trazidas notícias dos nossos Estados, que falemos dele, daquilo que ali se realiza ou daquilo que ali se procura realizar.

O SR. ADERBAL JUREMA — Agradeço a participação do Norte em meu discurso, através da palavra amiga do Senador Gabriel Hermes.

Mas, Sr. Presidente, fiel aos compromissos assumidos durante a campanha, lembra Roberto Magalhães, ao receber o Governo, como ainda há pouco disse, das mãos limpas e laboriosas do sertanejo de Araripe, José Ramos:

"Candidato, reiteradamente afirmei que entendia o poder como o mais eficaz instrumento de transformação social. Jamais o admiti como um fim em si mesmo. Nunca permitirei que, em minhas mãos, ele seja a negação da palavra do candidato."

Por isso, recordo, nesta solenidade, pensamento do inesquecível político nordestino que foi Djalma Marinho: "O êxito eleitoral é em si episódio e contingente. As vitórias se medem pela projeção dos valores criados pelo vencedor".

E, modestamente, consciente da sua investidura no comando de um dos Estados mais importantes deste País, importante pelo seu passado, importante pelo seu presente e, sobretudo, importante pelo que ele poderá nos assegurar de tranquilidade para as instituições no seu futuro:

"Aqui, ninguém é vitalício — diz Roberto Magalhães — mas nada se perde no tempo, pois a História sempre recolhe a lembrança daqueles que a honraram. Este salão nobre é testemunha de numerosos atos de transferência de poder, semelhantes ao que agora acontece. Atos de profunda relevância, pois se a política é a dimensão mais ampla e inextinguível da convivência em sociedade, a transmissão do poder, como manifestação da vontade majoritária, é a sua celebração por excelência."

E, fiel ao seu pensamento, que é o nosso pensamento, Sr. Presidente, o nosso pensamento, o pensamento polí-

tico de Pernambuco, de Roberto Magalhães, Pernambuco não se pode omitir em defesa dos seus interesses mais legítimos:

"Tem o dever de lutar, no livre jogo democrático, empenhando o peso do seu prestígio e de suas lideranças, para que lhe seja assegurada participação nas grandes decisões nacionais, notadamente aquelas que se relacionem com o Estado e a Região. Outra não é a imposição do seu passado e a exigência do seu futuro."

Sr. Presidente, não quero me alongar mais neste discurso que apenas assinala a investidura de um novo Governador que tem procurado, através da palavra escrita e da palavra falada, dialogar com o povo, com a classe política e com os mais desfavorecidos. Temos que, desta tribuna, enviar, não a Roberto Magalhães, mas ao povo pernambucano as nossas congratulações, porque soube escolher e nós confiamos que ele não desmerecerá o Governador do tempo presente que se projetará na história do futuro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Depois de quatro anos de tenaz e patriótico desempenho, como Chefe do Poder Executivo, no sentido de resolver os problemas básicos da Nação, além de quotidianamente engajado na luta contra os impactos da inflação, das crises econômico-financeiras, das tensões geradas pela dívida externa, pelo desemprego e pelas ameaçadoras perspectivas de uma conjuntura de fatores negativos, o Presidente João Baptista Figueiredo não se desviou, nem esqueceu, por um instante sequer, das diretrizes norteadoras de seu Governo desde 15 de março de 1979.

E, em todas as ocasiões, quando entende oportuno, reafirma os postulados de sua missão governamental, como por exemplo, quando, no Rio de Janeiro, declarou, em novembro de 1980:

"... tenho sustentado... que não haverá desenvolvimento digno de nossa Pátria se não estiver fundado na justiça. E que não haverá Brasil realmente próspero enquanto conviverem, lado a lado, a riqueza e a miséria. O desperício e a escassez. A abundância e a fome."

Fiel às suas convicções, o Presidente João Baptista Figueiredo demonstra, através de atos concretos, sua sinceridade e visão de estadista quando proporciona à Legião Brasileira de Assistência — LBA — além do máximo prestígio, e permanente apoio, os recursos necessários — no limite das disponibilidades do erário, — a fim de assegurar continuidade à prestação da assistência social às populações carentes em todas as unidades da Federação, mediante programas de desenvolvimento social e de atendimento às pessoas desvalidas.

A comprovação do tratamento prioritário que o Presidente da República confere à solução dos problemas situados nos segmentos da política social do seu Governo, encontra-se na Mensagem Anua enviada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, a 1.^a de março deste ano.

Nesse documento o Presidente João Baptista Figueiredo incorporou, embora concisamente, as conclusões e dados essenciais do relatório que lhe foi encaminhado pela ilustre Presidente da LBA, Léa Leal, cuja admirável, eficiente e incansável atuação à frente dessa benemérita instituição de assistência social que, criada em 1942, atingiu na sua fecunda gestão, dimensões excepcionais, muito embora os desafios a serem enfrentados ultrapassem os recursos disponíveis.

De qualquer forma, a LBA atingiu o ponto culminante de sua trajetória sob a direção lúcida e invulgar de Léa Leal que, incontestavelmente, muito tem contribuído para enaltecer a imagem e fortalecer o prestígio do Presidente João Baptista Figueiredo perante a opinião pública do nosso País.

Transcrevo, a seguir, os seguintes tópicos da aludida Mensagem, a fim de que os Srs. Senadores possam avaliar, nos termos concretos dos indicadores divulgados, o que significa a LBA para as faixas desassistidas e carentes da nossa população marginalizada:

"Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA)

No exercício de 1982, a LBA deu continuidade à prestação de assistência social à população carente, mediante extensa programação voltada para o atendimento às comunidades, independentemente de vinculação dos beneficiários ao SINPAS. Desenvolveu um conjunto de programas, projetos e ações que beneficiaram mais de 20 milhões de pessoas, com a alocação de recursos da ordem de Cr\$ 32 bilhões.

Em programas de assistência social geral à família, em atendimento comunitário de serviço social ao homem do campo, a LBA administrou os seguintes programas: Creches-casulo, Complementação Alimentar, Distribuição de Leite em Pó, Ações Básicas de Saúde, Educação para o Trabalho. Foram beneficiados por esses programas a quase totalidade dos Municípios brasileiros e os seguintes segmentos da população carente: menores de 0 a 6 anos, gestantes, nutrízes, idosos e outros em situação de pobreza absoluta ou de desemprego.

Em assistência social complementar concedeu auxílios e benefícios pessoais de caráter emergencial (cadeiras de rodas, próteses, etc.) a 950.000 pessoas.

O Programa Nacional do Voluntariado — PRO-NAV, mobilizando e motivando as comunidades, atendeu, em 1982, 3,1 milhões de pessoas, em 1.410 Municípios brasileiros, através de 564 Núcleos de Voluntariado, 3.209 Grupos de Voluntários e 90.100 Voluntários. É importante destacar que este programa vem sendo administrado pela LBA com investimento igual a zero, utilizando-se tão-somente o trabalho voluntário das comunidades voltadas para a promoção social das populações carentes.

Além desses programas, a entidade realiza seus objetivos também através de acordos e convênios com entidades privadas e públicas de assistência social, às quais a LBA repassa recursos, atuando somente na coordenação e supervisão dos programas."

O Sr. Moacyr Dalla — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª, eminente Senador Moacyr Dalla.

O Sr. Moacyr Dalla — Eminente Senador Lourival Baptista, é, sem dúvida, magnífico e, por todos os títulos, louvável, o registro que V. Exª faz nesta tarde. Nós que temos a felicidade de percorrer determinados Estados desta Federação, onde chegamos, sentimos que, efetivamente, a presença da LBA é sem dúvida, marcante. A sua Presidente, a Srª Léa Leal tem, através da sua inteligência, do amor ao próximo, procurado servir da melhor forma possível aquela instituição. É mister, é imperioso, que, numa tarde dessas, V. Exª fale do trabalho magnífico que essa Presidente vem desenvolvendo em todo o território nacional. Eu me congratulo com V. Exª por esta iniciativa e transmita à Casa as impressões que tenho colhido da ação administrativa da Presidente da LBA. Quero parabenizar a V. Exª, e que seja V. Exª portador das minhas homenagens à Presidente da LBA.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Exª, eminente Senador Moacyr Dalla, pelo seu aparte, pelos conceitos que faz a respeito da LBA e pelo apoio que dá a sua ilustre Presidente. O aparte de V. Exª em muito enriquece o nosso pronunciamento.

Sr. Presidente — posteriormente, o ilustre Ministro Hélio Beltrão, sensível aos imperativos da correção das iniquidades geradas pela penúria das populações marginalizadas, submeteu à aprovação do Presidente da República o "Projeto Alimentação Materno — Infantil", elaborado em conjunto pela LBA e Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social.

Justificando sua proposta, o Ministro da Previdência e Assistência Social acentuou o fato de que "a deficiência alimentar constitui significativa causa do elevado índice de mortalidade infantil no país, onde morrem, diariamente, mais de mil crianças com menos de 1 ano".

Os recursos adicionais solicitados pelo Ministro Hélio Beltrão, ao FINSOCIAL, foram calculados em 118 bilhões de cruzeiros destinados à LBA, a fim de que essa instituição possa atender, até meados de 1985, a mais de 1.350.000 brasileiros carentes das regiões metropolitanas — prioritariamente crianças até 3 anos, gestantes e nutrízes.

Destarte, com a ajuda do FINSOCIAL, a LBA tão bem dirigida por Léa Leal — que tem recebido permanente apoio do Ministro Hélio Beltrão pelo trabalho que desenvolve, — poderá ampliar e consolidar dois dos seus projetos básicos: Complementação Alimentar e Creches-Casulo.

Do total, Cr\$ 29 bilhões, 581 milhões serão empregados de julho deste ano a julho de 1984, e os restantes Cr\$ 88 bilhões 367 milhões, de julho/84 a julho/85, sendo que metade da população a ser beneficiada será nordestina.

São estas as primeiras parcelas de recursos que o FINSOCIAL destinará ao Ministério da Previdência e Assistência Social, as quais seguir-se-ão outras, para a assistência rural e expansão de medicamentos essenciais da Central de Medicamentos na periferia dos grandes centros urbanos.

Em conclusão, desejaria citar palavras da Presidente Léa Leal que resumem toda a filosofia da LBA, pronunciadas no Rio de Janeiro, em dezembro de 1980:

Estou certa, porém, de que, um dia, a LBA, que é casa do pobre, do desvalido, do marginalizado social, estará realizando um atendimento de forma integral e abrangente, não deixando sem resposta quem quer que venha até ela em busca de compreensão e ajuda... E posso lhes assegurar que, com a sensibilidade social e a firme determinação que caracterizam o Presidente João Figueiredo... este dia fica cada vez mais próximo."

(Muito Bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A situação econômica do País é indistintamente muito difícil.

Pelos jornais, estações de Rádio e Televisão, o coro é um só: dificuldades imensas para o erário nacional; obstáculos e mais obstáculos de natureza econômica, a serem ultrapassados com sacrifícios ingentes, para conseguir a liquidez de compromissos financeiros inadiáveis como o fechamento do balanço de pagamento além de juros dos empréstimos contraídos com os bancos internacionais.

Em resumo: — a luta sem trégua, na área da economia, para amortização da dívida externa.

Recorreu a Nação ao remédio heróico — o FMI.

Para concessão de um empréstimo aproximadamente de US\$ 5 bilhões de dólares, para que tal acontecesse, foram exigidas condições normativas para o desempenho da atividade financeira da Nação, restringindo despesas orçamentárias e gastos adiáveis, o que permitirá o Governo Federal cumprir os compromissos internacionais e atingir a um superávit de US\$ 6 bilhões de dólares.

Pelo apurado dos meses de janeiro e fevereiro, se bem que não sejam bons para as nossas exportações, não chegamos aos US\$ 400 milhões de dólares, quando a média mensal deverá ser a de US\$ 500 milhões de dólares mensais.

Aguarda-se, com esperança, que os meses subsequentes melhorem a "performance", mas, para que tal aconteça será necessário um bom desempenho das nossas exportações com uma significativa diminuição das importações.

Acontece, no entanto, que se impõe, com urgência, a desburocratização de setores responsáveis pelas nossas vendas ao exterior.

Não sou economista, gosto de ler assuntos econômicos para ir me inteirando de como andam as coisas em relação à nossa economia, face ao desempenho do nosso mercado interno e externo.

Mas, Sr. Presidente, praticamente, hoje eu me inscrevi para comentar um artigo muito bem lançado, por um economista, lá do meu Ceará. Esse artigo vem inserido no Jornal "O Povo", de Fortaleza, sob a epígrafe: "Pagar ou parar". É um trabalho que merece meditação e que eu peço permissão para ler, porque, inclusive, quem não estiver de acordo poderá dar sugestões. Sempre ouço aqui, no Senado Sr. Presidente, vez por outra, quando se discute a dívida externa do Brasil, é que o Governo está lutando, para encontrar meios que compatibilizem a ação governamental, no atendimento dos nossos credores, rolando a nossa dívida, jogando um pouco mais para frente, as obrigações a pagar. Acontece que alguns Senadores, homens que reconheço de alto conceito, entre os economistas brasileiros, advogam, nesta Casa, a Moratória. Tenho em meu poder um trabalho em que a Moratória é considerada a Eutanásia — a morte da nossa economia. Então, eu pediria licença para ler o artigo do jornalista Joelmir Betting no jornal *O Povo* vasado nos seguintes termos:

Pagar ou Parar

Quem defende a moratória da dívida externa para desatolar a economia brasileira do brejo no colapso interno, não sabe do que está falando. Se sabe está blefando.

Moratória é eutanásia: a fuga da doença pelo túnel da morte. Até prova em contrário, nossa doença ainda tem cura. Basta corrigir o diagnóstico e acertar a mão na terapêutica. De preferência, com vasta margem de paciência: a cobertura dos vazios do sistema e correção dos desvios do modelo exigem o prazo mínimo de uma geração.

O rumo é mais importante que o ritmo.

Moratória vai bem para quem não tem mais nada a perder. Não é o caso do Brasil, um país literalmente em construção, sociedade ainda por fazer.

A construção do Brasil não dispensa a importação de matérias-primas de bens intermediários e a tecnologia de vanguarda. E em regime de moratória declarada, não se pode comprar um único barril de petróleo no fiado. O racionamento sumário de todos os derivados começaria no mesmo dia. Diesel em primeiro lugar porque é o derivado que hoje "puxa" a importação do óleo bruto.

Claro, o Brasil ficaria dois ou três anos sem remeter um único dólar de pagamento da dívida, nos juros e no principal. Na contramão, não receberia um único dólar para financiar coisa alguma. E somos uma economia ainda dependente da ração suplementar da poupança externa de aluguel ou de risco.

Sem o suplemento da poupança importada, teríamos de cortar o investimento bruto em pelo menos um quinto.

Combinem o racionamento de óleo diesel com a redução de um quinto do investimento já enxugado e sintam o tamanho da recessão e do desemprego. E como a recessão em país subcapitalizado realimenta a inflação (e pela inflação é realimentada), eis o Brasil mergulhado nas profundezas da "estagnação". Nenhum sistema político, aberto ou fechado, suporta dois anos corridos de "estagnação" cavalgar. O fechado explode, o aberto fecha.

O setor mais duramente atingido pelo capotamento da moratória seria a massa crítica das empresas estatais. Elas trabalham com poupança externa e realizam projetos com dinheiro de aluguel e não com lastro de capital. Sem ter como reabastecer a caixa lá fora, elas teriam de apelar para o crédito aqui dentro. Então um crédito ainda mais curto, porque já reduzido de um quinto.

Das duas, uma. Tocada por poupança interna, a ilustre família das estatais não deixaria um tostão em banco para os negócios privados. A asfixia financeira das empresas em geral saltaria do custo exorbitante do dinheiro para o estancamento sumário do crédito bancário. E ter crédito, a qualquer preço é mais importante do que estocar duplicatas sem liquidez.

A recessão catastrófica começaria pelo setor privado, fisicamente banido do mercado financeiro pelos insaciáveis tomadores de chapa branca, com orçamento de custeio e investimento contabilizados em trilhões.

Para neutralizar a "quebradeira em cascata" das empresas privadas, fulminadas pela interrupção do "roll-over" de caixa (a qualquer taxa), o Brasil teria de interromper as obras públicas e desativar as estatais.

Neste caso, a recessão começaria pela máquina econômica do Governo, que responde por 71 por cento da formação bruta de capital no Brasil.

Opção da eutanásia vestida de moratória: enforcamento ou fuzilamento?

A proposta bem intencionada da moratória escapistista guarda uma leviandade política: os atuais governantes, nos Estados empossados anteontem, deixariam de herança para os futuros governos um Brasil economicamente dilacerado, socialmente implodido, politicamente envenenado. E o pior: tendo de pagar a dívida protelada pela moratória de 1983/86. Até porque, discute-se moratória e não calote.

Calote é outro departamento. Supõe um arranjo político em escala planetária, na linha da tal de "O-PEP dos endividados". Resta saber da viabilidade política de tamanho golpe: o Terceiro Mundo (mais o bloco socialista da Europa Oriental) acumula nos bancos e nos governos do Atlântico Norte uma dívida cruzada de US\$ 715 bilhões.

Esse dinheiro não é do banqueiro, é do depositante, do poupador, do acionista, do contribuinte e do eleitor. E lá, vota-se como eleitor, como contribuinte e como acionista.

Fica realmente difícil armar um calote universal de US\$ 715 bilhões. No mínimo, o sistema financeiro internacional quebraria da noite para o dia, interrompendo o intercâmbio mundial de bens e serviços em geral — a dano do Terceiro Mundo.

O colapso do investimento seria precedido do bloqueio do giro ou do estancamento da liquidez mundial.

A ruptura do sistema internacional seria resolvida a golpes de ogivas, mísseis e balísticos na guerra da retaliação final. Aliás, o Terceiro Mundo não tem balísticos, mísseis ou ogivas.

Sr. Presidente, muito a propósito, fiz a leitura deste artigo, bem lançado pelo jornalista Joelmir Betting, porque, não sendo eu economista, como disse, ouço muita coisa sobre a maneira de como o Brasil chegar a liquidez da sua dívida externa.

Discute-se, com muito acerto, acredito, aqui nesta Casa, o assunto; e, sempre acompanho os apertados do nobre Senador Luiz Cavalcante, nosso colega ilustre das Alagoas, que, vez por outra recorre ao seu Alcorão, com aqueles dados que ele coleciona, retirados da imprensa brasileira e oferece sugestões. Inclusive eu senti bem que, quando o Senador Roberto Saturnino abordava a idéia da Moratória, ele que dera, antes, apertados favoráveis ao discurso do nosso estimado e culto colega Roberto Saturnino, discordou no entanto, da Moratória preconizada por Saturnino.

Isto, porque, de acordo com o que li, pensamento de outro economista, a Moratória não é nada mais, nada menos do que uma eutanásia, e o Brasil ainda tem muito como sobreviver! Muito obrigado. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Encontra-se na Casa o Sr. Altevir Leal, suplente convocado da representação do Estado do Acre, em virtude do falecimento do titular, Senador José Guimard.

S. Ex.^a encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental.

E o seguinte o diploma enviado à Mesa



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, na forma do artigo 41, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977), combinado com o Decreto-Lei nº 1.543, de 14 de abril de 1977, e a Resolução nº 10.425, de 31 de maio de 1978, do Tribunal Superior Eleitoral, declara eleito 1º-Suplente de Senador o cidadão **Altevir Leal** que, na eleição realizada pelo Colégio Eleitoral no dia primeiro de setembro de mil novecentos e setenta e oito, em que compareceram **4 (quatro)** Deputados Estaduais e **16 (dezesseis)** Deputados das Câmaras Municipais obtiveram a votação nominal de **20 (vinte)** votos, conforme consta da Ata Geral de Apuração desta Assembleia Legislativa. E, para os devidos fins, é passado o presente extrato da ata, que servirá de DIPLOMA e vai devidamente assinado pela Mesa.

Sala das Reuniões Milton Maltos Rocha, Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 1º de setembro de 1978.

Assinaturas:
Nilo Coelho
Altevir Leal

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Designo Comissão formada pelos Srs. Senadores Mário Maia, Gabriel Hermes e Raimundo Parente para introduzir S. Ex.^a em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. *(Pausa.)*

Acompanhado da Comissão designada, dá entrada em plenário o Sr. Altevir Leal, que presta junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

"Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Declaro empossado Senador da República, o Sr. Altevir Leal, que integrará, no Senado, a representação do Estado do Acre.

A partir deste momento S. Ex.^a passará a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Altevir Leal.

O SR. ALTEVIR LEAL (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quero que minhas primeiras palavras nesta tribuna sejam de reverência à memória de um amigo, de um inesquecível homem público e de um dos maiores acreanos que acaba de deixar o nosso convívio. Refiro-me ao titular da cadeira que agora, pela segunda vez, ocupa neste plenário — o Senador José Guimard Santos.

Suas virtudes de cidadão, suas qualidades de profissional que honrou o Exército brasileiro e os ornamentos de sua personalidade como político, são traços que o Brasil inteiro conhece e que nós acreanos exaltamos como a síntese do homem verdadeiramente reto, íntegro e digno de ser imitado. Devotado inteiramente à causa que abraçou, José Guimard fez de sua vida uma constante pregação em favor da terra que é nosso patrimônio comum. Nascido em Santo Antônio do Monte, Minas Gerais, ele se transformou, pelo pensamento e pela ação, no mais acreano de todos os brasileiros, inspirando-se, Sr. Presidente, no exemplo eloquente de Plácido de Castro.

Seu amigo, seu seguidor e seu correligionário, é com profunda emoção e com uma sincera reverência que me curvo ao seu exemplo, certo de que ele servirá a inúmeras

gerações de brasileiros. Lamento apenas que minha presença nesta Casa, a partir de hoje, seja decorrência de ausência que procurarei preencher, na exata medida de meus poucos merecimentos. Sei, porém, que substituí-lo no plenário da Casa que ele tanto honrou será um título de glória em minha vida pública.

Não quero nem posso deixar de registrar, ainda, Sr. Presidente, a satisfação com que me vejo investido deste mandato, pela oportunidade de reiterar aqui minha admiração por poder participar, ainda que modestamente, da gloriosa obra de reconstrução nacional, iniciada pelo ex-Presidente Ernesto Geisel e continuada, de forma decisiva e eloquente, pelo Presidente João Figueiredo. Estou certo de que os desafios que Sua Excelência está vencendo, com serenidade e espírito público, asseguram ao honrado Chefe da Nação um lugar definitivo no processo histórico brasileiro. Participar dessa tarefa, dando-lhe meu incondicional apoio, é um compromisso que assumo publicamente, não só na condição de substituto do senador José Guimard, mas também como resultado de minhas convicções pessoais.

Os inúmeros companheiros que reencontro hoje, depois de quatro anos de ausência, certamente não de contribuir para que, juntamente com meus honrados colegas de bancada, os Senadores Jorge Kalume e Mário Maia, possa ser o porta-voz das mais sentidas aspirações de meu Estado. Espero também que a convivência com os novos senadores que aqui acabam de tomar assento, seja tão enriquecedora quanto o foi a minha primeira experiência no Senado da República.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex.^a um aparte, nobre Senador Altevir Leal?

O SR. ALTEVIR LEAL — Pois não, Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Amigo e companheiro Altevir Leal, de lides políticas em nosso Estado do Acre, no momento em que V. Ex.^a assoma à tribuna, investido do mandato parlamentar de Senador, substituindo uma das lideranças mais marcantes no cenário da República, e não só do Estado do Acre, eu, como amigo e conterrâneo de V. Ex.^a, embora pertencendo a um partido diferente do que representa V. Ex.^a nesta Casa, embora militando por mais de vinte anos em facções diferentes, quero, neste instante em que trago as boas-vindas a V. Ex.^a nesta augusta Casa, em nome do Estado do Acre e da representação do meu Partido, dizer que a responsabilidade de que V. Ex.^a se investe é muito grande, porquanto ela é a de substituir o inesquecível líder acreano, Senador José Guimard dos Santos. Como sabe V. Ex.^a e todos nós acreanos o sabemos, e esta Casa registrou inúmeras vezes a sua passagem fecunda sob este teto, José Guimard dos Santos era uma liderança incontestada, e não digo insubstituível porque os homens não são insubstituíveis, mas uma liderança muito difícil de ser substituída dentro do seu próprio partido no Estado do Acre. José Guimard dos Santos chegou jovem a nossa terra; mineiro de nascimento, fez-se acreano de coração, e representou o Acre com denodo e com fidelidade, quando o nosso rincão acreano ainda era um simples Território. Foi ele autor da lei que emancipou o Território passando-a a Estado do Acre. Aquela época, ainda jovem, tivemos a oportunidade de participar do grande debate autonomista em que se processavam as idéias e as ansiedades dos acreanos. Em decorrência do seu trabalho, da sua pertinácia, o Acre transformou-se em Estado. Hoje, nós acreanos representamos no Congresso Nacional, na Câmara Federal, no Senado da República, na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais, organização social de um estado que foi conquistado a duras penas, pelo denodo, pelo sangue, pela coragem e esforço do nordestino titânico, e que hoje encontra-se representando no Pavilhão Nacional como Estado do Acre. Quero prestar, ao me congratular com V. Ex.^a neste instante, como adversário que sempre fui de José Guimard dos Santos, a minha homenagem de reconhecimento a um dos mais ilustres adversários e homens públicos dignos que conheci em toda a minha vida. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. ALTEVIR LEAL — Senador Mário Maria, V. Ex^a sempre considerou todos aqueles companheiros que trabalham em prol do nosso Estado. Sempre disse que o Senador Mário Maia é um homem completamente diferente dos outros políticos. É um homem que sempre quis admirar o trabalho daqueles que merecem. Agradeço muito o grande elogio que V. Ex^a fez ao nobre companheiro José Guimard.

O-Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^a um aparte?

O-SR. ALTEVIR LEAL — Pois não.

O Sr. José Fragelli — Apenas para dizer da minha satisfação em ver que esta homenagem ao saudoso José Guimard é feita por todos do Acre, pelos seus companheiros de partido e por um eminente representante da Oposição, como o Senador Mário Maia. Eu dizia, agora mesmo, aos companheiros, que José Guimard, tendo sido interventor no então Território de Ponta Porã, ali conquistou não só os políticos como toda a população daquele território que foi extinto pela Constituição de 1946. E acrescentava que se aquele território não tivesse sido extinto, parece-me que José Guimard teria feito em Ponta Porã a carreira política que fez no Acre, porque S. Ex^a era uma figura que se impunha em todos os meios onde se encontrava, onde trabalhava, onde convivia, onde fazia política. Eu o conheci de perto, fui e sou dos seus admiradores, e não podia deixar, como matrogrossense, de fazer esta pequena intervenção, para prestar em nome dos mato-grossenses-do-sul, da região de Ponta Porã, a homenagem que aquela população, aquela parte do meu Estado deve à memória de José Guimard.

O SR. ALTEVIR LEAL — Muito agradeço, Senador José Fragelli, pelo conhecimento e o destaque que V. Ex^a fez do nosso inesquecível Senador José Guimard dos Santos.

Neste momento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, volto o pensamento para as terríveis angústias de minha terra, e desta tribuna digo aos meus conterrâneos que, nesta jornada, nada mais quero e nada mais aspiro do que servir-lhes com o mesmo empenho com que, durante mais de quarenta anos, lhes devotou a vida esse inesquecível brasileiro que, para honra minha substituiu no Senado da República. Que Deus me ajude neste sublime objetivo.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALTEVIR LEAL — Pois não.

O Sr. Aderbal Jurema — Em nome da Liderança do Partido Democrático Social, com assento nesta Casa, quero trazer a V. Ex^a a nossa mais restrita solidariedade ao discurso de V. Ex^a quando evoca figura ímpar do brasileiro José Guimard. Se o Acre deveu tanto a José Guimard, se o Acre estimou tanto a José Guimard, nós de todos os quadrantes da Federação admiramos José Guimard como um parlamentar brasileiro que servirá de exemplo às gerações futuras.

O SR. ALTEVIR LEAL — Muito agradecido nobre Líder.

Para concluir, que Deus me ajude neste sublime objetivo. Adianto aos companheiros desta Casa que voltei com o propósito de ajudar ao meu Estado. Aqui estou neste momento, para também pedir aos nobres colegas que me ajudem na luta pelo meu pobre Estado do Acre.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Tendo em vista o comparecimento, na próxima quarta-feira, neste plenário, do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Ernane Galvêas, a Presidência comunica ao Plenário que, a partir de amanhã, às 9 horas, estará aberta aos Srs. Senadores, a inscrição para interpelações a S. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 21 de março de 1983

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Acre adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Democrático Social.

Atenciosas saudações. — *Altevir Leal* — Assinatura por extenso — Nome parlamentar: Altevir Leal

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 381, DE 1983

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PRS nº 139/81, que "autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 615.170.500,00 (seiscentos e quinze milhões, cento e setenta mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada," feita a reconstituição do processo se necessária.

Sala das Sessões, 21 de março de 1983. — *Severo Gomes.*

REQUERIMENTO Nº 382, DE 1983

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PRS nº 13/82, que "autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 493.771.000,00 (quatrocentos e noventa e três milhões, setecentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada," feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 21 de março de 1983. — *Severo Gomes.*

REQUERIMENTO Nº 383, DE 1983

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 62/82, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 21 de março de 1983. — *Murilo Baduró.*

REQUERIMENTO Nº 384, DE 1983

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PRS nº 107/82, que "autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Investimentos Urbanos, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 21 de março de 1983. — *Severo Gomes.*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Os requerimentos lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia, nos termos do disposto do art. 279 do Regimento Interno.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Claudionor Roriz — Albano Franco — João Calmon — José Ignácio — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Amaral Furlan — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 164, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.019, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (PR) a elevar em Cr\$ 236.037.296,38 (duzentos e trinta e seis mi-

lhões, trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.020 e 1.021, de 1981, das Comissões:

— *de Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— *de Municípios*, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 164, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (PR) a elevar em Cr\$ 236.037.296,38 (duzentos e trinta e seis milhões, trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e oito centavos), o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 236.037.296,38 (duzentos e trinta e seis milhões, trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e oito centavos), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado a custeio de projetos e de investimentos para melhoria do equipamento urbano da área CURA II, abrangendo sistema viário, iluminação pública, recreação e áreas verdes, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 161, de 1983, de autoria do Senador Raimundo Parente, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 241, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinada a programação de investimentos naquele município.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto de resolução constante do requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 3:

Votação, em turno único, do Regimento nº 162, de 1983, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 245, de 1981, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares norte-americanos) destinada ao programa de obras viárias e ligações troncais daquele Estado.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será desarquivada e prosseguirá o seu curso normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 164, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 246, de 1981 que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinada a programas de investimentos do Estado.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 165, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 203, de 1981, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 23.801.336,00 (vinte e três milhões, oitocentos e um mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 166, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 36, de 1982, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução constante do requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 7:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 167, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 108, de 1982, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 1.534.085.100,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, oitenta e cinco mil e cem cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 8:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 168, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 109, de 1982, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 1.046.450.500,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução constante do requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 9:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 169, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 110, de 1982, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 39.930.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e trinta mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será desarquivada e prosseguirá o seu curso normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 10:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 170, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 120, de 1982, que autoriza a Prefeitura da cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução constante do Requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 11:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980, de sua autoria, que dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 96/80, continuará em seu andamento normal juntamente com o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1980, com o qual tramitava em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 12:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 173, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1980, de sua autoria, que dispõe sobre a colocação em caderneta de poupança de depósitos judiciais.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 13:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 174, de 1983, do Senador José Sarney, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1980, de sua autoria, que permite deduções no Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas,

para fins culturais, a partir do exercício financeiro de 1981, ano-base de 1980, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 14:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175 de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 149, de 1980, de sua autoria, que acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 15:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1980, de sua autoria, que dispõe sobre o funcionamento das clínicas que menciona.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 16:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 177, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 290, de 1980, de sua autoria, que altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 17:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 178, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 1980, de sua autoria, que acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 18:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 179, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1981, de sua autoria, que dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 19:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 180, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1981, de sua autoria, que dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 20:

Votação, em turno único do Requerimento nº 181, de 1983, de autoria do Senador Tancredo Neves, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 231, de 1981, que autoriza a Prefeitura de Machado (MG) a elevar em Cr\$ 153.625.500,00 (cento e cinquenta e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução constante do requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 21:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 182, de 1983, de autoria do Senador Guilherme Palmeira, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 238, de 1981, que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinada a programas de investimento daquele Estado.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução constante do requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 22:

Votação em turno único, do Requerimento nº 183, de 1983, de autoria do Senador Helvidio Nunes, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 22, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será desarquivada e prosseguirá o seu curso normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 23:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 184, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1982, de sua autoria, que acrescenta parágrafo ao art. 73 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 24:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 189, de 1983, de autoria do Senador Severo Gomes, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 112, de 1981, que autoriza a Prefeitura da Estância Turística de Itu (SP) a elevar em Cr\$ 443.100.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões e cem mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução constante do requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 25:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 190, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 251, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rubiataba (GO) a elevar em Cr\$ 2.800.500,00 (dois milhões, oitocentos mil e quinhentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será desarquivada e prosseguirá o seu curso normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 26:

Votação em turno único, do Requerimento nº 191, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 279, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuranga (GO) a elevar em Cr\$ 8.469.000,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 27:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192 de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 183, de 1981, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução constante do requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 28:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 193, de 1983, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do projeto de Resolução nº 244, de 1981, que autoriza o Governo

do Estado da Bahia a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinada a diversos programas de desenvolvimento naquele Estado.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de Resolução constante do requerimento voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 29:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 181, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.091, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 436.643.800,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil e oitocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.092, de 1981, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

Em discussão o projeto.

O Sr. Alberto Silva — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Alberto Silva, para discutir.

O SR. ALBERTO SILVA (para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não era meu propósito fazer qualquer espécie de impedimento ou restrição ao meu Estado, principalmente em termos de empréstimos, porque sabemos que todos os Estados estão em situação financeira muito difícil. Mas há poucos dias assistimos, pela televisão, e lemos nos jornais do País, declarações do novo Governador do Piauí, nas quais diz que o Piauí está em melhores condições do que outros Estados, não deve nada e que recebe o Estado em perfeitas condições. Entretanto, pede, através deste projeto, para elevar a dívida do Estado em mais de 456 milhões.

Eu gostaria de receber do Governo do Piauí uma informação completa sobre o nosso Estado. Afinal, o Estado deve ou não, como declarou o seu Governador no dia da posse?

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Alberto — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na verdade, eu gostaria até de enaltecer a atitude do Senador Alberto Silva quando, *la priori*, de maneira elegante, disse que não adotará posição contrária ao seu Estado aqui no Senado Federal.

É bem verdade que, devo dizer nesta discussão, o Governador do Estado do Piauí chegou a transmitir a todos que recebeu aquele Estado não com problemas, mas em condições. Mas isto não quer dizer que o Estado do Piauí não precise de recursos para a consolidação ou implementação de projetos que venham beneficiar o Estado.

Na verdade, entendo que todos os governantes que tomaram posse no dia 15 de março do corrente ano tenham um planejamento. Cada um traçou o seu programa de ação, o seu planejamento para os próximos quatro anos.

Quando o Governo do Estado do Piauí requer o respaldo desta Casa para consolidar, através de uma autorização, um empréstimo, é bem verdade que nós estamos antevendo que esse Governo está pensando em conseguir

maiores condições para a concretização de um programa de ação traçado para os próximos quatro anos.

E eu, aqui, na condição de Líder, gostaria de, neste momento, dizer que o Governo do Estado do Piauí necessita de recursos como todos os demais Estados, para progredir, e dar caminhos novos a esta Nação. E o Governador do Estado do Piauí evidentemente vai receber o respaldo desta Casa.

Faço aqui, apelo ao nobre Senador Alberto Silva, que, na discussão da matéria, enalteceu o Governo do Piauí, para que apoie esta iniciativa. É bem verdade que o governador do Piauí recebe a Casa em ordem, mas precisa de recursos para poder, dentro de um planejamento global, dar continuidade às grandes obras que vão tão somente favorecer ao Piauí e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES — (Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: Todos sabem que o nobre Senador Alberto Silva é um dos velhos políticos do Piauí, Estado ao qual já serviu quer como prefeito da sua cidade natal, Parnaíba, quer, mais recentemente, como Governador do Piauí.

Na discussão que S. Ex^a fez, há poucos instantes, do projeto ora em apreciação, S. Ex^a apenas relevou, o que é natural, as suas idiossincrasias, o seu posicionamento político, revelando por alto as razões pelas quais divergiu profundamente do ex-Governador do Piauí, o Sr. Lucídio Portella.

Mas, no encaminhamento da discussão, S. Ex^a não revelou o seu voto, não explicitou o seu posicionamento, que eu acreditei e julguei favorável à aprovação da matéria.

A Liderança do meu Partido, apesar da minha presença no plenário, sem me ouvir, eu que devo mais do que a Liderança conhecer os problemas do Piauí, não me consultou, não teve, sequer, um gesto de simpatia para com o seu liderado.

De maneira que, Sr. Presidente, para não ficar exposto perante a opinião pública do meu Estado, eu aqui estou neste encaminhamento, que não teria maior sentido não fosse a atitude da Liderança desconhecendo até mesmo a minha presença física, neste plenário.

Acredito, Sr. Presidente, que os nossos interesses no Piauí são maiores do que as nossas querelas e que tanto o Senador Alberto Silva como eu votaremos em favor da aprovação do pedido do Piauí. *(Muito bem!)*

O Sr. Alberto Silva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Eu quero aproveitar a oportunidade, já que fui citado nominalmente pelo Senador Helvídio Nunes, do meu Estado, para agora explicitar o meu voto e dizer a S. Ex^a que, realmente, os interesses do Estado estão acima dos nossos possíveis desencontros em questões políticas ou mesmo administrativas do Piauí.

Apenas, fiz uma referência, e agora aproveito para pedir ao nobre Senador Helvídio Nunes que faça gestões junto ao Governo do Piauí para que nos mande aqui a posição exata das finanças do Estado, a fim de que nem o povo, nem os seus representantes aqui nesta Casa do Congresso, fiquem em dúvida se o Piauí deve ou não deve. Eu quero repetir as palavras do Governador, no dia da posse, de que recebia o Estado sem dívidas. S. Ex^a foi muito claro.

É lógico que vou explicitar o meu voto e atendendo a essa colocação feita pelo Senador Helvídio Nunes, com a qual me solidarizo, por estar S. Ex^a presente e, melhor do

que o Líder da Bancada, deve saber dos interesses do Estado, agradecer a posição e dizer a S. Ex^a que voto com S. Ex^a na matéria do Piauí. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Srs. Senadores, vou quebrar um protocolo desta Casa, porque o meu espírito de nordestino é muito alto.

Sinto-me na obrigação de dar uma explicação ao nobre Senador Alberto Silva. Este processo rola no Senado desde 1981. O recurso será destinado ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, Hospital Psiquiátrico Arolino de Abreu, conclusão das obras dos Centros Sociais Urbanos de Regeneração e Valência e reforma e construção de equipamentos de centros de saúde.

O projeto inicial era de 200 milhões, já está em 512 milhões. Vejam que maldição o Nordeste paga. É um dinheirão do FAS, com dois anos de carência, juros de 6% ao ano e 10 anos para pagar. Estou falando porque é a alma nordestina. Ia fazer o apelo era ao Senado para aprovar este projeto, mas como o Senador Alberto Silva já antecipou o seu voto, o Presidente não vai pedir o voto, mas eu cabalaria o voto do Senador Alberto Silva se S. Ex^a dissesse que iria votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

O projeto está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 181, DE 1981

Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 436.643.800,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Piauí, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 436.643.800,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operações de crédito no valor total acima, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados a diversas obras na área de Saúde, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 30:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 30, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 288.499.100,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo)

Pareceres, sob nºs 31 e 32, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 288.499.100,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Curitiba, Estado do Paraná, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 288.499.100,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio do Desenvolvimento Social — FAS, destinada à ampliação da rede escolar de 1º grau, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 31:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 92, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 491, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Caarapó (MS) a elevar em Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 492 e 493, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 92, DE 1982

Autoriza a Prefeitura de Caarapó (MS) a elevar em Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Caarapó (MS), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à implantação de galerias pluviais, guias e sarjetas, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 32:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 154, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 862, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 863 e 864, de 1982, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e jurisdição; e
- de *Municípios*, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 154, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de galerias pluviais, guias, sarjetas e de uma unidade escolar no distrito de Nova Araçatuba, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está esgotada a pauta constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tudo indica que chegamos à segunda fase da abertura política. Será esta a terceira e última ou haverá ainda uma quarta ou uma quinta abertura? É o que todos nós nos indagamos.

O Senhor Presidente da República, na sua Mensagem ao Congresso Nacional e à Nação, quis propor aos Partidos políticos uma trégua. O Senador Franco Montoro, hoje governador de São Paulo, antes de assumir o seu posto declarou que “não basta uma simples trégua política que signifique imobilismo e continuidade da situação atual. O importante é a fixação de alguns pontos concretos de consolidação e avanço da abertura democrática, segundo, da luta contra a recessão”. Nessa declaração do eminente governador paulista, nós podemos e devemos distinguir dois pontos — um, político, que é a abertura democrática e, o outro, social e econômico, que é o combate à recessão.

Quer-me parecer, Sr. Presidente, que esta segunda fase da abertura política desdobra três linhas de ação frente aos Partidos políticos nacionais. Uma linha de ação seria admitir a eleição e a formação de uma Constituinte; a segunda linha de ação seria a eleição direta do Presidente da República e a terceira a reforma constitucional.

A Constituinte e a eleição direta do Chefe da Nação, segundo tudo o que a respeito se noticia muito mais orientação do Planalto, é no sentido de vetar, seja uma Constituinte, seja a eleição direta para Presidente da República. Restaria, portanto, como terceira linha de ação, a reforma constitucional.

A *Folha de S. Paulo*, num dos seus editoriais, lembrou que o PMDB, na campanha eleitoral, aceitou trocar a

sua primeira bandeira, a da Constituinte, pela tese da eleição direta do Presidente da República. Consoante as manifestações, repito, até agora conhecidas do Governo, nem Constituinte nem eleição direta para Presidente da República são pontos negociáveis no entendimento entre Governo e Oposição. Nem a Constituinte nem a eleição direta para Presidente da República serão postas na Mesa das discussões, dos debates, das negociações e das soluções. Restará, portanto, apenas a reforma constitucional.

A reforma constitucional, Sr. Presidente, é reconhecida e é aceita não apenas pela opinião geral, mas, também, nas áreas governamentais e pela maioria dos representantes do Partido oficial no Congresso. Esta é uma tese por todos admitida, mas é preciso considerar que, mesmo a reforma constitucional, só será possível havendo um consenso, um consenso amplo, Sr. Presidente. Primeiro, entendimento entre o próprio Governo e o seu Partido, naqueles termos em que Partido oficial e Planalto se entendam sobre os pontos da reforma, aceitos em comum, porque nós temos visto, várias vezes, não coincidirem os pontos de vista do partido do Governo com o Planalto ou de uma parte do PDS com a sua maioria e com o Governo. Tanto que foi preciso que a direção do partido majoritário apelasse para a fidelidade partidária, para o fechamento de questões, a fim de que o projeto e teses defendidas pelo Governo e pelo Partido majoritário não corressem o risco de cair no Congresso nas votações, como caiu a sublegenda. Então, como o objetivo deve ser esse, por todos nós querido, de uma reforma constitucional, a primeira condição me parece esta, de um entendimento perfeito entre o PDS e o Governo.

O Sr. Murilo Badaró — Permite V. Exª um aparte!

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Um momento, por favor. Mas esse entendimento, para que se chegue ao consenso em matéria de reforma constitucional, também é preciso que se registre na área das oposições que os partidos de Oposição devem chegar a um terreno comum nas reivindicações que têm e apresentam para a reforma constitucional. É preciso, portanto, que os partidos da Oposição se apresentem frente ao problema, da reforma constitucional, como um único partido. Que as oposições formem um corpo só, por sua vez, porque se isso não acontecer, elas correrão o primeiro risco de perderem batalhas importantes durante a discussão e votação da reforma constitucional, ou perderem até a oportunidade da reforma constitucional.

Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Murilo Badaró.

O Sr. Murilo Badaró — Senador Fragelli, eu comentei aqui com o nobre Vice-Líder, Senador Carlos Alberto, tomando como base a própria Ordem do Dia, onde V. Exª vai verificar esta coisa extraordinária. Existem cerca de 44 emendas à Constituição, na Ordem do Dia, à espera, por sua vez, de receber emendas. Isto é o sintoma mais evidente de que se torna absolutamente indispensável uma reforma na Constituição.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito bem, V. Exª tem razão.

O Sr. Murilo Badaró — De resto, o próprio número de emendas, cerca de 22, já agregadas à Constituição de 67, também identifica que há muitas correções a serem feitas no texto da atual Constituição, a começar pelo outorga que está no frontispício da Emenda nº 1. Mas, o que me causa espécie, e eu estou certo de que V. Exª também tem essa preocupação, porque foi um governador de Estado dos mais eficientes, com uma administração das mais fecundas, V. Exª há de notar que este assunto, via de regra, está sendo tratado com uma superficialidade — não é o caso de V. Exª e com uma conotação muito mais política do que jurídico-constitucional. Vou citar um caso: eu não vi ainda um homem da Oposição abordar, com a precisão e com a profundidade indispensáveis, o problema da reforma, naquilo que diz respeito a restabelecer a fisionomia da Federação, tão desfigurada por tantas leis, por tantos regulamentos, ao arripio da própria norma

constitucional. A mim me parece que é este o dado capital, não só restabelecer a fisionomia federativa, como estudar o problema do condomínio legislativo, para permitir que nesta nossa diversidade geográfica, cultural, econômica e física possam os Estados legislar supletivamente em muitas matérias que se ajustariam mais adequadamente às suas realidades locais. Mas, infelizmente, e é possível que isto seja até um pouco da nossa formação jurídica, para toda crise que há no País o apelo é sempre um só, é para a reforma constitucional, como se fosse uma panacéia, capaz de resolver todos os nossos males, sobretudo quando, muitas vezes, o mal maior está exatamente na nossa incapacidade de praticar a letra da Constituição e, principalmente, sermos fiéis ao seu espírito. Dou este aparte a V. Exª antes de tudo para homenagear a um Senador, como é o caso de V. Exª, sempre preocupado com temáticas desse porte, dessa envergadura, e para aderir à tese que V. Exª defende, de que é indispensável uma reforma da Constituição, para que nós possamos ajustar a nossa Carta Magna às realidades dos novos tempos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — V. Exª vai ver, no desdobramento do meu pobre pronunciamento, (Não apoiado) que a minha preocupação não é, ainda, e nem poderia ser, a de apresentar soluções, na reforma constitucional, como por exemplo, para esta difícil, difficilima questão do restabelecimento do equilíbrio federativo. Tenho lido alguma coisa a respeito, inclusive dois livros do seu conterrâneo, autor “A Democracia Coroada”, grande ensaísta político, historiador. E um outro livro, justamente, sobre os problemas da Federação do Brasil, do nosso Professor e ex-Líder Affonso Arinos, e outros. Lendo um pouco sobre essas questões, não só sobre o Brasil, mas por exemplo, sobre os Estados Unidos, nós vemos que lá também se clama contra o desequilíbrio federativo, contra a predominância da União, contra a soma de poderes, não só políticos, mas, sobretudo financeiros da União. É um problema difícil de ser solucionado. Mas, este como outro deverão ter uma solução melhor ou pior, mais ou menos feliz; esse problema deverá também, é lógico, fazer parte de uma reforma constitucional.

O que me preocupa, neste instante, Srs. Senadores, é que se faça uma reforma constitucional, e eu apelaria, aqui, para a clarividência desse eminente jornalista, hoje imortal, Carlos Castello Branco, que neste trecho de um de seus artigos, mostra a pertinência da discussão do assunto, neste momento, e a fixação de diretrizes pelos Partidos políticos e pelo Governo da República. Diz ele que a trégua política proposta pelo Chefe do País é, antes de tudo, uma questão de bom senso. Aliás, sempre achei que o bom senso deve predominar, deve predominar até sobre a inteligência, sobre o conhecimento, sobre a ciência, na condução da vida pública.

E ele diz, com toda razão: “ou se negocia...” — e chamaria a atenção de V. Exª, justamente porque a observação não é minha, mas é do eminente jornalista — “...ou se negocia para mudar, ou não se muda mais nada”.

É por isso que eu, embora defendesse, em tese, uma Constituição, a eleição direta para Presidente da República, pensando mais na estabilidade nacional, é que acho que devemos encontrar uma saída para o nosso problema político, porque entendo, como Fraga Iribarne, que o desenvolvimento político é a condição de todos os outros desenvolvimentos: o econômico, o social, tecnológico, o cultural e todos os demais. Se não dermos solução à questão do desenvolvimento político, não daremos solução nenhuma a qualquer dos outros aspectos do desenvolvimento.

E prossegue o jornalista:

“O Governo perdeu o controle da Câmara e a Oposição não o conquistou, pois, se tem maioria nesta Casa, não a tem no Senado e o poder de veto do Presidente neutraliza iniciativas legislativas hostis ao Governo.

Portanto, para chegar à segunda etapa de abertura é inevitável a negociação e o acordo. E para que a negociação chegue a acordo, é preciso que o Governo ceda em alguns pontos importantes. Porque não há — como disse o Senador a que nos referimos — mão única para a negociação política.

Então, o que afirmei e o que todos afirmam, o que afirmei de início é que todos afirmam: só podemos chegar à reforma constitucional através de um consenso, um consenso entre a força representativa do Governo no Congresso, porque é o Partido de V. Exs, e do próprio Governo, e um consenso entre as Oposições. E a terceira dimensão desse consenso, que é o entendimento entre o Governo e as Oposições.

Como eu acabei de afirmar, a minha preocupação é justamente com a solução política, porque delas vão depender todas as demais soluções nesta quadra de dificuldades quase intransponíveis para a Nação brasileira, e não apenas, para o Governo. O Governo que aí está representa o povo brasileiro.

O Sr. Murilo Badaró — A afirmação de V. Ex^a, já começa por aí, não encontra amplo consenso nas alas radicais do Partido de V. Ex^a. Quer dizer, V. Ex^a faz uma afirmação antimarxista, visivelmente antimarxista, doutrinariamente antimarxista ao admitir que o primado do político é que condiciona toda a estrutura da vida social que, de certa maneira, corresponde ao pensamento liberal, a todas as aspirações democráticas do Ocidente. Mas, já há no Partido de V. Ex^a outros pensamentos, que são respeitáveis do ponto de vista doutrinário, que estão absolutamente desajustados a essa conceituação de V. Ex^a. Estou de acordo com V. Ex^a que precisamos achar o consenso.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Se V. Ex^a me permite, não vejo essas dificuldades. Em primeiro lugar, porque o meu Partido nada tem de marxista.

O Sr. Murilo Badaró — Eu não disse que o Partido de V. Ex^a é marxista, eu digo que há...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Nada tem de marxista. E nem tem correntes predominantemente marxistas.

O Sr. Murilo Badaró — Também isto não está embutido na minha afirmação, nobre Senador.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Está V. Ex^a com essa finura do mineiro, insinuou.

O Sr. Murilo Badaró — Ao contrário, Ex^a, ao contrário.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Agora V. Ex^a, ainda com a habilidade do mineiro, quer fazer um recuo estratégico. Mas é preciso que as coisas sejam colocadas nos seus devidos lugares.

O Sr. Murilo Badaró — V. Ex^a está em boa companhia com os mineiros, porque estou vendo na sua mesa o livro do Professor Affonso Arinos e V. Ex^a citou dois livros do Professor João Camilo de Oliveira Torres, portanto, V. Ex^a está bem encaminhado nessa área, com os mineiros do lado.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Eu procuro aprender alguma coisa.

O Sr. Murilo Badaró — V. Ex^a é professor, não aprende nada aqui, ensina.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Nós mato-grossenses, na política do Estado, temos que aprender com os mineiros-matogrossenses, que são os cuiabanos, aqui representados pelo Senador Gastão Müller. E, no Brasil, todos nós, políticos brasileiros, temos que aprender com os mineiros de Minas Gerais.

O Sr. Murilo Badaró — V. Ex^a, aqui na Casa é professor.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Às vezes, até com os mineiros, vindos de outros Estados, como do Piauí.

O Sr. Murilo Badaró — O Senador Alberto Silva, por exemplo, estudou em Minas Gerais e o Senador Alexandre Costa também.

O Sr. Gastão Müller — Em Itajubá.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Não é à-toa que eles se encontram aqui no Congresso. Não apenas por serem piauienses e maranhenses, mas ...

O Sr. Murilo Badaró — Apenas para pedir a V. Ex^a que não cometa a injustiça de interpretar nas minhas palavras, de que eu terei feito uma afirmação de que o PMDB é um partido marxista. Eu não disse isso e nem penso isso. Ao contrário, eu acho que o PMDB é um partido fortemente comprometido com a democracia e com a liberdade.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado a V. Ex^a. Foi bom que eu não o tivesse entendido bem, para que se chegasse à conclusão que acaba V. Ex^a de pronunciar.

O meu pronunciamento hoje, Sr. Presidente, é para encarecer, sobretudo, essa necessidade de chegarmos a um entendimento para a reforma constitucional. Essa Carta que aí está, pela primeira vez na história do Brasil, não é Constituição nenhuma, ela veio de 1946, sofreu várias reformas através de atos institucionais e leis complementares da Constituição de 1967, que já foi um enxerto de uma série de atos do regime, e depois a própria Constituição de 67 foi inteiramente desfigurada pela edição de vários atos de caráter constitucional. Então, é como eu me expressei outro dia e um jornalista até reproduziu; eu comparo a Constituição Brasileira de hoje a um tecido já deteriorado, no qual não é possível fazer enxertos, porque, quando quisermos costurar uma emenda no tecido da Constituição ele se rompe. Esse tecido da Carta Constitucional não poderá ser reconstituído de maneira nenhuma. Não haverá habilidade cirúrgica de advogados, de constitucionalistas, de sociólogos, de políticos que possam remendar a Constituição, porque remendo não prega nesse tecido. Não queria usar o termo nesse tecido que se rompe por decomposição. Talvez o meu eminente colega médico, o Senador Mário Maia pudesse usar o termo preciso.

O Sr. Mário Maia — Necrosado.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Necrosado. Tecido necrosado, que não admite mais nenhuma recomposição. Então, a reforma constitucional deve ser, na verdade, uma nova Constituição. Já levantei mais de uma vez a ideia, Sr. Líder da Maioria, de que — é apenas uma ideia minha — devia ser nomeada uma comissão de alto nível para formular um anteprojeto de Constituição, o que é aliás a tradição brasileira, como nós sabemos, desde a Constituição de 1824. Quando da época da primeira Constituição do Império, depois que a Constituinte foi dissolvida pelo Imperador, formou-se uma comissão — aliás altamente competente — a qual criou uma constituição originalíssima. Única constituição original que este País já teve, a de 1824, a Constituição Imperial. A única e que nem por ter sido outorgada deixou de ser menos democrática que as demais.

Lembrei, aqui, o exemplo da Constituição francesa de 1875, que foi feita por uma assembléia que não era constituinte e que em seu bojo recebeu decisões dessa assembléia, mais realista do que republicana, algumas constitucionais e outras, não de caráter constitucional, simplesmente, de leis ordinárias que formaram a Constituição de 1875, que criou o parlamentarismo francês até a Segunda Grande Guerra Mundial.

O Sr. Aderbal Jurema — V. Ex^a permite?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Um momento.

De sorte que a questão formal — tenho dito sempre — a meu ver é secundária. A questão essencial é que se faça uma Constituição democrática, daí a minha nenhuma autoridade. Mas, a minha proposta é a de que se nomeie uma Comissão de alto nível, com representantes do Poder Executivo, do Congresso e de outros meios culturais do País. Um anteprojeto como sempre se fez e que, chegando todos a um ponto comum de entendimento, de acordo e de consenso, esse anteprojeto venha ao Congresso para ser votado.

Com muita honra concedo o aparte ao nobre Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema — V. Ex^a assinalou com muita precisão que, embora outorgada, a Constituição de 1824, foi uma das mais duráveis, uma das mais interessantes para o sistema democrático imperial. Em verdade, Ex^a, uma das coisas que mais me atraí é ler os Anais que precederam à promulgação da Constituição pelo Imperador; como os nossos representantes discutiam exaustivamente os capítulos da futura Constituição, tanto, que, quando D. Pedro, naqueles gestos inesperados, dissolveu a Constituinte, ele não teve condições morais de dissolver o texto Constitucional que já estava praticamente pronto e, depois, ele mesmo se viu na contingência histórica de outorgar a Constituição. De modo que é válido quando V. Ex^a sugere discutir o problema através — vamos dizer — não de debates parlamentares, mas através de uma comissão representativa. E válido, seria interessante que olhássemos para o Japão. V. Ex^a pronunciou há pouco a palavra consenso. Nesses casos que interessam à Nação, ao povo, devemos chegar a um consenso, para que não haja nem a ditadura da maioria, nem o esbulho da contribuição da minoria. E muito válido, portanto, o que V. Ex^a sugere.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — V. Ex^a falou com o bom senso a que se refere o jornalista Castello Branco, o bom senso do político com a experiência de tantas lutas, com a vivência de tantos triunfos e dissabores na trajetória da nossa história democrática, nos altos e baixos de nossa democracia. E é justamente para aproveitarmos experiências como as de V. Ex^a que deveríamos, ainda neste Congresso, votar uma nova Constituição.

Sempre há de se encontrar um meio de dar poderes constituintes a este Congresso.

O Sr. Aderbal Jurema — Dentro da própria Constituição esses poderes são configurados.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Perfeitamente. Mas, V. Ex^a sabe que este assunto está sendo muito discutido e que a ortodoxia constitucional levanta uma série de problemas sobre a legitimidade de uma Constituição feita por um Congresso ao qual dê poderes constituintes.

O Sr. Carlos Alberto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Essa questão formal, francamente, acho que deve ser posta de lado. Nós já temos sofrido tantos percalços na nossa vida política, que as formalidades, as teorias...

O Sr. Aderbal Jurema — E já faz tanto tempo que se falava no sexo dos anjos.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Perfeito. Essas ortodoxias doutrinárias devem ser deixadas de lado. Se formos recorrer a essa multidão de constitucionalistas, cada qual dando a sua lição sobre legitimidade, representatividade e tudo mais, nós não chegaremos à solução que o Brasil precisa que é de uma nova Constituição, que é para dar estabilidade à vida nacional.

Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Ex^a, Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Senador José Fragelli, na verdade, um homem na minha idade, aqui no Senado, ouvindo o discurso de V. Ex^a tem muito mais que ouvir do que apartear...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Não apoiado!

O Sr. Carlos Alberto — ... porque de V. Ex^a, acredito, tenho muito que aprender.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito pouco comigo. No Senado Sim.

O Sr. Carlos Alberto — Agora, é evidente. Digo com V. Ex^a e com todos os que compõem esta Casa, esta Alta Câmara do meu País. A verdade é que V. Ex^a sabe que, como um político jovem, mas talvez sendo aquele menino velho que gosta de entrar nos assuntos dos mais idosos, gostaria de participar deste debate amplo, promovido por V. Ex^a nesta Casa, porque ele interessa à Nação e V. Ex^a tocou num assunto, na tecla mais importante do tabuleiro político, hoje, que se chama consenso. Consenso, porque V. Ex^a há de convir que qualquer reforma,

hoje, que se pretenda fazer nesta Nação, ela só será possível, só será viabilizada se, na verdade, for através do consenso,...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Exato!

O Sr. Carlos Alberto — ... porque nós que fazemos o Partido do Governo temos uma ampla maioria, mas nós não detemos a maioria de uma Casa chamada Câmara dos Deputados. A maioria, na Câmara dos Deputados, é da Oposição, mas a Oposição não é monolítica. Nós, hoje, não falamos mais em Oposição, falamos em Oposições, porque a Oposição deixou de ser monolítica, deixou de ser coesa. Há várias tendências, inclusive dentro do seu Partido Político. Agora, entendo como assunto da mais alta relevância a discussão ampla em torno de uma Constituinte. Por que não? E eu, na qualidade de um jovem político, não tenho compromisso com o passado, tenho compromisso com o presente e com o futuro. Mas, é bem verdade, para que possamos viabilizar uma nova Constituição é preciso que haja o entendimento, que exista o diálogo. E no regime democrático o diálogo é essencial. Nós estamos hoje com dez governadores da Oposição, que tomaram posse no dia 15, próximo passado. Então, hoje, nós temos dez sócios, sócios da crise, mas sócios, também, do Poder. E para que nós possamos fazer...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — E das responsabilidades conseqüentes.

O Sr. Carlos Alberto — Todos nós agora somos responsáveis. Eu quero, tão-somente, dizer que este meu aparte é mais para aprender...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Não apoiado.

O Sr. Carlos Alberto — ... porque, com um Senador da estirpe de V. Ex^a, um Senador de 36 anos de idade tem muito que aprender. Então, aqui eu estou neste debate, nesta discussão, a mais ampla possível, com a participação do Senador Aderbal Jurema, inclusive fazendo a colocação correta, o Senador Murilo Badaró, que também, concorda com V. Ex^a em alguns pontos e eu concordo também, para que nós possamos dar, realmente, a grande contribuição para a verdadeira democracia, não a que nós queremos mas a que o povo quer e os diversos segmentos da sociedade estão também tentando e lutando para que esta democracia estável, com justiça social para todos, com os políticos tendo um maior poder de participação neste Governo, é preciso que haja entendimento. Entendimento! Eu concordo com V. Ex^a e advogado, também, o entendimento, para que possamos alcançar caminhos novos nesta Nação.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado a V. Ex^a. A participação de um jovem Senador de 36 anos só vem acrescentar muito à pobreza dos meus argumentos e da minha exposição...

O Sr. Carlos Alberto — Não apoiado.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — ... porque, se a V. Ex^a pudesse faltar um pouquinho de experiência e de trato de certas matérias há o entusiasmo e há, sobretudo, conhecimento da matéria de um estudioso jovem, porque, pelo menos, isso se passa comigo; quanta coisa que eu já soube e que hoje não sei; quanta coisa que eu estudei e já esqueci; quanta coisa que já passou. Eu nem sei se hoje eu sei tudo que já soube. Só posso dizer que tenho um pouco mais de experiência e de vivência no trato das coisas humanas e políticas e que, realmente, isso vale muito, sobretudo, porque, como Maritain, eu digo e repito o que eu disse há pouco, que mais vale o bom senso do que a sabedoria, do que os conhecimentos, do que a própria inteligência.

Se alguma coisa me ensinaram estes últimos anos, na atividade política, é que o bom senso deve ser predominante na solução de todos os problemas de uma sociedade, mais do que propriamente os conhecimentos.

O Sr. Carlos Alberto — E está na hora de haver bom senso, não é Senador Fragelli?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Perfeitamente.

O Sr. Carlos Alberto — Até porque está aí a palavra do Presidente João Figueiredo, a trégua anunciada pelo Presidente João Figueiredo e a trégua não é capitulação, mas é a verdade de que o Presidente Figueiredo quer dar uma parada, vamos para lá e para cá e vamos estudar o que devemos fazer, no meu entendimento. Então, nessa discussão que eu abordei agora há pouco com V. Ex^a, mostrando que as oposições têm maioria na Câmara dos Deputados; o PDS tem maioria aqui. Evidentemente que só através do bom senso é que poderemos reformar; é que poderemos fazer as grandes reformas em termo de futuro.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — E eu diria até um senso patriótico.

O Sr. Carlos Alberto — E está na hora!

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Perfeito!

O Sr. Carlos Alberto — De acordo com Geraldo Vandré, "quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito bem!

O Sr. Mário Maia — Permite, nobre Senador José Fragelli, que eu participe deste debate político que V. Ex^a, com tanta sabedoria, está nos brindando nesta tarde de segunda-feira?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Com muita satisfação meu caro companheiro.

O Sr. Mário Maia — Começo a entender, como um Opositorista, digamos assim, inveterado do sistema político que se instalou neste País em 1964, que, após passados esses anos todos, e lá se vão 20, começamos a trilhar caminhos que nos parecem convergir para a grande solução que todos nós desejamos. V. Ex^a aborda um assunto muito importante que é o da redemocratização do País na sua continuidade, oferecida através da abertura que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, colocou para a grande discussão, no cenário político nacional. E, estou vendo, neste momento em que voltamos nós todos, depois de alguns anos, à Casa do Congresso Nacional, aqui no Sendo, agora, com uma pequena promoção da Câmara para o Senado, mas acreditamos que este tempo todo parece que depurou um pouco a consciência nacional.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito bem!

O Sr. Mário Maia — E as eleições de novembro agora passadas nos deram atestado eloqüente de que não há nada melhor para purificar os métodos de escolha dos representantes, para aperfeiçoamento da democracia, do que a frequência do comparecimento às urnas, do povo através do voto livre, direto e secreto. Então, tivemos esse espetáculo que acabamos de ver em 15 de novembro, que foram as eleições, não só para as Casas Legislativas, mas para os governos dos Estados. E estamos começando a acreditar que o sistema agora faz propostas objetivas, sinceras, para que a Oposição acredite que nós possamos, juntos, fazer mudanças em benefício de toda a coletividade nacional. Por que? Começamos a entender que o próprio Presidente da República percebe historicamente que, nessas eleições, houve um julgamento da presença do militarismo no Brasil, e que os militares começam a entender que as suas grandes responsabilidades, ou as responsabilidades, que eles quiseram assumir, já chegaram ao término e eles devem voltar às suas casernas, para continuar ajudando os civis a levar o grande condão da paz social e da democracia no País. Então, entendemos que essa proposta, que Sua Excelência, o Senhor João Figueiredo, coloca no balcão das negociações, sob o título de trégua política, realmente, é uma proposta sincera e eu me coloco, com toda isenção, entre aqueles que acreditam que Sua Excelência está imbuída dos melhores propósitos, porque eu entendo que Sua Excelência percebeu que, em 15 de novembro, as oposições no País, que vêm julgando o sistema e os governos anteriores, e agora, nestes quatro últimos anos, o seu governo, venceram o pleito de 15 de novembro. Então, antes,

quando Sua Excelência, na pré-campanha política, teve aquele gesto que foi propagado através da Imprensa, foi posto em discussão e contestado até por alguns elementos da Oposição, o gesto da mão estendida, talvez, naquela ocasião, não tivesse sido muito oportuno, porque ele não achava a contrapartida dos seus adversários que tivessem o mínimo, também, de poder para estender a mão em igualdade de condições. Agora não! Agora, Sua Excelência há de ver e há de ter a humildade de sentir que nós, também, lhe estendemos a mão, porque estamos unidos com o voto popular de 15 de novembro, e na soma, mesmo nas eleições majoritárias, embora nós tivéssemos, as Oposições, conquistado apenas 10 Estados da Federação, a soma dos votos populares creditados aos elementos, aos Governadores da Oposição, representa um superávit de quase 8 milhões de votos sobre o nosso Partido adversário. E isto, genericamente, nos coloca numa posição de igualdade para o diálogo, e nos parece que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, João Figueiredo está tendo esse entendimento e essa compreensão e a humildade histórica de apanhar isso como um significado. E desse acontecimento histórico emanado das urnas é que nós agora, acredito, poderemos chegar a um consenso, para sairmos, todos nós, das grandes dificuldades, que não vou especificar porque seria prolongar muito o nosso aparte, mas que todos nós conhecemos, a começar pelos grandes compromissos da nossa dívida externa que, penosamente, estamos tentando rolar de ano para ano. Portanto, nobre Senador José Fragelli, agradecendo a oportunidade que V. Ex^a me dá de participar do seu discurso, quero dizer, quanto à constituinte, que estou entre aqueles que acham que o momento realmente é de se chegar a um consenso, para a abertura e a discussão, mesmo que seja a um prazo médio, e até mesmo prolongado, durante esses quatro anos, os dois anos que havemos de discutir, ainda, até a mudança do Presidente e mais dois anos da renovação dos dois terços do Senado da República e a renovação da Câmara Federal, que nós cheguemos a esse ponto com a discussão, através da consciência jurídica nacional e, também, da participação de todas as camadas populares, para estabelecermos um novo contrato social, chegando-se a uma nova Carta Magna, porque V. Ex^a tem razão, a que está aí não é uma Carta, é uma emenda constitucional, que foi remendada inúmeras vezes, e o tecido, a sua textura, a sua anatomia está tão deteriorada, está tão esclerosada, que não pode mais receber remendos. O remédio é sairmos para uma nova Carta Magna, seja agora sob a Liderança do Presidente Figueiredo, ou seja com a propaganda que nós teremos que fazer para o novo Presidente da República, que haveremos desse consenso fazer com que haja...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Deve-se fazer agora.

O Sr. Mário Maia — emendas propiciando para que a escolha do Presidente da República seja, como foi agora a dos Governadores, sem trauma e com alegria para todos nós, através da consulta popular do sufrágio universal do voto direto e secreto. Muito agradecido, e desculpe-me por ter alongado o meu aparte.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Apenas, gostaria de dizer que no meu modo de entender, deve ser agora. Os primeiros passos para a feitura de uma nova Constituição devem ser apressados e, como companheiro de V. Ex^a, quero ressaltar que o seu pronunciamento tem para nós, do Partido, um valor muito alto. V. Ex^a é dos que sofrem com o regime. V. Ex^a foi cassado, esteve politicamente exilado dentro da própria Pátria durante dezoito anos. Mas com essa elevação de alma, com esse caráter adamantino que V. Ex^a possui, não vem para aqui com ressentimentos e com idéias revanchistas. V. Ex^a tem uma autoridade muito especial e muito alta dentro do PMDB para se pronunciar, como se pronunciou, e acredito que sua palavra vai ser de peso dentro do nosso Partido, para que nós cheguemos, no PMDB, a essa decisão de se contribuir para a reforma Constitucional, dentro de um entendimento entre as Oposições, e das Oposições

com o Governo. A palavra de V. Ex^a tem, pelo seu passado, pelo seu sacrifício, um peso específico muito grande. Agradeço bastante a intervenção de V. Ex^a.

O Sr. Carlos Alberto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSE FRAGELLI — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa comunica a V. Ex^a que o seu tempo está prestes a terminar. V. Ex^a tem 05 minutos.

O SR. JOSE FRAGELLI — V. Ex^a vai me permitir ouvir o aparte do nobre e jovem Senador, que está enriquecendo os nossos debates, e depois quero chegar a uma conclusão, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Alberto — Senador José Fragelli, concordo com V. Ex^a enalendo a posição do Senador Mário Maia. E V. Ex^a diz que S. Ex^a fala com propriedade, até por que na condição de um ex-cassado, mas que aqui está no plenário do Senado Federal eleito pela vontade livre, popular, do povo do Acre. Não é verdade? Então, a presença do Senador Mário Maia, aqui, no Senado Federal, é uma prova incontestável da democracia em que estamos vivendo. O Senador Mário Maia é exatamente a presença do povo do Acre, que foi o povo que o fez Senador da República. Então, eu gostaria de, mais uma vez, neste meu diálogo com V. Ex^a, neste seu discurso em que estou aprendendo, e eu tenho que aprender muito aqui, no Senado Federal, esta é a grande universidade da Nação, gostaria de dizer — veja só — o nosso Senador Mário Maia, que é da Oposição, ontem o Presidente Figueiredo, em rede nacional, pela Rede Globo de Televisão, anunciava o Senador Mário Maia. E este homem é do PMDB.

O SR. JOSE FRAGELLI — Honra ao mérito!

O Sr. Carlos Alberto — Numa prova incontestável de que não existe mais aquela história de revanchismo. Agora, é bem verdade que, para que possamos encontrar os caminhos, para que amanhã possamos então partirmos para uma constituinte, precisamos de competência, é o jogo da competência. Os políticos agora, mais do que nunca, devem dar uma demonstração de competência. Por quê? Porque mais uma vez, repito, nós do PDS temos maioria aqui no Senado Federal, mas não temos maioria na Câmara dos Deputados, e, então para que possamos caminhar rumo à constituinte, só através do consenso, dialogando, vamos manter o diálogo. O Presidente Figueiredo está aí pronto, e já deu demonstrações inequívocas de que quer realmente o diálogo franco com as Oposições, e é isso que vamos ter. Ontem, se falava que não, não se tem eleições para Governador. Estão aí todos os governadores eleitos, e já tomaram posse. Quem sabe amanhã, nesse caminho, nesse novo caminhar, com o Presidente Figueiredo, que é uma nova página na história desta Nação, quem sabe se amanhã não teremos também uma abertura política que o povo, até mesmo o povo, possa decidir, porque estou aqui outorgado pelo povo, como todos nós aqui estamos. E amanhã, eu sei, vamos ter que escolher um Presidente, e o povo que me elegeu o fez sabendo que eu teria que votar num candidato à Presidência da República, então estou outorgado pelo meu povo, o povo do Rio Grande do Norte. Mas, é bem verdade, com a presença do Presidente Figueiredo, que é um homem democrata autêntico, nós estamos vendo caminhos novos que teremos que trilhar. E não se espantem as Oposições se amanhã, mais tarde, tivermos realmente todas essas reivindicações do ilustre Senador José Fragelli, esta inteligência brilhante, este cidadão de cabelos grisalhos, e que tem dado uma contribuição decisiva e marcante...

O SR. JOSE FRAGELLI — Muito obrigada a V. Ex^a.

O Sr. Carlos Alberto — ...para estes caminhos que estamos trilhando agora. E este o meu aparte a V. Ex^a.

O SR. JOSE FRAGELLI — Muito obrigado. Gostaria, amanhã, de ser surpreendido por essas decisões de sua Excelência o Senhor Presidente da República.

O Sr. Mário Maia — E o que estamos esperando.

O Sr. Lenoir Vargas — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSE FRAGELLI — Com muito prazer.

O Sr. Lenoir Vargas — Como não há outros oradores, ainda inscritos, queria apenas registrar a V. Ex^a, meu velho companheiro na Comissão de Constituição e Justiça, a minha satisfação em verificar que V. Ex^a falou, com muita admissibilidade, no fato da reforma da Constituição; reforma que será mais ou menos substancial, desde que haja um entendimento em torno dessa percentagem de alteração constitucional. E verifico que estamos, na verdade, caminhando para um entendimento; porque, enquanto V. Ex^a, que tinha uma posição muito firmada, muito segura em torno da Constituinte, admite e fala a respeito da reforma constitucional, e o nobre Vice-Líder do meu Partido, que talvez tivesse uma — pelo menos nós tínhamos — uma outra posição com referência à Constituinte, fala mais em Constituinte do que V. Ex^a.

O SR. JOSE FRAGELLI — Daí a necessidade de que haja um consenso.

O Sr. Lenoir Vargas — De modo que verifica-se que há uma instabilidade que poderá resultar, naturalmente, nesse denominador comum de que V. Ex^a falou, que é o bom senso.

Eu ainda não pude dar esse passo, e confesso a V. Ex^a que fiquei profundamente abalado com a tese do Professor Afonso Arinos, porque eu não encontrava, com os poucos conhecimentos que tenho, a forma da Constituinte; acho que agora estamos mais distantes, porque à época em que o Congresso alterava a Constituição por maioria ele estava muito mais constituinte do que agora que para alterá-la precisa de 2/3.

O SR. JOSE FRAGELLI — Daí a necessidade de consenso, repito.

O Sr. Lenoir Vargas — Uma das figuras, uma das características fundamentais do poder constituinte é, justamente, a decisão por maioria, porque a tradição do Direito Constitucional brasileiro é a reforma da Constituição por 2/3. De maneira que, numa Assembléia Constituinte, qual é a característica fundamental? E a sua eleição específica para isso, a reconstrução da ordem constitucional e a decisão por maioria. Com a alteração que houve na Constituição, e passou a reforma constitucional a ser viável apenas por 2/3, que é da tradição constitucional brasileira, eu acredito que nós ficamos um pouco mais distantes; porque a minha grande preocupação — e não sei se V. Ex^a poderá eliminar esta minha dúvida, que até agora não pude eliminar — é saber quem tem poderes para convocar uma Assembléia Constituinte. Na tradição do Direito brasileiro e do Direito de outros países, as assembleias constituintes só se convocam pelo poder vitorioso de uma revolução que esteja a esgotar o seu período de atuação. Então se dá o novo arcabouço jurídico ao País, com a eleição específica para uma assembleia constituinte. O meu problema é de que esta tese, de que se poderia convocar excepcionalmente uma assembleia constituinte, ou de transformar excepcionalmente o Congresso, funcionando em assembleia constituinte, se crie um precedente institucional único, porque se nós admitirmos, um dia, que o Presidente da República pode, numa determinada fase da vida nacional, convocar uma assembleia constituinte, nós temos que admitir que, em outros períodos, dali a três, quatro ou cinco meses, depois da nova Constituição, ele possa convocar novamente outra assembleia constituinte. De modo que este impedimento é que me parece o mais terrível para a ordem institucional brasileira: é quem convocaria, como poderia ser convocada? Porque me parece que até pelo consenso, com o Congresso funcionando, Judiciário funcionando, Poder Executivo funcionando, governos estaduais funcionando, assembleias funcionando, fazer-se uma constituinte me parece um pouco difícil. E a nossa Constituição, justamente, também entendeu isso desde os primórdios, quando ela ressaltou duas ou três prerrogativas irrefragáveis e permitiu que o Congresso reformasse todas as demais. Então me parece que agora V. Ex^a está com a tese certa, uma reforma constitucional mais ampla, mais profunda etc, não atingindo aquelas bases fundamentais, e conciliando essa reforma com a tradição institucional brasileira. Era essa a pequena intervenção que queria fazer no discurso de V. Ex^a.

O SR. JOSE FRAGELLI — A intervenção de V. Ex^a foi absolutamente pertinente, porque levanta a questão da legitimidade de reforma constitucional: se através de uma constituinte ou de um Congresso com poderes constituintes.

A reforma da Constituição pode ser feita através de uma Constituição inteiramente elaborada por uma constituinte ou por uma revisão ou uma reforma constitucional, como se fez em 1926. O que temos hoje e a impossibilidade de termos uma constituinte, pelos óbices políticos conhecidos e que não precisam ser enumerados.

P Sr. Lenoir Vargas — Acho que os óbices são institucionais.

O SR. JOSE FRAGELLI — Os óbices são muito mais políticos do que institucionais, porque nós poderíamos ter tido uma eleição para Constituinte em 15 de novembro.

Então, os óbices, os obstáculos são, realmente, políticos, muito mais do que jurídicos. Portanto, temos que partir para uma revisão constitucional.

Essa proposta que faço, da elaboração de um texto constitucional, por ser essa revisão mais abrangente, nem por isso deixa de ser uma reforma constitucional; exatamente porque os pontos fundamentais da atual Constituição — República, Federação, etc. — esses pontos fundamentais vão permanecer, são intocáveis. Se esses pontos fundamentais permanecem, nós podemos fazer uma ampla reforma constitucional sem constituinte, uma verdadeira revisão constitucional.

O Sr. Lenoir Vargas — Justamente por isso é que cumprimos V. Ex^a.

O SR. JOSE FRAGELLI — Exato. Muito obrigado a V. Ex^a.

E quero dizer que apesar de advogado — e o advogado é sempre formalista, o advogado é sempre apegado às fórmulas, como nós bem sabemos — eu procurei, na minha vida política, ser mais político do que advogado, aceitar mais as soluções que vêm das injunções sociais do que das doutrinas jurídicas e, por isso mesmo, aceito que seja formulada uma...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campanha.) — O seu tempo já está encerrado, nobre Senador. Solicito a V. Ex^a que conclua o seu discurso.

O SR. JOSE FRAGELLI — Estamos no final, não há quase ninguém, gostaria de chegar a uma conclusão, Sr. Presidente. Se não for apartado, chegarei logo, mas não posso deixar de acabar de responder ao aparte tão oportuno e tão inteligente do meu querido companheiro de Comissão de Constituição e Justiça.

Sou tão pouco apegado às questões formais, que lembrei aqui o exemplo da Constituição Francesa de 75, elaborada por uma assembleia legislativa não constituinte e que incorporou no texto da Constituição, textos de leis ordinárias, como se constitucionais fossem. Acho que nós devíamos deixar de lado a questão formal e formular agora uma Constituição que viesse, sobretudo, dar isso que a Nação está necessitada interna e externamente, que é a estabilidade das instituições, estabilidade política, estabilidade social.

Para isso, gostaria de ler — e com isso, vou terminar, Sr. Presidente — as declarações do Sr. Rui Barreto, que é o Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, dizendo:

“O País só sairá da atual crise econômica na medida em que forem tomadas decisões políticas, especialmente no que diz respeito às taxas de juros, e essas decisões devem ser cobradas ao Presidente da República.”

Adiante, ele faz considerações que são pertinentes ao assunto que estou procurando colocar em debate, quando diz:

“E condição *sine qua non* que esse processo de abertura seja acompanhado de uma abertura econômica, como condição para a própria viabilidade da abertura política.”

Eu já disse agora mesmo que, a meu ver, a decisão política sobreleva a decisão puramente na ordem econômica e financeira.

"Do contrário — diz ele — a abertura política vai chegar num determinado momento que vai constituir uma frustração."

Este é o trecho que eu gostaria de ressaltar:

"E muito importante que o Brasil crie esta imagem de País estável politicamente. Isso não só facilitará as negociações com os bancos internacionais, como também implicará numa redução das taxas cobradas ao Brasil, nos seus empréstimos externos. Hoje, o spread de uma nação é fixado em relação ao risco político, e não em relação ao risco econômico."

"Os grandes bancos e empresas internacionais estão mais preocupados com a segurança do que com rentabilidade e, na medida em que a classe política vai entendendo isso, ajudará o Brasil a resolver os seus problemas externos."

Li esse trecho das observações de um empresário, porque mostra que esta estabilidade política nacional é importante interna e externamente.

As nossas dificuldades maiores vêm, hoje, da assombrosa dívida externa do País. Se nós procurarmos apenas resolver este problema com soluções ou com o chamado desenvolvimento econômico, certeza não chegaremos a bom termo. Mas, se nós dermos a adequada solução política ao problema brasileiro, que é justamente ter uma Constituição que doravante, venha a pautar a vida nacional por uma estabilidade política e social, então nós teremos abertas as vias da compreensão e da solidariedade — internamente, do povo brasileiro e, externamente, das nações e daqueles que hoje são nossos grandes credores.

Assim, a questão de nós chegarmos a uma solução política, Sr. Presidente, é de fato decisiva. Ou fazemos isso agora, ou não fazemos; ou se muda agora, como disse o jornalista Castello Branco, ou não se muda nada, mas essa mudança só poderá ser na atual conjuntura política; sobretudo, tendo em vista a representação das forças partidárias no Congresso, essa solução só pode ser dada pelo consenso. E o consenso, Sr. Presidente, deverá nascer do bom senso dos políticos brasileiros, tanto do Poder Executivo, como do Congresso Nacional.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex.^a um aparte, se a Mesa me permitir essa concessão?

O SR. JOSE FRAGELLI — Eu ia terminar com estas palavras, mas com muito prazer, concedo a V. Ex.^a mais um aparte.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador José Fragelli, V. Ex.^a está fazendo um discurso que acredito ser o pensamento jurídico da consciência nacional neste momento de dificuldades. Creio que representa, também, o pensamento de nosso Partido, dentro do seu programa e dentro dos seus estatutos. A seriedade com que V. Ex.^a coloca o problema neste Plenário, nos faz solidários à sua tese e achamos que realmente, se houver a boa vontade de todos nós, há condições de dar solução política que estamos carecendo neste instante: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, agora, já. Os cuidados normais que o nobre Senador Lenoir Vargas colocou, considero-os perfeitamente transponíveis, porque eles ficam apenas dentro de uma formalidade, posto que a própria sistemática da evolução histórica do processo chamado revolucionário, que se desencadeou de 64 para cá, está a indicar que o momento é oportuno, porque, em verdade, de lá para cá, nós tivemos a tentativa de uma nova Carta Magna, que foi a Carta praticamente outorgada, a Carta Castello Branco, de 1967, que não teve um respaldo maior, porque não foi assinada por todos os parlamentares, mas somente por uma parcela de parlamentares. Depois, veio a emenda, veio o Ato Institucional nº 5 e ficamos sendo regidos, durante esse tempo todo, por edito excepcional. Esse edito de excepcionalidade foi revogado sem que nascesse, dessa revogação, uma Carta Magna. Então, o processo está plenamente aberto

para se achar uma fórmula da convocação e declaração do Congresso. Agora que ele está renovado, pode perfeitamente ser declarado um Congresso Constituinte e partimos para a elaboração de um novo contrato social. Não vejo porque, desde que o sistema, o Presidente da República, o Senado, a Câmara queiram, porque a consciência nacional o quer — estamos percebendo isso —, não vejo porque ficarmos apegados às formalidades burocráticas. Temos que dar a solução política, para que possamos reencontrarmos, retomarmos o caminho do desenvolvimento e colocar o Brasil nos trilhos em que todos queremos vê-lo, apesar de nossas momentâneas divergências partidárias, porque todos nós somos irmãos, na língua e no amor à Pátria.

O SR. JOSE FRAGELLI — Muito obrigado a V. Ex.^a já ressaltar a importância do seu pronunciamento para uma diretoria do nosso Partido:

Sr. Presidente, quando falo em uma comissão de alto nível, é porque acho que uma Constituição, hoje não deva ser puramente um produto jurídico, como talvez fosse, falemos francamente, se elaborada apenas pelo Congresso, embora hoje o Congresso agasalhe economistas sociólogos, enfim, homens da inteligência, e da sapiência de todos os setores do conhecimento.

Então, uma comissão de alto nível, em que se representasse a sociedade com todas as suas forças sociais, inclusive os sindicatos, os empresários, enfim os setores todos que realmente pesam na vida social e política do País.

Um anteprojeto de constituição como esse, assim elaborado, acho que mais facilmente abriria as portas do consenso que todos desejamos para uma reforma constitucional. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Recebi da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil uma mensagem pela qual ela procura provar as injustiças que vêm sofrendo os funcionários públicos civis da União, no que se refere aos seus salários, comparativamente, com os servidores públicos militares. Anexo a Mensagem a que me referi e tenho em mãos, também, cópia da carta enviada ao Senhor Presidente da República, pelo Presidente da Confederação, Senhor Archimedes Pereira Franco, datada de 25 de janeiro de 1983 e remetida de Salvador-Bahia. Junto a estes dois documentos, tenho outrossim em mãos "Quadros Comparativos da Política Salarial de 1979 a 1983," no que concerne aos "Servidores Civis e Militares e Salário Mínimo". A Federação me encaminhou várias fotocópias de notícias e artigos dos jornais brasileiros todos analisando a situação aflitiva do Servidor Público Civil da União.

Transcreveremos, neste pronunciamento, para que conste nos Anais desta Casa, somente os dois primeiros documentos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. GASTÃO MÜLLER EM SEU DISCURSO:

— Senhor Congressista,

O presente estudo denuncia a discriminação entre funcionários civis e militares, que vem se configurando no Governo Figueiredo.

A partir de 1979, através de legislação específica, os militares vêm obtendo reajustes salariais superiores aos dos demais servidores federais. Estes aumentos vêm sendo efetivados, a cada ano, mediante a expedição de

decreto-lei que eleva o valor do saldo, que serve de base para cálculo do reajuste de todos os militares.

Também de forma disfarçada, se efetiva a majoração da base de cálculo das gratificações devidas aos militares.

Configurou-se, também, no Governo Figueiredo, o privilégio dos militares, com relação à tributação dos seus vencimentos. Enquanto a sociedade, considerada globalmente, é tributada pela totalidade de seus salários, 2/3 dos ganhos dos militares não são atingidos pelo imposto de renda, o que em alguns casos, pode representar um acréscimo de vencimento da ordem de 30%.

Da análise dos índices diferenciados do reajuste do salário conclui-se:

1. Enquanto os salários dos militares mantêm em 83 a mesma relação com o salário mínimo apresentado em 1979, essa relação, para os servidores civis, cai para 66% do mesmo período.

2. Para que se possa restaurar a situação existente em 1979, é necessária a decretação imediata de um aumento de 52% para os servidores civis, além do reajuste recentemente concedido de 40% em janeiro e de 30% em junho.

3. A queda acumulada de salário, sofrida pelos funcionários civis, em relação aos militares, até janeiro de 1983, equivale a 4,28 salários mensais e deverá se elevar, até dezembro, a 11,6. Os servidores civis terão, assim, ao fim deste ano, contribuído com um ano inteiro de trabalho gratuito para o Governo Figueiredo.

Diante destes fatos, solicitamos ao ilustre Congressista que encampe nossa causa denunciando à Nação a profunda injustiça com que nos deparamos.

Salvador, 25 de janeiro de 1983.

Ofício nº 12/83

Ao Excelentíssimo Senhor

General do Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo

Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil

Brasília — DF

Excelentíssimo Senhor

Presidente da República,

A CSPB — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que congrega 808 (oitocentos e oito) associações representativas dos servidores públicos, de todo o País, cumpre o dever de transmitir a Vossa Excelência o pensamento e os sentimentos desta sofrida categoria de trabalhadores, mais uma vez apelando para que o Poder Executivo, em sua condição de empregador, não falte a seus compromissos e obrigações patronais e sociais para com aqueles que, sendo a parcela permanente do Governo e o suporte principal da estrutura administrativa do Estado, são responsáveis pela manutenção das atividades voltadas para o bem comum.

Em primeiro lugar, esta Confederação faz o registro histórico de que Vossa Excelência, na qualidade ainda de candidato à Primeira Magistratura do País, já afirmava, perante os servidores reunidos em simpósio na Câmara dos Deputados:

"Num plano mais amplo, a melhoria do teor de eficiência da administração pública gira em torno da valorização de seu capital mais importante: os recursos humanos".

De tal modo, as palavras de Vossa Excelência, que nunca foram esquecidas pelos servidores públicos, em seu conteúdo de justiça, esperança e otimismo, são hoje justamente lembradas como "razão maior para este diálogo de companheiros de trabalho" a que Vossa Excelência há quatro anos atrás aludia, repudiando as ações que levam a que "o trabalho seja relegado ao plano de instrumento ou simples engrenagem anônima".

"O que se faz necessário são atos específicos, espontâneos. Atos de vontade consciente, partidos de todos os segmentos representativos da vida nacional", tais como os que pratica e continuará praticando esta Confederação, em nome dos servidores públicos do Brasil.

Pois "o Estado, para ser justo, tem de assegurar a compensação adequada, inclusive, em termos materiais aos que lhe prestam serviços".

A comparação da difícil situação em que Vossa Excelência reconheceu estarem os servidores públicos, antes mesmo de seu Governo, com esta em que a classe se encontra, quatro anos depois — temos de dizê-lo franca e lealmente — deixa a certeza de que Vossa Excelência, levando à prática suas palavras de candidato, há de exigir, dos setores econômico-financeiros, que garantam, como resultado de medidas de contenção de ganhos abusivos, contrários à paz social e aos interesses nacionais, a adequada retribuição “de todos quantos participam da tarefa superior de governar a Nação”.

Por isto que o Conselho de Representantes desta Confederação, interpretando os anseios dos servidores congregados em suas 808 (oitocentas e oito) entidades filiadas, resolveu levar ao conhecimento de Vossa Excelência, na tentativa de que finalmente se produza o mais proveitoso diálogo entre o Presidente da República, “função de servidor entre servidores”, e seus angustiados e desesperançados “companheiros de trabalho”, as reivindicações mínimas da classe, perplexa e, certamente, revoltada com o tratamento discriminatório dos últimos anos:

1º — Imediata alteração dos índices de reajustamento recentemente decretados e que aumentaram, de forma insuportável, o confisco salarial a que já vinha sendo submetido o funcionalismo civil, concedendo-se um reajustamento de 70% (setenta por cento), a partir de maio próximo, sobre o valor dos salários, vencimentos, proventos, pensões e retribuições em vigor no corrente mês.

2º — Remessa, ao Congresso Nacional, do Projeto de Lei que trata do novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

3º — Revogação do artigo 20 da Lei nº 6.708/79.

4º — Concessão do 13º salário a partir de dezembro de 1983.

5º — Cálculo dos percentuais de reajuste sobre os valores percebidos em dezembro de 1982, considerando-se a complementação para fins de equiparação ao salário mínimo.

6º — Ratificação da Convenção nº 151 e observância da Recomendação nº 159, ambas da OIT — Organização Internacional do Trabalho.

Quanto a estas e ao Estatuto, era Vossa Excelência quem afirmava em 1978:

“No plano estritamente das relações de trabalho, precisamos atualizar a legislação básica do servidor. Seu Estatuto, velho de mais de vinte e cinco (25) anos, requer reexame. Quando nada, para adaptá-lo às condições novas...”. E mais quatro anos já são decorridos!

Quanto à alteração do índice de reajuste previsto para junho do corrente ano, forçoso é dizer-se que se trata de um imperativo ético-social, pois “servidores fardados ou servidores civis, a maioria dos problemas que enfrentamos são comuns a todos” e nenhuma razão econômica ou moral justifica que, de março de 1979 a janeiro de 1983, se tenha criado uma iníqua diferenciação, em termos de sobrevivência, entre os servidores, de tal maneira que os índices de uma e outra categoria — militar e civil —, possam, tendo origem em um mesmo valor (100,00) em março de 1979, estar, em janeiro de 1983, um em 1.170,20 (militares) e outro em 741,72 (civis), e vem dando expressão numérica irretorquível à desigualdade e à discriminação.

E certo que a alteração de reajuste reivindicada através desta Confederação, de 30% (trinta por cento) em junho para 70% (setenta por cento) em maio, não corrigirá totalmente essa injustiça. Esta, porém, é uma demonstração da capacidade que têm os servidores públicos civis de suportarem, em nome da solidariedade entre as diversas categorias de trabalhadores, os ônus de uma política econômica da qual não são culpados e não querem, tampouco, ser vítimas permanentes e exclusivas.

O contrário seria como se “a Nação quisesse relegar à penúria... aqueles que fielmente a serviram” e servem.

Finalmente, entendem os servidores públicos civis, representados por esta Confederação, que nenhum capricho ou intransigência deverá impedir que o Governo de Vossa Excelência, não tendo podido corrigir a defasagem salarial encontrada em 1979, ao menos recomponha

sua retribuição àquela época, detendo o intolerável confisco salarial a que estão submetidos, o qual já soma, a nível de março de 1979, setenta e três e meio (73,5) salários retirados da mesa dos servidores públicos civis e da educação de seus filhos, como um ignominioso tributo adicional.

Não mais tem o funcionalismo condições razoáveis de vida e, portanto, de trabalho, segundo os padrões de dignidade e bem-estar que são atributos inalienáveis da pessoa humana e do cidadão.

Vossa Excelência há de compreender, portanto, que esta é uma manifestação coletiva de forte impulso ético, que o Estado não poderá desconhecer, cabendo ao Governo sensibilizar-se para a procura, através do diálogo franco a que nos comprometemos, da solução equitativa e justa, tanto quanto imediata, do problema que, na verdade, atinge a toda a Nação, nas pessoas dos que a servem, nas tarefas diversificadas e anônimas do desenvolvimento, da segurança e da paz social.

Finalmente, cumpre esclarecer que pareceu a esta Confederação ser oportuna a iniciativa deste diálogo com o Governo através do Departamento Administrativo do Serviço Público Civil — DASP, na pessoa de seu Diretor-Geral, Ministro José Carlos Soares Freire, a quem é feita a entrega deste documento e serão prestados os esclarecimentos sobre o posicionamento desta Confederação, adotado na reunião de seu Conselho de Representantes realizada na Cidade de Salvador-Bahia, nos dias 22 e 23 do corrente mês.

Persiste, entretanto, o desejo dos servidores públicos civis de que Vossa Excelência conceda audiência às lideranças e representação legítimas da categoria.

Apresentamos a Vossa Excelência nossos protestos do mais elevado respeito. — *Archimedes Pedreira Franco*, Presidente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sexta-feira última, ao findar dos trabalhos nesta Casa, recebi dramático apelo dos empresários gaúchos, de Caxias do Sul, que passo a ler:

“Excelentíssimo Senhor Senador: solicitando o indispensável apoio de Vossa Excelência, retransmitimos mensagem enviada ao Sr. Ministro da Fazenda. Rogamos dirigir-se à referida autoridade, no mesmo sentido, como porta-voz de nossos anseios.”

A mensagem enviada àquela autoridade é a seguinte:

“Excelentíssimo Senhor Ministro Ernani Galveas

Digníssimo Ministro da Fazenda

Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Mal refeitos do trauma causado nesta cidade pelas concordatas e falências ocorridas há poucos meses, tomamos conhecimento, hoje, da suspensão das operações da agência local do Banco do Brasil, em virtude de determinação recebida de não somente retornar aos limites operacionais em 31-12-82, como, ainda, de reduzirmos em 3%. Estarrecidos diante de tal atitude e profundamente preocupados com a situação futura de nossas empresas, com o inevitável agravamento das tensões na área social, em face do persistente e continuado índice de desemprego que vem ocorrendo, solicitamos a Vossa Excelência determinações de toda a ordem e grandeza, no sentido de manter operando a agência local do Banco do Brasil, em níveis compatíveis com as reais necessidades da praça. E preciso evitar, por todos os meios e formas, que reflexos danosos dessa situação atinjam pessoas e várias empresas, de forma irreparável, apoiando-as urgentemente. Numa comunidade empresarial como esta, composta por 4.611 contribuintes do ICM, excluído, portanto, outro segmento importante como o da prestação de serviço, o quadro triste do desemprego apresenta os seguintes números: Em 1981: 8.016 pessoas ficaram desempregadas, em 1982: 3.185 e agora, apenas em janeiro e fevereiro de 1983, já somamos 2.344 desempregados,

cujo total já atinge, portanto, 13.545 desempregados, para um universo de 36.011 trabalhadores.

Respeitosamente, Guido Mario D'Arrigo, Presidente — Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul; Doviglio Gianela, Presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem;

Mário Polessio, no exercício da Presidência do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos;

Edenir Giacomo Zatti, Presidente do Sindicato da Indústria da Madeira;

Jorge Sehbe, Presidente do Sindicato da Indústria do Vestuário;

Norberto Fedrizzi, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista;

Angelo Zanandrea, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte;

Helio Anibal Martinez, Presidente do C.D.L;

Italo Francisco Dal Pont, Presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação;

Paulo Falkenbach, Presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais.

Atendendo ao pleito, na mesma hora passei o seguinte telex, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Senhor Ernani Galveas:

“Virtude situação tensa empresariado e trabalhadores Caxias Sul, Rio Grande do Sul, solicito Vossência reformular providência suspensão operações agência local Banco Brasil. Medida tomada causa pânico região traumatizada várias concordatas e falências que já ocasionaram 2.344 desempregados somente janeiro e fevereiro corrente. Urge revogação imediata medida, já solicitada Vossência todas lideranças empresários município cujo veemente apelo acabo receber.

Atenciosamente, Pedro Simon — Senador”

Senhor Presidente, Senhores Senadores, nada mais tenho a acrescentar. O texto da mensagem traduz uma realidade do que vem acontecendo em todo o País. Os números mostram a cada dia um quadro mais desalentador. O desemprego, a fome, a miséria e a marginalidade, sobem na razão direta da inflação, da desvalorização da nossa moeda e na razão inversa da competência de nossos governantes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Em Regime de Urgência — Art. 371 — C, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1982 (nº 6.766/82, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, e das outras providências, tendo

PARECERES ORAIS, favoráveis, das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças; e

DEPENDENDO de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, sobre o Projeto e a Emenda de Plenário e, de Serviço Público Civil e de Finanças sobre a Emenda.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 112, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 738, de 1981), que autoriza a Prefeitura da Estância Turística de Itu (SP) a elevar em Cr\$ 443.100.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões e cem mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 739 e 740, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 253, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.409, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Iporá (GO), a elevar em Cr\$ 2.296.800,00 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.410 e 1.411, de 1981, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de **Municípios**, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 260, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.433, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Investimentos para o exercício de 1982, tendo

PARECER sob nº 1.434, de 1981, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 264, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.446, de 1981) que autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA) a elevar em Cr\$ 6.214.700,00 (seis milhões, duzentos e quarenta mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.447 e 1.448, de 1981, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Municípios**, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 267, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.455, de 1981) que autoriza a Prefeitura Municipal de Icatú (MA) a contratar empréstimo de Cr\$ 4.703.000,00 (quatro milhões, setecentos e três mil cruzeiros), tendo

PARECERES, sob nºs 1.456 e 1.457, de 1981, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Municípios**, favorável.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 82, de 1982, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 64.104.000,00 (sessenta e quatro milhões, cento e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 100, de 1983, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 125, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 201, de 1983, de autoria do Senador Jutahy Magalhães solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 136, de 1982, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em

Cr\$ 602.516.000,00 (seiscentos e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 202, de 1983 de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 137, de 1982, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.702.223.000,00 (um bilhão, setecentos e dois milhões, duzentos e vinte e três mil cruzeiros), destinada a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em municípios do Estado.

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 1983, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 145, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 1.009.834.000,00 (um bilhão, nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 204, de 1983, de autoria do Senador Passos Pôrto, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 127, de 1981, que autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 270.959.000,00 (duzentos e setenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 205, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1981, de sua autoria, que modifica a redação do artigo 176 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 1983, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 1981, de sua autoria, que altera a redação do art. 92, *caput*, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

15

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 1983, de autoria do Senador Luiz Viana, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 76, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 782.884.600,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

16

Votação, em turno único, do Requerimento nº 212, de 1983, de autoria do Senador José Lins, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do projeto de Resolução nº 78, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Aracatuba (SP) a elevar em Cr\$ 743.634.000,00 (setecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

17

Votação, em turno único, do Requerimento nº 214, de 1983, de autoria do Senador Luiz Viana, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 84, de 1982, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 1.241.055.262,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e um milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois

cruzeiros e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.

18

Votação, em turno único, do Requerimento nº 215 de 1983, de autoria do Senador Luiz Viana, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 150, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 48.465.100,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

19

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 1983 de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 195, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pendência — RN, a elevar em Cr\$ 9.525.400,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

20

Votação, em turno único, do Requerimento nº 218, de 1983 de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 270, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína — GO, a elevar em Cr\$ 13.941.500,00 (treze milhões, novecentos e quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

21

Votação, em turno único, do Requerimento nº 219, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 271, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberaí — GO, a elevar em Cr\$ 23.566.400,00 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

22

Votação, em turno único, do Requerimento nº 220, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 274, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio (RN) a elevar em Cr\$ 2.578.600,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

23

Votação, em turno único, do Requerimento nº 221, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 24, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

24

Votação, em turno único, do Requerimento nº 222, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 26, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO) a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

25

Votação, em turno único, do Requerimento nº 223, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 27, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 12.458.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

26

Votação, em turno único, do Requerimento nº 224, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 32, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Olho D'água dos Borges (RN) a elevar em Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

27

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 34, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN) a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões, setenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

28

Votação, em turno único, do Requerimento nº 226, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 41, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Extremoz (RN) a elevar em Cr\$ 8.153.200,00 (oito milhões, cento e cinquenta e três mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

29

Votação, em turno único, do Requerimento nº 227, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 90, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz (RN) a elevar em Cr\$ 3.072.000,00 (três milhões e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

30

Votação, em turno único, do Requerimento nº 228, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 94, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Avelino (RN) a elevar em Cr\$ 11.620.000,00 (onze milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

31

Votação, em turno único, do Requerimento nº 229, de 1983, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 113, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar em Cr\$ 137.651.000,00 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

32

Votação, em turno único, do Requerimento nº 230, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 209, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa (RS) a elevar em Cr\$ 6.978.800,00 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

33

Votação, em turno único, do Requerimento nº 132, de 1983, de autoria do Senador Marcelo Miranda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 272, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ivinhema (MS) a elevar em Cr\$ 14.962.400,00 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

34

Votação, em turno único, do Requerimento nº 232, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 275, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Horizontina (RS) a elevar em Cr\$ 2.585.400,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

35

Votação, em turno único, do Requerimento nº 233, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 10, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (RS) a elevar em Cr\$ 945.617.624,10 (novecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e dez centavos) o montante de sua dívida consolidada.

36

Votação, em turno único, do Requerimento nº 384, de 1983, de autoria do Senador Severo Gomes, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 107, de 1982, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao programa de investimentos urbanos.

37

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 182, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.093, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 76.131.000,00 (setenta e seis milhões cento e trinta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.094, de 1981, da Comissão.
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

38

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 220, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.274, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Amazonas a elevar em Cr\$ 381.244.800,00 (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.275, de 1981, da Comissão.
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

39

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 133, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 662, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (PR) a elevar em Cr\$ 243.872.710,80 (duzentos e quarenta e três milhões, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e dez cruzeiros e oitenta centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nºs 663 e 664, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 7-3-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (Pronuncia o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não há como negar que grande parte das dificuldades que vêm sobrecarregando, nestes últimos anos, quase todos os países do mundo, quer aos desenvolvidos, quer em desenvolvimento, decorrem das mudanças da política dos preços do petróleo. Esse combustível pode ser considerado como a seiva que alimenta a árvore da economia, já que fornece a maior parte da energia consumida pela humanidade.

De tal forma o petróleo domina a economia do mundo, que só a sua mineração equivale a cerca de 50% de toda a produção mineral do globo terrestre.

Há alguns anos, a energia do petróleo era um dos insumos mais baratos do mundo. A força que produz trabalho vinha, em grande parte, dessa energia barata que, através de milhões foi acumulada no seio da terra. Um barril de petróleo, em 1972, custava menos de dois dólares. O transtorno sofrido pela economia, com o primeiro impacto do aumento do preço desse combustível, foi enorme.

O que representa hoje o petróleo no mercado mundial? Para se ter uma idéia da quantidade de dinheiro envolvido na economia do petróleo, basta que se diga que com base numa exploração de cerca de 30 milhões de barris por dia, no mundo ocidental, a quantidade de dólares envolvida se eleva a cerca de 350 bilhões por ano, e isso sem contar os recursos envolvidos na comercialização desse combustível do outro lado da Cortina de Ferro.

Antes mesmo que o mundo se recuperasse do primeiro golpe sofrido, a partir de 1974, uma segunda crise se abateu sobre todos, com efeitos ainda mais violentos. E que esse segundo impacto encontrou o mundo inteiramente despreparado para ultrapassá-lo sem sérios sofrimentos. Os países vendedores de petróleo, sobretudo os países árabes, estavam comprometidos com imensos programas. A tese desses países consistia em aproveitar a elevação de suas receitas para fazer um extraordinário esforço de desenvolvimento. Essa era a tese dos árabes que, por isso, assumiram enormes compromissos. A altura da segunda crise, já não havia a liquidez necessária para que os endividados países consumidores pudessem resolver os seus problemas.

Os dois impactos do petróleo foram, certamente, os fatos mais impressionantes da economia mundial, pelo menos nos últimos 40 anos.

Particularmente, dessa modificação do preço do combustível decorreu a extrema dependência em que se encontram, hoje, os países do mundo em desenvolvimento, tanto dos credores, como dos produtores de petróleo.

Não me parece, Sr. Presidente, que o mundo possa sair rápida e tranquilamente da crise atual. Quanto a nós, ela de tal modo nos envolveu que a nossa dívida externa tornou-se quase insuportável.

Nos últimos três anos, para não nos referirmos a um espaço de tempo maior, só em combustível gastamos, em divisas, mais de trinta bilhões de dólares e, ainda hoje, a importação de petróleo consome quase a metade da receita das nossas exportações. Não é fácil administrar o País nessa situação.

Apesar de tudo, a dívida brasileira, com toda a sua dimensão, vem sendo muito bem gerida. Esta é, uma observação que deve ser feita para fazer justiça à equipe do Governo que a administra. No ano de 1982 cerca de vinte e cinco países foram obrigados a recorrer ao instituto da moratória, ou a outros expedientes semelhantes, e já agora esse número passou de 25 para 28.

É hora, Sr. Presidente, de que reconheçamos a competência da equipe do Governo, o esforço que tem sido feito pelo Ministro Delfim Netto, pelo Ministro Ernane Galvêas e pelo Presidente do Banco Central, no sentido de que o Brasil não se apresente, ao mundo, desmoralizado pela inadimplência. Não sou dos que concordam

que a melhor solução seria a moratória; ao contrário, a equipe do Governo acertou na solução. Ela tem sido extremamente dedicada, e demonstra uma experiência incontestável na análise desses problemas.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSE LINS — Darei, em seguida, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gastão Müller — E que quero voltar atrás, e V. Ex^a está adiantando muito o assunto do momento, e eu quero falar sobre petróleo, ainda.

O SR. JOSE LINS — Senador Gastão Müller, deixarei a análise da dívida e da ação do Governo para outra ocasião. Pretendo fazer uma exposição mais ampla sobre isso. Darei, então, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gastão Müller — V. Ex^a falou com muita propriedade, como sempre o faz, sobre o problema do petróleo, o aumento do preço, a repercussão mundial desse fenômeno, que de dois dólares subiu para tantos dólares etc. Mas não deveríamos, nobre Senador José Lins, com o brilhantismo com que V. Ex^a sempre nos encanta, nesta Casa, ter a oportunidade de fazer, também, uma autocrítica? O que se fez em prospecção do petróleo nesse período todo? Dizia-se "o petróleo é nosso", mas não tínhamos petróleo. A PETROBRAS é intocável. E ela passou a ser distribuidora e refinadora de petróleo, e a prospecção foi esquecida praticamente. Então, devíamos fazer uma autocrítica nacional; o povo brasileiro, através do seu Governo, através dos seus governantes, esqueceu que o petróleo era nosso só no papel, que devíamos ter feito como na fábula da formiga e da cigarra: termos, pelo menos, procurado saber quais eram os mananciais que tínhamos, descobri-los, preservá-los para que no momento de crise do inverno tivéssemos alimento; e não fizemos isso, a verdade é essa. E aí fomos apanhados de surpresa com o aumento violento do petróleo. Em segundo lugar, nobre Senador José Lins, não seria uma exploração miserável contra o pobre do árabe, estabelecer-se o preço do petróleo a dois dólares o barril. Não seria um preço totalmente irreal, que não significava, de fato e de direito, o que tinha de valor o barril de petróleo para os árabes? Ou eles eram alienados e explorados por algumas firmas? E o preço atual representa, de fato, o valor do petróleo para o mundo e para a Humanidade? São duas perguntas que peço a V. Ex^a que responda, e as faço não no sentido de polémica, mas no sentido de uma aula que vai nos dar sobre um problema que V. Ex^a tão bem entende, melhor do que eu.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSE LINS — Peço a V. Ex^a que me permita responder, primeiro, ao aparte do Senador Gastão Müller; em seguida terei o maior prazer de ouvir V. Ex^a.

V. Ex^a, Senador Gastão Müller, fez, na realidade, três perguntas das mais importantes. Aliás, muito me agrada a maneira como V. Ex^a coloca essas questões. Não porque seja eu capaz de dar aulas a V. Ex^a. Agrada-me a sugestão do Presidente da República, referente a uma trégua política, para que melhor nos posicionemos diante das nossas novas responsabilidades face à abertura. Um dos pontos-chaves desse posicionamento seria, exatamente, a elevação do nível de tratamento das nossas questões políticas, sociais e econômicas.

Mas comentemos a primeira pergunta, referente à política nacional do petróleo, antes do primeiro aumento do preço desse combustível. A discussão do problema do petróleo no Brasil, durante muitos anos, foi totalmente conduzida em clima de muita emotividade, mas o que há de real nisso tudo é que sendo o petróleo muito barato naquela época, talvez a melhor política para nós, brasileiro, fosse exatamente não gastar muito dinheiro em prospecção. E digo a V. Ex^a porque: a parte mais cara da exploração do petróleo é exatamente a pesquisa. Fazer prospecção em áreas de pouca probabilidade pode tornar-se um risco alto demais.

Ora, há áreas no Mundo em que a prospecção praticamente não apresenta risco. Áreas onde o óleo flui com a maior facilidade e por baixos custos. Sabe V. Ex^a que naquela época, vendendo um barril de petróleo a coisa de

1,2 dólares, as empresas petrolíferas ganhavam ainda muito dinheiro.

E claro que os árabes eram explorados já que a parte principal dos lucros cabia às empresas. Entretanto, a pergunta de V. Ex^a sobre a qual seria o preço justo do petróleo é difícil de ser respondido. De qualquer modo, o baixo preço do petróleo representou um apoio, um esteio decisivo para o desenvolvimento de toda a tecnologia atual do Mundo; sem o petróleo barato, certamente não teríamos atingido o grau de desenvolvimento tecnológico de que hoje desfrutamos. Agora, o impacto violento sofrido pelo preço desse combustível, certamente desorganizou a economia do Mundo.

O baixo preço do óleo, àquela época, explica porque era preferível comprarmos petróleo barato e gastarmos mais do que o custo do petróleo para fazer prospecção. Hoje é diferente. Com a mudança do preço passamos, no Governo do Presidente Figueiredo, a fazer um grande esforço de produção. De 15% passamos, então, a produzir cerca de 30% do consumo nacional, o que representa um extraordinário resultado. Outro esforço que decorreu do aumento do preço do óleo pode ser visto na produção atual de álcool, equivalente a 130 mil barris-dia de petróleo. O PROALCOOL, certamente vai atingir a meta que lhe foi determinada. Uma notícia também auspiciosa é a de que as nossas velhas jazidas de carvão mineral, carvão ruim, com alto teor de enxofre, com uma percentagem muito elevada de cinzas, assim mesmo está sendo objeto de novos usos, de novos aproveitamentos. No ano de 82, o aumento de produção do carvão nacional foi da ordem de 18% a 20%.

V. Ex^a perguntou se os árabes não estavam sendo explorados. A parte do leão não cabia a eles. Eles tinham razão. Suas terras são desoladas, são áridas e eles precisavam aproveitar, antes que se esgotasse, a única riqueza de que dispõem para dela retirar o maior proveito possível. Acontece que exageram. A política de crescimento dos preços do petróleo foi tão violentamente estabelecida que acabou prejudicando, fortemente, a economia de inúmeros países em desenvolvimento, voltando-se depois, inclusive, contra os próprios países produtores.

Alguns dizem que o Governo brasileiro foi imprevidente. Mas, observamos: os árabes têm excepcionais economistas, formados nas melhores escolas do Mundo e, no entanto, parece que eles também cometeram erros de perspectiva, de vez que estão hoje, também, em difícil situação.

Quanto ao preço atual, é realmente exorbitante, em comparação com aquele que vigorava em 1973. No entanto, contraditoriamente, ainda é baixo em relação ao custo do álcool ou àquele que deve permitir a fabricação de produtos artificiais como, por exemplo, o petróleo oriundo do carvão, que é uma grande esperança para o Mundo, mas que só poderá ser produzido no momento em que o barril de petróleo atingir talvez 40 ou 45 dólares. Mas então teremos um outro desastre, se quisermos atingir esses níveis, rapidamente.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSE LINS — Concedo com muita honra, o aparte ao Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Agradeço por esta oportunidade, embora V. Ex^a já tenha dito praticamente tudo aquilo que eu gostaria de dizer naquela oportunidade.

O SR. JOSE LINS — V. Ex^a dirá com mais propriedade e mais encanto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu não gostaria de repetir porque, ao contrário da sua bondade, V. Ex^a é que é o professor emérito nessa matéria nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. JOSE LINS — Não tenho essa pretensão.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador, aproveitando a oportunidade, apenas complementaria dizendo que nós estamos, com um grande esforço, diminuindo nossa dependência de importação do petróleo, que era 800 a 900 mil barris/dia e estamos chegando a uma perspectiva de apenas 350 mil barris diários. Portanto, é um grande es-

forço: não apenas de diminuição do consumo, mas também do aumento de produção e de órgãos, como o PROALCOOL, por exemplo, que veio possibilitar essa diminuição de importação. Mas queria aproveitar esta oportunidade, Senador José Lins, para dizer a V. Ex^a que fico satisfeito de ver que estamos iniciando uma nova fase, não apenas uma nova legislatura. Estamos aqui no Senado — como acredito que na Câmara, também — colocando o ponto de vista do Governo para debate, sobre todos os assuntos que estão em pauta. Trazemos a versão governamental, para apreciação dos políticos. Nós não podemos mais ficar discutindo apenas na base das denúncias que são feitas pela Oposição e pela Imprensa, na fiscalização dos trabalhos do Governo, mas temos que discutir conhecendo também o ponto de vista governamental que está sendo trazido pelos Senadores e Deputados. Não existe mais aquela auto-suficiência anterior que não dava importância às acusações que existiam. Então, hoje, nós estamos trazendo a público o nosso ponto de vista e permitindo que a opinião pública tenha condições de debater com conhecimento de causa. E é a respeito disso que V. Ex^a tem sido o porta-voz constante aqui nesta Casa. Quero parabenizá-lo por trazer sempre o ponto de vista de um dos lados para debate nacional.

O SR. JOSE LINS — Agradeço, Senador Jutahy Magalhães sensibilizado, o aparte de V. Ex^a. A fase nova, que já estamos instalando, vai exigir uma responsabilidade muito maior de nossa parte. Se quisermos melhor influenciar a administração deste País, certamente não poderemos fazê-lo com debates emocionais. Precisamos racionalizar o nosso debate, sem perder de vista o espírito político. Certamente não iremos debater aqui processos tecnológicos ou questões particulares. Devemos debater os aspectos políticos das momentosas questões nacionais que exigem maior responsabilidade.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSE LINS — Com o maior prazer.

O Sr. João Lobo — Senador José Lins, estou acompanhando com muita atenção, a brilhante exposição didática que V. Ex^a faz sobre o problema. Evidente que V. Ex^a tem razão de sobra em encaminhar o assunto desse segundo choque do petróleo na economia mundial. Entretanto, acho, junto com V. Ex^a, que não deve ser atribuída exclusivamente ao segundo choque do petróleo, a situação angustiosa de desequilíbrios orçamentários, enfim, de tensão que o mundo inteiro está sofrendo, devido a esse controle, a essa retenção dos combustíveis fósseis dos países produtores. Acho, Senador José Lins, que também há outra causa muito importante, que talvez seja a principal responsável pela atual situação mundial. O fato, Senador, ao qual quero referir-me, e que V. Ex^a sabe é que o mundo inteiro está ultrapassando a fase do industrialismo; estamos entrando na terceira onda da civilização e todos os estudiosos do assunto são unânimes em dizer que o choque de uma civilização com a outra sempre gera esses traumas, gera essas angústias. Assim foi quando da primeira para a segunda onda, quando a civilização agrária cedeu lugar à civilização industrial. Quando o industrialismo sobrepôs-se, vieram traumas horríveis e profundos — a Revolução Francesa, a Revolução Russa, a Revolução Americana, foram todas sintomas de uma convulsão social. Nós, identificamos os sociólogos atuais — estamos exatamente nessa fase transitória da segunda para a terceira onda da civilização — estamos entrando na civilização da informática, estamos entrando na civilização dos miniprocessadores, do uso das tecnologias avançadas, cujo exemplo máximo é o que está sendo feito no Japão. Então, Senador José Lins, para não me alongar, não interromper mais, nem nos privarmos da brilhante exposição que V. Ex^a está fazendo, encerro este aparte, apenas com o intuito de dar uma contribuição ao seu discurso. Muito obrigado.

O SR. JOSE LINS — Nobre Senador João Lobo, V. Ex^a alargou o campo da discussão, mas a opinião dos mais abalizados economistas do mundo e até de políticos

eminentes — por que não dizer? — é que o fato gerador inicial e mais profundo, mais amplo dessa crise foi, realmente, o exagerado aumento do preço do petróleo. Aqui no Brasil e mesmo neste plenário muitas vezes tem-se procurado minimizar a influência desse choque sobre a economia mundial.

Por exemplo, num artigo publicado há pouco tempo nos Estados Unidos e longamente divulgado no Brasil o ex-Ministro do Exterior dos Estados Unidos, Kissinger, apreciando a crise mundial, pretende claramente que a reorientação dos fluxos de dinheiro causada pelo aumento do preço do petróleo desorganizou a economia dos países industrializados. Estes tiveram então, que fazer um grande esforço interno para ajustar as suas economias a esse custo novo. Ora a energia é o insumo universal de tudo quanto se produz. Não se move uma palha sem que se despenda energia. Diz ele ainda, que esse esforço de ajustamento criou problemas internos que acabaram gerando um processo inflacionário que por sua vez, impôs medidas recessivas extraordinárias. Nos Estados Unidos, a energia do petróleo tem uma grande participação na produção, ainda que eles tenham uma imensa produção de carvão. Em outros países o petróleo é, praticamente, a fonte única de energia. Seu preço não podia deixar de desencadear tensões que levaram, fatalmente, à inflação.

Mais recentemente os esforços para controlar a inflação, redundaram em enorme aumento dos preços de juros, em desemprego e, sobretudo, em iliquidez, que acabou afetando a credibilidade de muitos países.

Veja V. Ex^a em que deu tudo isso.

Quanto à terceira onda de que se fala, como modificadora da estrutura das sociedades — estamos passando da era industrial para a era da automação — certamente essa onda se superpõe à dificuldade criada pelo grande impacto do custo da energia. O computador e a informática trazem porém no seu bojo, uma grande esperança. O Japão tem tirado os melhores proveitos dessas tecnologias novas. Eu já disse aqui, num discurso que fiz cumprimentando uma missão do Senado Japonês, que nos visitou, que a matéria-prima do desenvolvimento do Japão chama-se inteligência, trocada em informática. Mas V. Ex^a levantou um assunto sério, referente ao trauma produzido pela terceira onda. Eu diria que esse trauma existe e é profundo. As dificuldades sofridas pela humanidade, quando da sua passagem da Era Agrícola para a Industrial, foram lentamente crescentes, mas, agora, a transformação se faz violentamente, o que agrava ainda mais a situação.

O Sr. Gastão Müller — V. Ex^a concede um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Pois não.

O Sr. Gastão Müller — Senador José Lins, em primeiro lugar, muito obrigado pelas explicações de V. Ex^a. Estava anotando aqui, quando V. Ex^a me honrou com um aparte novamente, que embora V. Ex^a tenha sido muito claro e brilhante na sua explicação, não me convenceu. Primeiro, não teve o povo brasileiro, insisto, a preocupação, através dos Governos — e aqui eu incluo todos os Governos passados, e não somente os Governos revolucionários — de, através da PETROBRÁS, verificar a tempo e hora, se tínhamos de fato mananciais de petróleo, para não ficar como ficamos, sujeitos a uma crise que nos pegou totalmente desprevenidos. Este foi um pecado tremendo do Brasil — e eu me incluo entre os culpados, porque também sou brasileiro; — e que nos pegou totalmente desprevenidos nessa crise: isso é imperdoável, repito, não esquecendo a fábula da cigarra e da formiga. Em segundo lugar, não concordo que a alta do preço do petróleo seja uma violência dos árabes, mas a cobrança do preço real do produto, porque dois dólares ou 1,8 dólares por barril de petróleo era um preço totalmente irreal, porque as grandes multinacionais do petróleo, se não me engano, as chamadas sete irmãs, explo-

ravam os árabes, tiravam o petróleo e os árabes eram os únicos que não ganhavam com isso.

O Sr. João Lobo — Os árabes vingaram-se.

O Sr. Gastão Müller — Exatamente! Vingaram-se, colocando o preço real do produto, que é como V. Ex^a vem dizendo com muita propriedade. Nessa história da civilização, o petróleo tem sido o produto principal do desenvolvimento do mundo, o maior fator energético do mundo, substituindo o carvão hídrico; estamos querendo voltar ao carvão hídrico e, agora, aqui no Brasil, ao álcool, para substituir em parte o petróleo. O último lembrete é para discutir, para motivar o discurso de V. Ex^a. Os árabes, a meu ver, fizeram muito bem em libertar-se das grandes empresas multinacionais que os exploraram durante muitos anos. Fizeram eles, portanto, muito bem, em atualizar e colocar o preço de fato real, repito, do petróleo, no mercado internacional. Os outros países que se virem, que estabeleçam um novo sistema de vida, de acordo com o preço real do petróleo e não num preço completamente irreal, graças à exploração que os árabes sofriam nas mãos das grandes empresas multinacionais.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a só em parte tem razão. É muito fácil criticar, a *posteriori*, o que aconteceu. É fácil dizer-se que o Brasil esqueceu de procurar o seu petróleo mas na realidade, nobre Senador, várias missões nacionais, várias missões e comissões estrangeiras esforçam-se em pesquisas de petróleo no Brasil. Acontecia uma coisa muito interessante: enquanto o nosso próprio *know-how*, para a solução de um problema dessa natureza, era relativamente pequeno, o *know-how* estrangeiro era sempre mal recebido. Naquele tempo, como eu disse antes, o problema da exploração do petróleo foi encarado sob o clima de um nacionalismo mais que exacerbado.

Creio que isso nos prejudicou. A verdade é que, mesmo agora, quando o País dispõe de boa tecnologia e está, inclusive, vendendo tecnologia de exploração de petróleo, lá fora, até para os grandes produtores e até para exploração submarina, mesmo neste momento, o crescimento da produção de petróleo tem sido alto mas a descoberta de campos novos e mais promissores, numa perspectiva de largas possibilidades, ainda são relativamente limitadas.

O Sr. Gastão Müller — V. Ex^a, nobre Senador José Lins, tem plena razão, porque hoje é muito fácil, é como se diz normalmente: quem está fora do jogo pode vê-lo muito melhor. Então, estamos aqui fora do jogo, em função do tempo passado. Se analisarmos profundamente o problema do "O petróleo é nosso", vamos achar que essa campanha foi, até certo ponto, ridícula, porque não tínhamos petróleo: "O petróleo é nosso". "O petróleo não é nosso". "A PETROBRÁS é intocável". Intocável, por quê? Se fôssemos uma Arábia Saudita do petróleo, um Kuwait de petróleo, um Iraque ou um Irã, o petróleo seria nosso, mas não tínhamos petróleo descoberto! A produção da Bahia era aquela que havia, ninharia. Em função dos próprios interesses nacionais na época. E ficou-se falando que o petróleo era nosso e que a PETROBRÁS era intocável. Quer dizer, hoje, com o passar do tempo, fora do jogo, em função do tempo, repito, diríamos que foi uma campanha completamente sem sentido, porque tínhamos, primeiro, que ter o produto, para depois dizer que é nosso.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Com prazer. Peço apenas um momento.

E há ainda, nobre Senador, um aspecto interessante a observar: quando a PETROBRÁS quis melhorar o seu desempenho no que tange à comercialização de petróleo para o consumo interno, agindo na compra de óleo mais barato para o País, ainda nesse caso a PETROBRÁS sofreu sérias críticas.

Quanto ao problema dos árabes, eu não afirmei que eles cometeram violência. O que disse foi, que o enorme

aumento do preço do petróleo funcionou para os países pobres, importadores de petróleo, como uma violência. Os árabes, porém, no mínimo, tinham o direito de procurar proveito de sua riqueza, em benefício de seu povo.

Concedo o aparte ao nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Estou acompanhando o diálogo de V. Ex^a com o nobre Senador Gastão Müller. Na verdade, S. Ex^a afirma algo muito certo. Agora, o árabe deu o preço certo para o seu produto. Apenas assustou todo mundo. Por quê? Pela falta de previsão. Isso é o que acho. Nunca me esqueci de quando foi convocado à Câmara dos Deputados o atual Ministro das Minas e Energia, Sr. César Cals, e o Sr. Deputado João Cunha perguntou, ao então Ministro, por que o anterior Presidente da República não fez o que o atual estava fazendo, com S. Ex^a no Ministério, quer dizer, aumentando as prospecções, procurando petróleo para haver aquela razão de dizer-se que o petróleo, na verdade, é nosso. Agora já podemos atualizar, porque já temos 350 mil barris diários de petróleo; esse é nosso, é extraído do nosso solo e da nossa plataforma marítima. E eu me recordo que o Ministro César Cals teve esta saída: "— Decerto o Presidente anterior enxergava uma grande vantagem em tudo isso. Ele não pensou que viesse esse salto tão inopinado de um barril que custava 1,80 dólar, para 18 dólares. Ele não pensava que isso acontecesse; se viesse pederia vir numa média menor." Mas, então, a resposta do Ministro foi exatamente esta: é que o Presidente anterior achava mais barato comprar do que perfurar, e era mesmo. Comprar o petróleo por um dólar e oitenta, o barril, é muito mais barato do que perfurar. Mas era preciso que se tivesse na cabeça que essa coisa não iria continuar por muito tempo. Os árabes encontraram o preço justo do seu petróleo. Essa é que é a grande realidade. E o País foi sempre muito sábio em suas ações comerciais e industriais. Os Estados Unidos tiveram a cautela de ver tudo isso. Eles estavam sentindo que essa coisa não poderia continuar; então, na verdade compraram, refinaram, abasteceram-se suficientemente e até agora não se deram ao luxo de explorar o seu petróleo, que existe em abundância, no Alasca, por causa do custo do petróleo. Ele está lá guardado, é uma reserva que eles têm. Na verdade, Senador José Lins, este aumento do petróleo levou muita gente a se ajustar, muitos países a se ajustarem à sua verdadeira posição diante do petróleo, do mineral forte porque, na verdade, nós vamos buscar o petróleo onde ele estiver e vamos incrementar o problema do álcool, da mandioca, incentivar o mais possível a tecnologia, comprar a tecnologia do carvão para nos tornar auto-suficientes. Então, os nossos dólares vão saindo sempre e sempre. Agora mesmo deu-se isso; nós aumentamos a produção de petróleo, estamos adquirindo, estamos tirando mais petróleo, estamos comprando petróleo em dólares, e com a maxidesvalorização quase que voltamos à estaca "zero". Não estamos com maior sacrifício porque, ao invés de comprarmos um milhão e cem mil barris, por dia, estamos comprando apenas setecentos mil barris. De qualquer forma diminuiu, mas a questão é que o cruzeiro também se desvalorizou. Estamos comprando lá em dólares. É muito bom para o americano, porque a sua moeda se fortificou, mas para nós, diminuiu.

O SR. JOSÉ LINS — Agradeço a V. Ex^a o aparte, aliás muito esclarecedor.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ LINS — Concedo ao nobre Senador Hélio Gueiros, o aparte que me pede.

O Sr. Hélio Gueiros — Peço o aparte, nobre Senador José Lins, para apenas pôr minha restrição à afirmação de que foi inócua e vã a campanha "o petróleo é nosso" e, portanto, em favor do monopólio da PETROBRÁS. Quero dizer que não participei dessa campanha, embora

fosse nos meus tempos de juventude estudantil. Mas, sou forçado a reconhecer, eminente Senador, que se não fosse a insistência dessa campanha em favor do petróleo nosso e do monopólio da PETROBRÁS, quanto ao petróleo, nós não estaríamos extraindo esses trezentos e tantos mil barris por dia ou, se estivéssemos extraindo, não seriam nossos, seriam de empresas estrangeiras. Creio até que, como muita gente não acreditasse na permanência da tese "o petróleo é nosso", e que a PETROBRÁS iria ter permanentemente o monopólio, é que nós nos atrasamos um pouco em extrair todo o petróleo que hoje estamos extraindo. Deste modo, a minha observação ao discurso de V. Ex^a, com a devida vênia, é apenas para não condenar; antes quero exaltar — e saliento que dela não participei — a campanha designada pelo slogan "o petróleo é nosso". Se não fosse isso, não estaríamos hoje com trezentos e tantos mil barris por dia. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ LINS — Eu não disse, nobre Senador Hêlio Gueiros, em nenhum momento, que a campanha foi inocua ou vã. Ao contrário, acho que o slogan "o petróleo é nosso" foi, apenas, espelho de uma época. Talvez ele tenha dificultado um tanto o desenvolvimento da tecnologia nacional que, na ocasião, fatalmente tinha que se abeberar em fontes externas, a não ser que quiséssemos desenvolver uma nova tecnologia e um novo conhecimento a partir do zero, com nossas próprias forças, o que não seria o melhor caminho.

Quanto ao resultado disso tudo — sabe V. Ex^a — os árabes hoje são donos do seu petróleo, mas seguiram um caminho completamente diferente do nosso. Melhor do que o nosso? Talvez não, porque durante muitos anos foram explorados, vindo, por fim, a reagir, criando esse sério problema, hoje desencadeado sobre toda a humanidade. Se o preço do petróleo tivesse seguido uma escala de crescimento diferente, se não tivesse por anos a fio, permanecido tão baixo, certamente hoje a relação de preços entre energia e produto seria completamente diferente e não teria ocorrido esse abalo.

Por outro lado, há uma outra face da medalha: aquele preço vil pelo qual era vendido o petróleo — vil mas assim mesmo lucrativo — foi a fonte de todo o desenvolvimento tecnológico do mundo nestes últimos 40 anos.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a, nobre Senador?

O SR. JOSÉ LINS — Quanto ao mais, estou de acordo com V. Ex^a. Ninguém pode, simplesmente, condenar esses movimentos porque eles são frutos de uma época e de sua mentalidade.

Concedo o aparte ao nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Eminente Senador José Lins, V. Ex^a é um técnico, um cientista...

O SR. JOSÉ LINS — Não é tanto assim; preferia, ser considerado como político, mesmo modesto.

O Sr. Fábio Lucena — Quem o considera assim não sou eu, é a Nação brasileira. V. Ex^a conhece em profundidade o problema que aborda. Durante muito tempo, eu tenho sido seu aluno...

O SR. JOSÉ LINS — Muito obrigado.

O Sr. Fábio Lucena — ...em que pese não ser do conhecimento de V. Ex^a Eu tinha 13 anos de idade, era ginásiano no meu Estado, quando fomos visitar o poço perfurado em Nova Olinda, pela PETROBRÁS, no Rio Madeira; isso, em 1954. Recordo-me de que nos banhamos no petróleo do Rio Madeira, de Nova Olinda. Com o advento do regime de 1964, vale dizer, dez anos depois, a PETROBRÁS fechou todos os seus escritórios no Estado do Amazonas. Esse lacramento levou dez anos, nobre Senador. Há um rio, afluente do Amazonas, o Rio Juruá, onde a PETROBRÁS reiniciou suas atividades, e que é considerado por um grande cientista amazônico, Professor Samuel Benchimol, o maior manancial de petróleo que há na Bacia Amazônica. Ele tem um livro de título interessante: "Juruá, o rio dos homens macacos".

De fato, há três séculos, os índios que habitavam o Rio Juruá moravam nos galhos das árvores. Hoje, está provado que eles utilizavam daqueles recursos pela imensa densidade da ocorrência de petróleo naquela região do meu Estado. Por outro lado, a parte amazônica da Bolívia tem petróleo; o território amazônico do Peru, da Venezuela, da Colômbia, do Equador, têm petróleo. Por que só no lado brasileiro não há petróleo? Ora, em Majnoon, no Iraque, a PETROBRÁS descobriu o maior poço de produção mundial atual — 800 mil barris de petróleo por dia. A PETROBRÁS usa, em diversos países do Norte da África, uma tecnologia avançadíssima no campo da perfuração. Por que, então, a PETROBRÁS não se desloca para a região Amazônica, com todo esse potencial tecnológico, para extrair petróleo, que todos sabemos lá existir? Além do mais, se me permite alongar-me por mais um minuto, a UNICAMP tem um projeto sobre a diferença de temperatura entre o Rio Negro e o Rio Amazonas, e a diferença entre os dois rios em relação ao nível do mar. O Rio Amazonas é nove centímetros mais elevado, em relação ao nível do mar, do que o Rio Negro. Pelo projeto da UNICAMP, que está pronto — está lá em São Paulo — a instalação de um tubo movido a amônia no encontro das águas, sobre os leitos do Rio Negro e o Rio Amazonas, daria uma produção de energia da ordem de 20 milhões de quilowatts. Para V. Ex^a ter uma idéia, a cidade de Manaus, atualmente, consome 240 mil quilowatts de energia provenientes do diesel, do petróleo importado. Ora, segundo a UNICAMP, como essa energia não pode ser toda consumida em Manaus, ela poderia ser transformada em hidrogênio que, devidamente embalado, seria exportado para as demais regiões do nosso País. Esse hidrogênio, devidamente reprocessado — dentro de um projeto da UNICAMP — equivaleria a duas usinas com o potencial de Itaipu, que daria para abastecer, sem ter que dividir a energia com outros países — como é o caso de Itaipu — todo o Centro-Sul do Brasil. Ofereço a V. Ex^a a sugestão de mandar pedir esse projeto da UNICAMP, pois ele parece profundamente importante não apenas para o meu Estado mas para o nosso País. É um projeto simples, os franceses já utilizam essa técnica, — sabe V. Ex^a — sendo que, na França, o processo não é horizontal, é vertical. Os franceses já aproveitarão, através da amônia, a diferença de temperatura do fundo do mar e a superfície do mar. Lá, todavia, eles têm de enfrentar o problema da força de gravidade, para movimentar a amônia e na Amazônia não haveria esse problema. Então, fica o meu aparte, a sugestão a V. Ex^a para que a UNICAMP implante esse projeto na Amazônia. Muito obrigado pela tolerância e perdoe-me por haver importunado o seu extraordinário discurso.

O Sr. Gastão Müller — Senador José Lins, antes que V. Ex^a reinicie, queria apenas fazer um esclarecimento ao eminente colega e correligionário, Senador Hêlio Gueiros, que nem eu, nem o Senador José Lins, ou o Senador Almir Pinto que tomamos parte nos debates, inicialmente, criticamos ou atacamos o monopólio estatal. O que criticamos — e englobamos como culpado o Brasil inteiro, como Nação — foi um pouco de imprevidência, podemos dizer assim, quanto à pesquisa e prospecção do petróleo, que nos daria, agora, quando da crise do petróleo, condições de saber onde haveria petróleo, se na Bacia de Campos, na Amazônia, no Pantanal mato-grossense, no Planalto Central, enfim, onde haveria petróleo realmente. Nós combatemos e criticamos somente isto, nunca o monopólio estatal de petróleo. E complementando e ilustrando o aparte do nobre Senador Fábio Lucena, quero dizer que o mesmo caso se dá em Mato Grosso, só que não é na Bacia Amazônica. Aliás, eu já li que é o maior manancial de petróleo do mundo, maior que o Kuwait, Arábia Saudita, que o lençol petrolífero da Amazônia é o maior do mundo. Em Mato Grosso há também um fato curioso: no pantanal de Mato Grosso, Monteiro Lobato descobriu petróleo, na célebre companhia de Monteiro Lobato, num lugar chamado Porto Esperança, que é um distrito do Município de Corumbá. E

no chaco paraguaio — chaco é o mesmo que pantanal, em espanhol — há petróleo, nos altiplanos bolivianos há petróleo, mas Deus determinou, quando criou o mundo, no futuro haveria um País chamado Brasil, que neste país não poderia haver petróleo e que no chaco, desse limite para adiante, seria Paraguai e ali deveria haver petróleo. Mas no Pantanal Mato-grossense, que são 300 mil quilômetros quadrados, nunca a PETROBRÁS perfurou, ou pelo menos, que eu saiba, fez umas três, quatro, cinco ou oito perfurações num pedacinho do Pantanal Mato-grossense, em Corumbá, 600 metros de profundidade — tendo os documentos com informações da PETROBRÁS — quando hoje se procura petróleo a 4 mil, 5 mil metros. Ela declarou e afirma peremptoriamente que não há petróleo no pantanal de Mato Grosso. O mesmo ocorre com a Amazônia brasileira. Em toda a fronteira com os países da Amazônia espanhola há petróleo; só na Amazônia brasileira que ainda não se descobriram, definitivamente, mananciais imensos de petróleo. O que se precisa é que a PETROBRÁS, resolva, de fato, fazer prospecção para valer, violentamente, agressivamente, em todo o território nacional e que gaste essa fortuna que ela declara que tem de lucro, como declarou já este ano — o lucro do ano passado foi imenso — que aplique isso em prospecção e pesquisa do petróleo em todo o território nacional, de forma agressiva e violenta mesmo, que estaremos, dentro de pouco tempo, livres dos árabes quanto ao petróleo. Manteremos as nossas cordiais amizades com os árabes, que muito contribuíram para o progresso do Brasil e continuam a contribuir, mas ficaríamos independente do problema petrolífero dos árabes.

O SR. JOSÉ LINS — Nobres Senadores Gastão Müller e Fábio Lucena, creio que vou responder os dois apartes ao mesmo tempo, já que são correlatos.

Começaria pelo problema do chaco. O chaco provocou, uma guerra quase fratricida e V. Ex^a. Mas o fato é que depois de tudo isso, depois daquela luta sangrenta, depois de tanta miséria para dois povos tão pobres como o povo paraguaio e o boliviano, o que resultou foi uma grande decepção em termos de exploração de óleo, na região. Isso leva-nos a crer que, ou esse petróleo não existe ou, economicamente, não é explorável; se não, nobre Senador, ele já estaria sendo extraído.

Quanto ao problema levantado pelo Senador Fábio Lucena, V. Ex^a sabe, nobre Senador, que podem sempre surgir pequenos mananciais, pequenas fontes naturais, que têm sido causas de grandes decepções neste País. Um pouco de petróleo pode surgir em alguns locais onde uma estrutura sem expressão econômica o permite.

V. Ex^a tomou, talvez, em águas impregnada de petróleo, mas isso não significa que ali houvesse, realmente, uma bacia petrolífera de dimensão razoável.

Há pouco tempo, recordo-me bem que uma empresa, perfurando um poço em Mossoró, a busca de água, acabou cometendo um erro inominável, porque a água bombeada para a rede de abastecimento da cidade vinha misturada com petróleo. Pensou-se, então, que Mossoró estaria em cima de uma imensa bacia petrolífera, mas não se tratava senão de pequenos veios incluídos na formação calcária daquela região. A estória de que quase todos os países da América do Sul que fazem fronteira com o Brasil dispõem de petróleo e o Brasil não, é realmente interessante e antiga. Estudos geológicos são a primeira coisa a ser feita quando se procura ouro negro. Verificam-se se as estruturas geológicas são propícias a sua existência. Antes das perfurações que são caríssimas, sempre se fazem sérios estudos geológicos e de prospecção. Se a estrutura da geologia local indica pouca probabilidade, evidentemente, o risco é muito maior para as perfurações.

Ora, para responder à pergunta, ou para dar uma idéia do quanto ela deve nos preocupar, mas não nos absorver, totalmente, deve admitir-se que os contratos de risco da PETROBRÁS, teriam que oferecer áreas de maior probabilidade para a existência de óleo.

O Sr. Gastão Müller — Pelo contrário!

O SR. JOSÉ LINS — Explico a V. Ex*.

O Sr. Gastão Müller — O *filet mignon* ficou para a PETROBRÁS.

O SR. JOSÉ LINS — Tomado o mapa do Brasil, verificamos que há possibilidade de ocorrência de petróleo em certas regiões; e isso foi feito pela PETROBRÁS. A PETROBRÁS levantou todas as bacias cujas formações geológicas seriam mais propícias à existência de petróleo. Tirou aquelas, digamos, onde a probabilidade era máxima, para a sua própria exploração e ofereceu as outras que, no entanto, ainda eram muito prováveis, e as ofereceu às empresas em regime de contratos de risco. Então, essas bacias escolhidas pelas empresas, não eram as piores áreas existentes no País. Era o intermediário. Excluídas as partes a serem exploradas pela PETROBRÁS, o resto era o melhor que se podia oferecer. Esses contratos de risco, aliás, não têm levado a grande coisa em matéria de produção. É porém, possível que novos estudos na Amazônia nos levem a identificar bacias melhores. Aconteceu em Nova Olinda. Um poço ali perfurado ofereceu gás de petróleo. À época, — não passou disso. As perspectivas de óleo não foram tão animadoras.

Mas, Senador Lucena, V. Ex* ainda levanta uma outra idéia: sugere o aproveitamento de um desnível entre massas de águas correntes, na Amazônia, ou a exploração de diferenças de temperatura da água. O aproveitamento de diferenças de nível é secular. Toda a indústria hidrelétrica, hoje, se baseia nisso. Agora, que tipo de estrutura deve ser feita para aproveitar um rio como o São Francisco? Uma barragem razoável, a montante de uma enorme queda d'água.

Que tipo de estrutura deve ser feita para se aproveitar o rio Amazonas? Uma imensa barragem cuja construção naquelas dimensões de fluxo d'água e naquelas profundidades pode se tornar, no momento, uma aventura. E para aproveitar que desnível? Alguns centímetros? Isso não significa que eu esteja contestando algum estudo feito pela Universidade de Campinas. Eu gostaria de conhecê-lo para poder julgá-lo.

O problema da diferença de temperatura é uma outra questão que vem sendo tentada há muito. Nas Antilhas já há uma usina funcionando, aproveitando a diferença de temperatura entre a água do fundo do mar e a água da superfície; isso gera vapor e esse vapor é utilizado para produzir energia mecânica e energia elétrica.

O uso de amônia deve ser semelhante ao que ocorre nas geladeiras, com o argônio.

Faço votos a V. Ex*...

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, permite V. Ex* um aparte? Quero apenas dar uma explicação.

O SR. JOSÉ LINS — Pois não.

O Sr. Fábio Lucena — A grande vantagem do Projeto UNICAMP é exatamente que ele não implica na construção de nenhuma barragem, essa é a vantagem essencial do projeto UNICAMP. É apenas uma tubulação que necessita de uma única carga de amônia. É a grande vantagem. E, depois, o Projeto oferece um custo baixíssimo em comparação com a sua rentabilidade econômica, política e social. Daí eu insistir para que V. Ex*, como senhor do assunto, chame esse Projeto da UNICAMP, para trazê-lo ao Senado, porque é provável que, depois de devidamente estudado, ele possa ser implantado na Região Amazônica. Era só. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LINS — Agradeço a V. Ex* a informação. Evidentemente, não me posso pronunciar sobre um trabalho que desconheço.

O Sr. Alberto Silva — V. Ex* me permite?

O SR. JOSÉ LINS — Pois não.

O Sr. Alberto Silva — Estava acompanhando o discurso de V. Ex* e é um engenheiro perguntando ao engenheiro. V. Ex*, ao explicar...

O SR. JOSÉ LINS — Vamos acabar nobre Senador, pensando que não há mais políticos nesta....

O Sr. Alberto Silva — ...que essas ocorrências, que às vezes trazem euforia aos brasileiros, às vezes têm sido frustrantes, porque o estudo da geologia da região tem mostrado que há possibilidades, mas não há segurança — como V. Ex* é um estudioso dessa matéria — a pergunta que eu queria encaixar aqui é a seguinte: "Os estudos que a PETROBRÁS tem sobre o Brasil, em termos de produção de petróleo, dariam tranquilidade a que vislumbrássemos, num horizonte não muito distante, a independência do Brasil em combustíveis de petróleo?"

O SR. JOSÉ LINS — Acredito que não, nobre Senador. Sei que as reservas nacionais conhecidas, isto é, aquelas que podem passar à exploração imediata, têm crescido muito. Se não me engano, elas foram triplicadas nestes últimos anos. Mesmo a produção de petróleo, a extração, mais do que duplicou, como V. Ex* sabe. Passamos de 160 mil barris por dia para cerca de 340, 350 mil barris, e queremos atingir 500 mil barris em 1985.

Digo sinceramente a V. Ex* que, dado o conhecimento que tínhamos desse problema, em 1979 considerávamos a meta posta pelo Ministro César Cals como muito avançada. Hoje, estou convencido de que vamos conseguir produzir 500 mil barris de petróleo em 1985 e mais 150 mil barris, equivalentes, de álcool. No momento, porém, acho que não temos segurança para um programa de total autoabastecimento. Mas, isso é dinâmico, isso pode mudar.

O Sr. Alberto Silva — Apenas um minuto, aproveitando a resposta de V. Ex* Não seria hora, então, de que grande parte do recurso de que dispomos fosse canalizada para uma outra pesquisa, que nos daria independência, esta sim, na produção de álcool etílico a partir de madeira? É a pergunta.

O SR. JOSÉ LINS — Senador Alberto Silva, quando foi instituído o PROÁLCOOL, fui tomado por duas sensações. A primeira era a de que este País tinha encontrado uma boa maneira de evitar evasão de divisas; a segunda, era a de que nós correríamos um risco calculado ao iniciar um programa que poderia tornar-se um objetivo extremamente frustrante. Por quê? Porque sabíamos que o PROÁLCOOL teria que ser subvencionado, e altamente subvencionado.

Ora, se o custo real do álcool é mais alto do que o do petróleo, toda a nossa indústria que dependesse dele ficaria sem poder de competição, a não ser que o Governo a subvencionasse continuamente. Além disso, se acontecesse uma queda violenta no preço do petróleo, essa situação se tornaria ainda mais difícil.

Hoje o preço do petróleo está caindo e isso é altamente positivo para nós, menos no caso do álcool. Vai nos ajudar muito nesta conjuntura.

Mas mesmo agora, muitos técnicos prevêm uma nova crise de crescimento desse preço, porque o fato fundamental é que o mundo é ávido de petróleo e este é um bem esgotável e, certamente, não poderá alimentar o mundo todo por muitos anos além.

Concedo o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora, pedindo-lhe desculpas pela demora.

O Sr. Virgílio Távora — Nobre Senador, havíamos saído da Casa, um mister nos chamava em um dos Ministérios da Esplanada, e quando entramos ouvimos parte do discurso de V. Ex*, já do meio para o fim. E permitimo-nos, então algumas achegas fazer ao seu brilhante pronunciamento. Número um: quanto à PETROBRÁS, consideramo-nos um dos responsáveis pelo monopólio estatal do petróleo. Fomos aqueles que divergiram muitíssimo quando Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, deu como uma solução complementar a abertura do monopólio através dos contratos de risco. Parece-nos que a história nos dá razão porque até o dia de hoje essas diferentes companhias concessionárias não acrescentaram um barril sequer de petróleo à nossa produção, embora

lhes tenham sido dadas áreas contíguas às que a PETROBRÁS trabalhava e outras que, embora não tivessem essa proximidade, eram dadas como bem prováveis de possuir petróleo. Esta que é a grande verdade. Ai de nós, nobre Senador, se não houvesse a PETROBRÁS dotada de seus poderes monopolísticos, quando do primeiro e do segundo saltos que deu o preço do petróleo.

Estariamos à mercê da mais desenfreada agiotagem internacional. Número dois: queria defender também a PETROBRÁS na Amazônia, com permissão do nosso colega Lucena. Juruá, justamente, podemos afirmar oficialmente, tende a se transformar, a curto prazo, na grande reserva. Infelizmente, lá encontrado não foi petróleo, mas foi muitíssimo gás natural, gás natural em quantidade verdadeiramente surpreendente, em quantidade superior ao do resto do País conhecido. Número três: a PETROBRÁS, inicialmente, — e aí vai uma defesa um pouco apaixonada, reconheço, porque nós gostamos da PETROBRÁS — não pesquisava, na intensidade que todos nós gostaríamos de ter, porque o País era pobre e a PETROBRÁS era pobre, no seu início. Custava, o barril de petróleo perfurado aqui, obtido por perfuração própria nossa, mais do dobro daquele que nós comprávamos do árabe. A PETROBRÁS se encaminhou paralelamente, enquanto formava seus quadros, para ter realmente as equipes que tornassem *ad futurum* essa companhia perfuradora, e se dedicou à refinação; se dedicou ao comércio, atividades altíssimamente rentáveis, sem embargo da capitalização que foi fazendo o necessário, porque ninguém perfura sem gastar muito dinheiro. Depois, V. Ex* há pouco se referiu, *en passant*, até pelo Rio Grande do Norte, Mossoró, não foi?

O SR. JOSÉ LINS — É verdade!

O Sr. Virgílio Távora — Vamos dizer, como Golda Meir, que Israel não tinha culpa de Deus ter jogado o povo eleito justamente numa terra em que não havia petróleo, embora circundado de petróleo por todos os lados, em países que inimigos eram. Aqui, da mesma maneira; petróleo não se encontra onde se quer e sim onde existe. Talvez seja até um pouco acaciano o exemplo do Rio Grande do Norte, e do meu Estado, é típico. Por acaso se descobriu esse pequeno lençol, que depois se viu que se estendia muitíssimo. E hoje, quem vai ao leste do Ceará ou ao oeste do Rio Grande do Norte, vê naqueles campos, como no Texas, petróleo a 300, 400 metros de profundidade. Não são grandes poços, mas estão sendo cavados às centenas, porque o mais profundo não chega a 400 metros de profundidade, comparado com os 2.600, 2.800, 3.000, 3.500, e submarinos, isto é *off-shore*, que hoje estão dando a maior produção no próprio Ceará e no Brasil, não tenho a menor dúvida, porque lá também temos nossos poços fora da plataforma continental, já mesmo *off-shore*. Então, tenho a impressão de que não foi por altíssima técnica que se descobriu petróleo, foi por acaso; descobriu-se até na fazenda de um conhecido de V. Ex*, quando se perfurava para achar água, perfurando a 400, 500 metros, porque no Rio Grande do Norte, como há pouco estava sendo referido, há um grande lençol subterrâneo; então, estava se cavando à procura de água, e o que se descobriu foi, justamente, petróleo. O que a PETROBRÁS fez em Nova Olinda, naquela época, que despertou tanto interesse, é porque para a época o campo perto de Nova Olinda, que deveria delimitar um campo com tantas esperanças nossas, era absolutamente contra qualquer exploração comercial; não indicava qualquer exploração comercial, porque na verdade nem a PETROBRÁS era suicida, ela que sofria uma campanha imensa; todos aqueles que lhe eram adversários diziam que eram contra, porque ela não encontrava nada, em lugar nenhum, ou que fosse então tapar um poço que pudesse ser explorado comercialmente. Esse é o depoimento que dou sobre épocas já passadas da PETROBRÁS. Mas o maior depoimento que se dá a favor da PETROBRÁS é que, sem sombra de dúvida — temos até aqui uns dados — tivemos em média, em 1982, média do ano, 266 mil barris por dia; e terminamos o ano já

com trezentos e vinte mil barris. Vamos ter em média, em 1983, trezentos e quarenta a trezentos e cinquenta mil barris por dia, numa projeção, embora já se termine o ano com quase quatrocentos e vinte mil barris. Uma média de quatrocentos e cinquenta mil barris, em 1984, para chegarmos a quinhentos, quinhentos e cinquenta mil barris de petróleo, da média, porque área não quer dizer de pique.

O que a PETROBRÁS tem encontrado são pequenos campos, e se tem dado a eles o melhor dos esforços, para deles retirar todo o possível. Eram essas as achegas que gostaria de dar ao seu brilhante discurso, meu caro Líder. Realmente, é somente perfurando que se encontra petróleo, mas só se encontra petróleo perfurando quando ele existe lá embaixo.

O SR. JOSÉ LINS — Agradeço, nobre Senador Virgílio Távora, a brilhante contribuição de V. Ex^a ao meu discurso feito, aliás sem maiores pretensões, e cujo objetivo é um tanto diferente do problema do petróleo em si; nós estávamos comentando o impacto das variações de preço...

O Sr. Virgílio Távora — Bem que eu disse que havia interrompido o discurso de V. Ex^a

O SR. JOSÉ LINS — Tenho a impressão de que estou em boa companhia, quando, como V. Ex^a declaro-me um admirador da PETROBRÁS. O trabalho do a PETROBRÁS vem realizando no Governo do Presidente Figueiredo, o trabalho que Ministro César Cals e do Presidente Shigeaki Ueki, tem sido gratificante. Mais do que dobramos a produção em 4 anos, coisa com que não contávamos em tão pouco tempo.

Quanto aos contratos de risco, eu os considero uma solução feliz, porque com eles estamos pesquisando a baixíssimo custo para o país. Certamente não poderíamos fazer tanta pesquisa se não tivéssemos admitido os contratos de risco. Não perdemos, de modo nenhum, o monopólio. Esse é um problema que vai tendo o seu impacto amortizado ao longo do tempo, na medida em que os esclarecemos melhor.

Mas, nobre Senador Virgílio Távora, V. Ex^a fez uma citação muito interessante quando se referiu a Israel. Está Israel, como o Brasil, cercado de países que têm petróleo, mas ele mesmo praticamente, não tem.

O Sr. Virgílio Távora — Com toda a tecnologia.

O SR. JOSÉ LINS — Com toda a tecnologia, com todo o conhecimento, com todo o dinheiro dos judeus do mundo à sua disposição, mas não tem petróleo, simplesmente não tem.

Pois bem, durante uma viagem que fiz a Israel, comentando esse problema com um judeu, meu velho amigo, ele me contou uma história muito interessante: que isso tudo decorreu de um erro de Moisés; porque quando Pai Abraão, já muito velho, chamou Moisés — dizia-me ele — para conduzir o povo judeu, a voz já fraca, mal podia ser compreendida. Pai Abraão teria então dito a Moisés: "Moisés, conduze o meu povo para a terra da promessa, para a terra do Canadá." Moisés porém entendeu errado. Ele entendeu "Canaã" o que é muito diferente. Eis aí o erro, que custou caro aos judeus.

Mas, nobre Senador Virgílio Távora, continuando a discussão, volto ao tema fundamental, que é o impacto do custo do petróleo sobre a economia mundial, que redundou na crise que ora nos envolve. A diferença crucial entre o primeiro impacto, em 1974, e o segundo, em 1979, é que as condições de liquidez, naquela época eram boas. Hoje, são péssimas. Por conta disso, em 1982, vinte e cinco países tiveram sérias dificuldades e muitos deles pediram concordata. O caso do México, por último, influenciou muito a situação brasileira.

Sempre digo que o fator decisivo da crise do Brasil não foi gerada dentro do País, mas lá fora. O sistema financeiro internacional negou, de uma hora para outra, estancou de uma hora para outra o fluxo de recursos que equilibrava os nossos compromissos. Como quem corta a jugular de um homem, fazendo com que lhe falte o san-

que, essencial à sua sobrevivência. E foi esse exatamente o ponto fundamental.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Concedo o aparte ao nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Perdoe-me V. Ex^a se volto a interromper seu brilhante discurso. Faria uma pergunta: o México era ou é auto-suficiente em petróleo?

O SR. JOSÉ LINS — Não só é auto-suficiente, como é exportador de petróleo.

O Sr. Alberto Silva — Muito bem! Então, a segunda pergunta: no México, há mais de 2 milhões de hectares irrigados?

O SR. JOSÉ LINS — São quatro e meio milhões, nobre Senador.

O Sr. Alberto Silva — Estou falando com o mestre da irrigação. Corrija-me e eu fico satisfeito. São 4 e meio milhões de irrigação. Por conseguinte, pode produzir comida e tem petróleo. Então, como chegou a essa situação de ter que recorrer ao FMI? V. Ex^a faz um estudo da economia mundial e nós diz que quando o México entrou nesse colapso, nós quase que fomos arrastados atrás.

O SR. JOSÉ LINS — O que aconteceu com o México foi a mesma coisa que aconteceu com outros países produtores de petróleo, talvez com maior gravidade. O que aconteceu foi que, com base na previsão de receita do petróleo, o México se endividou para investir em áreas julgadas importantes.

Endividou-se e de tal modo os juros o atingiram que a venda do petróleo já não foi suficiente para cumprir os compromissos...

O Sr. José Fragelli — E nós nos endividamos devido a quê?

O SR. JOSÉ LINS — O resultado foi exatamente este: a maior crise da história econômica do País.

O Sr. Alberto Silva — E em que baseamos a nossa?

O SR. JOSÉ LINS — O nosso caso é diferente, nobre Senador, ...

O Sr. José Fragelli — E bem pior.

O SR. JOSÉ LINS — ... nós contraímos uma dívida de estrutura completamente diferente, adquirimos compromissos de longo prazo, e grande parte do que devemos decorre de compras indispensáveis. Basta que V. Ex^a verifique, pelo nosso balanço, que no ano passado pagamos de principal, apenas cerca de 7 bilhões de dólares, para uma exportação de cerca de 20, enquanto os juros se elevaram a mais de 10 bilhões de dólares. O grande problema decorreu do estancamento da liquidez; um estancamento violento, por conta de quê? Por conta de uma reação em cadeia, que levou o sistema financeiro internacional à faixa de uma desconfiança generalizada contra todos os países em desenvolvimento. O caso do México é completamente diferente do nosso e prejudicou profundamente a situação brasileira.

E injusta a opinião de que o Governo é incompetente para lidar com a sua própria dívida.

O Sr. Alberto Silva — Não estou afirmando isso, nobre Senador.

O SR. JOSÉ LINS — Não. Eu estou afirmando. Estou afirmando que há, realmente, uma tendência a interpretar o endividamento brasileiro como uma consequência de más administrações.

O Sr. José Fragelli — Há uma certeza, e não uma tendência.

O SR. JOSÉ LINS — Isso diz V. Ex^a, o que certamente concorre para formar a opinião pública. Eu porém penso diferente.

O fato é que os juros a partir de 1981 se tornaram violentamente escorchantes; chegaram a cerca de 20, 21%. Ora, V. Ex^a sabe que os empréstimos são feitos com cláusula de reajustamento dos juros. E o que provocou o aumento dos juros? Essa foi uma das consequências do desdobramento da crise do petróleo.

Mas o que não se disse até agora, nobre Senador, é que as nossas autoridades deram tudo de si para ultrapassar a fase aguda da crise desencadeada a partir de setembro do ano passado. E ultrapassaram-na. Hoje, o País está mais tranquilo. O País recompôs o esquema de seus pagamentos sem deixar de pagar em dia a qualquer dos seus credores, lá fora. E preciso reconhecer que esses homens que aí estão, Delfim Neto, Galvêas e Langoni, fizeram um trabalho mais do que patriótico. Nada de vergonhoso como insinuam. Ao contrário. Eles honram e honram este País. O plano econômico por eles esquematizado prevê, para 83, empréstimos em moeda de apenas cerca de dez bilhões de dólares; e reduz, nos próximos anos, a taxa de endividamento, pretendendo que a dívida externa se torne cada vez menor em relação ao PIB.

O Sr. Alberto Silva — Essa relação não paga dívida.

O SR. JOSÉ LINS — Não paga mas administra e controla, nobre Senador. Há, entretanto um condicionante: devemos conseguir este ano, um saldo de 6 bilhões de dólares na balança comercial. Medidas estão sendo tomadas para isso, inclusive a maxidesvalorização. Alguém pode ser contra a maxidesvalorização, mas ela está dentro do contexto de um objetivo que precisa ser conscientemente avaliado e apoiado. Eles estão trabalhando diuturna e duradouramente. Vejam o que publica hoje o *Correio Braziliense*:

"Brasil só importa de quem compra."

O Sr. Alberto Silva — Porque não tem com que pagar.

O SR. JOSÉ LINS — A coisa é mais inteligente, Senador Alberto Silva. Considero essa sugestão do Ministro Galvêas sumamente importante.

V. Ex^a espere um momento e entenderá melhor. Essas medidas têm uma razão de ser por trás delas, não são irracionais, e V. Ex^a é um homem inteligente.

Leia a notícia:

BRASIL SO IMPORTA DE QUEM COMPRA

O Brasil vai reformular a estratégia de importação de petróleo, agora relacionada com as exportações de nossos produtos para os países vendedores do mineral energético. A intenção é importar petróleo de quem comprar produtos brasileiros. Essa mudança de tática poderá, a princípio, irritar alguns países tradicionalmente fornecedores de petróleo ao Brasil, e poderá, inclusive, resultar em dificuldades momentâneas nas negociações de alguns contratos. Todavia o risco está sendo calculado pelos articuladores brasileiros, convictos de que a guerra de preços entre os produtores de petróleo favorecerá o esforço do Brasil de reduzir o déficit comercial com os fornecedores. Assessores do Ministério das Minas e Energia revelaram que estão avançando negociações com a China visando a exportação de minério de ferro.

No momento em que as condições dos produtores de petróleo nos permitem, estamos alertas para tirar partido. Devem entrar em cena os contratos bilaterais como sugerem os Ministros Delfim Netto e Ernani Galvêas. Podemos negociar mais com o México? Certamente! O México tem petróleo e certamente deseja vendê-lo, mas nós temos também o que vender ao México.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Eminentíssimo Senador José Lins, tenho a impressão, e peço perdão se estou concluindo mal, que V. Ex^a está se aproveitando de um plenário semideserto para defender a tese inaceitável de que dispomos de três grandes gênios na direção das finanças brasileiras. Tenho a impressão de que V. Ex^a fica isolado...

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a comete uma grande injustiça. Só a presença de V. Ex^a nesta Casa contradiz essa tese absurda.

O Sr. Hélio Gueiros — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSE LINS — Além do mais V. Exª conta aqui com colegas brilhantes que, absolutamente, não merecem esse conceito que V. Exª deles faz.

O Sr. Hélio Gueiros — Explico a V. Exª o que eu quis dizer: se o plenário estivesse um pouco mais lotado haveria um clamor de todo ele, que, se talvez, não fosse a eficiência e sabedoria da direção dos trabalhos, talvez convulsionasse todos os trabalhos.

O SR. JOSE LINS — V. Exª pode contar comigo para voltar ao tema, com a Casa cheia. Parto da hipótese de que a pior das qualidades humanas é a injustiça e de que, se queremos justiça, precisamos primeiro, praticá-la abertamente.

O Sr. Hélio Gueiros — Continuando com meu aparte, quero dizer que, quando eu era um pouco mais novo, o bom administrador, o bom político, era aquele que pagava as suas dívidas e não aquele que rola a dívida e passa a dever cada vez mais. No Brasil, há coisa de um ano ou dois, o Ministro Delfim Netto se gabava, pela televisão, de que o Brasil estava com seus compromissos rigorosamente em dia e que não havia o menor perigo de falhar com nossas obrigações para com o resto do mundo. De repente, há coisa de uns seis ou oito meses, traduziram esse termo inglês *roll*, que tenho a impressão, é inglês, não é brasileiro e significa rolar a dívida, porque a primeira vez que vi isso foi na revista *Time*; então, tenho a impressão que é um termo traduzido para o português. Inventaram esse termo de rolar a dívida e, com base nessa semântica, começou-se a desculpar a incapacidade dos nossos administradores de resolver o nosso problema. Eu não posso admitir que alguém se vanglorie de dever, e dever cada vez mais, e ninguém mexer com ele. Acho isso feio. O certo é adotar-se um plano e um projeto em que se dê um escalonamento para se pagar as nossas dívidas de uma maneira justa e razoável. Mas eu, nunca daria título de benemérito para a Nação, àquele que vai empurrando, empurrando a dívida para adiante. Por isso é que às vezes, chego a desconfiar, eminente Senador José Lins, que o Partido de V. Exª, o PDS, fica empurrando essa dívida para 83, 84, 85, para depois deixar o abacaxi para o PMDB quando este assumir a direção da coisa pública nacional. Mas, só quero dizer a V. Exª que não posso ficar calado quando V. Exª passa a elogiar os Ministros da área econômica como gênios, em comparação até com outros países, porque V. Exª arrola 25 ou 26 países que imitaram o Brasil. Tenho a impressão de que esse plano e projeto atuais, que V. Exª tanto elogia, não são dos três Ministros: tudo é um plano, um projeto que foi imposto pelo Fundo Monetário Internacional e essa história de dizer que o Fundo Monetário Internacional, hoje, está bonzinho, é camarada, aceita os problemas sociais do País, isto é conversa e pouco a pouco nós estamos vendo que ele é implacável, severo e duro e o Brasil, que inicialmente parecia que iria se contrapor às exigências do FMI, pouco a pouco, de dia para dia, está entregando os pontos. E por isso, eminente Líder José Lins, que eu não aceito que se diga que os expoentes máximos das finanças do Brasil sejam os atuais três Ministros, porque, em qualquer país do mundo, ministros que perdessem a credibilidade perante a opinião pública, sairiam, por bem ou por mal. Aqui no Brasil os ministros, os porta-vozes oficiais, dizem uma coisa num dia, desdizem no outro e não se julgam com obrigação de explicar nada; e já se começa a advogar a tese cínica de que se pode mentir para o povo, desde que seja conveniente mentir para o povo. Era essa a observação que eu queria fazer a V. Exª, para discordar desse título de financistas e de beneméritos da Nação, que V. Exª, nesse instante, está outorgando aos nossos três ministros da área econômica.

O SR. JOSE LINS — Senador Hélio Gueiros, eu não defendo os ministros sem razão. V. Exª é injusto. V. Exª se engana e finalmente exagera. E vou dizer por quê. V. Exª é injusto quando diz que não devemos reconhecer o trabalho desses homens. V. Exª se engana quando diz que estamos simplesmente rolando a dívida. Engana-se inteiramente. Repito Senador Hélio Gueiros que este

País não deixou de pagar um tostão do que deve, nem dos juros, nem do principal...

O Sr. Hélio Gueiros — Mas ficamos devendo mais, Exª

O SR. JOSE LINS — Calma, V. Exª bem pode ouvir-me um pouco mais.

O Sr. Hélio Gueiros — Vou ouvir V. Exª atentamente.

O SR. JOSE LINS — V. Exª deve ouvir-me. A dívida não é um mal. Há empresas que se endividam. E o normal. As instituições de crédito existem para isso, para o endividamento. Sem os empréstimos a economia do mundo não avançaria. O empréstimo é um instituto tradicional, importante, inventado pelo homem desde o início da sua atividade econômica. V. Exª nobre Senador não pode condenar o empréstimo em si. Vejamos agora como o empréstimo funcionou em nosso caso: no ano passado, apesar de todas as dificuldades, com um esforço extraordinário — e é aqui que eu chamo a atenção para o cuidado que esses homens tiveram com a administração da nossa dívida —, eles não deixaram de pagar nem um tostão, nem do juro e nem do principal. V. Exª engana-se portanto, quando diz que deixamos de pagar e que simplesmente aumentamos a dívida.

Por outro lado V. Exª exagera...

O Sr. Hélio Gueiros — Eu gostaria que V. Exª fosse mais claro para me dizer como é, quando se contrai mais empréstimo e não se fica devendo mais?

O SR. JOSE LINS — Quem contrai empréstimos...

O Sr. Hélio Gueiros — Diminui!

O SR. JOSE LINS — ...pode aumentar a dívida, mas isso não é, em si, um mal, e pode até ser um bem. Talvez V. Exª, em sua vida nunca tenha contraído um empréstimo, eu não sei; mas é possível que o Senador José Fragelli com mais experiência já tenha alguma vez se utilizado de créditos para o desenvolvimento de suas próprias atividades privadas. Eu não acredito que o nobre Senador José Fragelli seja contra as instituições bancárias, contra os financiamentos ou contra os empréstimos. Não acredito.

O Sr. Hélio Gueiros — Mas ninguém está defendendo isso: V. Exª está trocando o assunto.

O SR. JOSE LINS — V. Exª, ademais, exagerou quando disse que chamei os ministros de gênios. Eu não disse isso.

O Sr. Hélio Gueiros — Disse mais ou menos.

O SR. JOSE LINS — A história da garrafa já não é atual na vida moderna. Não há mais gênios desse tipo, mas há homens dedicados, que não se importam de sofrer o custo da injustiça, para cumprir suas obrigações.

O Sr. Hélio Gueiros — Mas quem está sofrendo é o povo.

O SR. JOSE LINS — É fácil elogiar alguém quando tudo vai bem. O difícil é reconhecer o merecimento de que, apesar de seu esforço, apenas evita que o pior aconteça. Para isso é preciso, realmente, muita grandeza. Eu vou aliás mais adiante.

V. Exª critica esses homens. Pois bem, quando, no ano passado, estancou-se completamente o fluxo de recursos externos para o País, eles fizeram um esforço inaudito, baseados na sua competência e na credibilidade do País. Negociaram empréstimos pontes suficientes para substituir todas as linhas normais de crédito que falharam. Imagine V. Exª se, de repente, o Banco do Brasil e os grandes bancos nacionais cortassem suas linhas de crédito às empresas! o que iria acontecer? V. Exª já se lembrou disto? Um verdadeiro pânico, uma verdadeira derrocada na economia nacional. Ponhamos o caso, *mutatis mutandi*, posição do Brasil. Esses homens foram capazes de evitar tudo isso. Foram hábeis e bastante para negociar esse empréstimo ponte evitando o pior, até que uma solução mais sólida e mais ampla fosse encontrada, por eles mesmos, no início deste ano, para resolver definitivamente os problemas de 1982 e de 1983.

O Sr. Hélio Gueiros — Não foi resolvido Exª: foi adiado.

O SR. JOSE LINS — E uma injustiça. Como é outra injustiça dizer que essa solução nos foi imposta pelo FMI! Não foi! O FMI esteve aqui duas semanas, e só, nobre Senador.

O Sr. Hélio Gueiros — E só depois saiu o empréstimo.

O SR. JOSE LINS — Uma prova de que os atos dos Ministros são independentes e de que o Fundo Monetário não veio senão analisar as nossas intenções para tomar as suas decisões, é que, agora mesmo, o Governo Federal adotou a maxidesvalorização, medida que não estava prevista no acordo então estabelecido.

Prevista-se um acréscimo mensal de 1% na taxa de câmbio sobre a inflação. Agora o Governo, tendo em conta os interesses nacionais, toma a decisão de desvalorizar o cruzeiro em 30%.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSE LINS — Não cabe nenhuma...

O Sr. Hélio Gueiros — V. Exª acredita mesmo que o FMI não sabia mesmo da maxidesvalorização?

O SR. JOSE LINS — Podia até saber, mas ele não decidiu sobre ela. Nem estava nos planos iniciais...

O Sr. Hélio Gueiros — Se outras pessoas no Brasil souberam!

O SR. JOSE LINS — ...propostos ao FMI e que serviram de base às negociações.

E preciso chamar a atenção, é preciso reconhecer, nobre Senador Gueiros, que passamos um perigo dos maiores. E por quê? Porque se alguém lá fora nos corta a veia jugular, a salvação se torna muito difícil.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSE LINS — Se os bancos brasileiros estancam de uma vez todo o fluxo de dinheiro para as nossas empresas, seria uma catástrofe. Todas elas sofreriam muito e quase todas iriam à bancarrota. Ora, isso é que está acontecendo com os países em desenvolvimento. São 28 países, nobre Senador Virgílio Távora, em dificuldades, desde o começo de 1982 até hoje.

O Sr. Hélio Gueiros — Isso não é consolo.

O SR. JOSE LINS — Não. Não é consolo. É um alerta. E dentre eles o Brasil teve a inteligência de resolver com sabedoria os seus problemas, apesar de todas as dificuldades, sem deixar de pagar um tostão dos juros, um tostão do principal e adotando um esquema de ação que só vai depender de nós. E por isso que elogio os Ministros da Fazenda e do Planejamento.

O Sr. Virgílio Távora — V. Exª permite um aparte?

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSE LINS — Concedo, em primeiro lugar, o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora e, depois, ouvirei V. Exª Senador Hélio Gueiros.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto. *Fazendo soar a campainha.*) — Quero lembrar ao nobre Senador José Lins que S. Exª só dispõe de seis minutos, para terminar o seu discurso, porque temos sessão do Congresso convocada às 18 horas e 30 minutos.

O SR. JOSE LINS — Agradeço a atenção de V. Exª, Sr. Presidente.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, é para não incorrer num pecado, ou pseudopecado,

apresentado aqui à Casa, que V. Ex^a teria cometido, de aproveitar um vazio de plenário. Figura tão ilustre como o Senador Hélio Gueiros aqui está presente. E nestes dias todos, por ordem da Liderança, estávamos aguardando a presença à Casa justamente daqueles críticos maiores — Roberto Saturnino e Humberto Lucena — que apresentaram suas restrições, logo de saída, na Sessão Legislativa, à política econômico-financeira do Governo. Mas acredito que, amanhã, ou depois de amanhã S. Ex^{as} estarão por aqui, junto com o plenário cheio.

O SR. JOSE LINS — E vamos, da mesma forma, debater essa matéria.

O Sr. Virgílio Távora — E vamos debater da mesma forma, com toda tranquilidade, como V. Ex^a está fazendo.

Agora, desde já, adiantando só um ponto: de que precisa haver um pouco de serenidade para se explicar, perfeitamente, como funciona esse comércio internacional. Como são feitas as nossas importações e as nossas exportações. De que maneira, os créditos, a que prazos, e mostrar que se não fossem as ações desses homens tão malsinados, agora, teria havido, sim, um colapso na vida brasileira da noite para o dia.

O SR. JOSE LINS — V. Ex^a tem razão, eu não estou dizendo mais do que isto.

O Sr. Virgílio Távora — Não se pode fazer caso omisso da existência do mundo financeiro internacional. Não é ter qualquer objeto para exportar, ter quem queira exportar e fazer a exportação. Não se trata disto.

O SR. JOSE LINS — V. Ex^a tem razão.

O Sr. Virgílio Távora — Uma operação de importação e de exportação, principalmente em grande escala, envolve créditos a curto, a médio e a longo prazo. E todo o nosso trabalho foi justamente o de evitar a moratória que aí, sim, teria como consequência uma recessão imensa da nossa economia, com todos os seus danos. Quer dizer que procuraremos — claro, auxiliados por V. Ex^a, ou coadjuvando V. Ex^a — nas próximas sessões, quando cheio aqui, o Plenário, explicar à nobre oposição. Acho que o Governo não tem nada a esconder e a solução tomada foi a solução salvadora no momento. Não tínhamos a menor dúvida. Nós não podíamos, da noite para o dia, dentro desta Pátria, dizer: vamos viver para nós mesmos.

O SR. JOSE LINS — Não sou, nobre Senador Virgílio Távora, da mesma opinião dos agoureiros, segundo a qual seria melhor a moratória. Essa seria desastrosa. Aliás, não era minha intenção debater hoje esse assunto. Pretendo analisá-lo melhor. Eu pretendia fazer apenas uma pequena análise do problema do petróleo no Mundo, para mostrar que a decisão do Governo sobre os acordos bilaterais de comércio é sumamente importante...

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSE LINS — Um momento, nobre Senador. ...para elevar o saldo da nossa balança comercial, o que é fundamental.

Mas, voltarei a este assunto, quando o plenário contar com mais presenças. Não pelas razões le-

vantadas pelo nobre Senador Hélio Gueiros. S. Ex^a foi injusto até consigo mesmo. S. Ex^a tem mostrado um brilhantismo que, por si, desmente o que disse.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Concedo o aparte ao nobre Senador Hélio Gueiros e depois ouvirei V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto. *Fazendo soar a campainha*) — Sr. Senador, nós estamos apenas a 2 minutos do início da sessão do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ LINS — Terminarei imediatamente, Sr. Presidente, e pedirei que V. Ex^a, Sr. Senador Hélio Gueiros, seja o mais breve possível.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador José Lins, o meu aparte foi solicitado na hora em que V. Ex^a puxava esse jornal e fazia uma nova revelação das boas intenções do Governo. Quero dizer a V. Ex^a, e que V. Ex^a é um dos mais eficientes, brilhantes e permanentes parlamentares nesta Casa...

O SR. JOSÉ LINS — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Hélio Gueiros — ... que, ao longo de 15, 16 anos, leio em jornal, em revista, em entrevistas e em televisão, declaração de boas intenções do Governo a respeito das soluções de todos os problemas de âmbito nacional. Então, em matéria de planejamento, de projetar e de tudo ficar certinho e direitinho, ninguém bate o atual Governo e os atuais responsáveis pela economia brasileira. Mas V. Ex^a vai verificar como, por exemplo, esse cálculo de seis bilhões de dólares de superávit, este ano, na balança comercial não será atingido; Não sou técnico, não sou economista, não sou financista, mas eu seria capaz de, violando a ética parlamentar, ou regimental, fazer uma aposta com V. Ex^a de que o Brasil não vai ter esses seis bilhões de dólares superávit. Isso não é agouro, isso não é pessimismo; é apenas uma constatação da realidade e de uma projeção que não precisa nenhum técnico estatístico me mostrar. Qualquer cidadão brasileiro sabe fazer essa projeção, e vai verificar que o Brasil não vai ter esse superávit de seis bilhões de dólares. Meu prezado Senador, pensar que o Brasil vai pagar uma dívida de cem bilhões de dólares na base de superávit de um bilhão e dois bilhões, por ano, nós vamos entrar no ano três mil e o Brasil não vai acabar de pagar a dívida dele. Muito obrigado a V. Ex^a,

O SR. JOSÉ LINS — Senador Hélio Gueiros, V. Ex^a tem o direito de agourar, V. Ex^a tem o direito de ser pessimista e de desejar que nos aconteça o pior. Mas V. Ex^a não tem o direito de dizer isso de público, de abusar do desânimo. V. Ex^a não tem o direito de desacreditar, de público, deste País, quando ele procura desdobrar-se nesse imenso esforço. Veja a diferença de atitudes entre V. Ex^a e o Governo: O Governo se esforça, o Governo trabalha e confia. O Governo põe a imaginação e a inteligência à disposição da esperança e da confiança no futuro. O Governo convoca os empresários, o Governo toma medidas para produzir mais e exportar mais. Quer ajudar, e propõe o esforço comum de todos. V. Ex^a descre.

A descrença, nobre Senador, é o caminho da derrota. É uma pena que V. Ex^a só ofereça essa descrença, ante as metas do Presidente Figueiredo, esse homem que, apesar de tudo, enfrenta toda a crise, reafirma ao povo e ao Congresso, a sua mensagem de concórdia, a sua obstinação pela abertura, cuja feição se revigora com a instalação dessa nova legislatura, o instrumento por excelência do Parlamento e dos Parlamentares, para conduzir o País a melhores dias. A contribuição de V. Ex^a é importante, por isso ela tem de ser reformulada. Abandonemos o desejo, a vontade de que aconteça o pior, pela esperança no futuro deste País. Ele merece. Muito obrigado a V. Ex^a

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SÉSSÃO DE 18-3-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Alguns dias atrás reportei-me, desta tribuna, ao problema das secas no Nordeste brasileiro, região compreendida como tal aquela que fica entre 1 e 18 graus de latitude sul e entre 35 e 47 graus de longitude oeste, cobrindo uma área de aproximadamente 1,6 milhões de quilômetros quadrados.

Disse mais: as notícias de estiagens no seminário nordestino datavam, o seu aparecimento, a partir da segunda metade do século XVII, ou seja, do ano de 1676, e aconteciam de 40 em 40 anos, passando, com o decorrer dos tempos, para a faixa de 30 em 30 anos, já caminhando para quase um século o seu surgimento de 10 em 10 e até 8 em 8 anos, períodos estes intermeados de pequenos invernos.

E fiz minha a indagação de todos: como combater a seca e seus efeitos?

Agora, o combate ao desflorestamento, de grande influência no desequilíbrio da ecologia nordestina, daí ciência a esta Casa dos estudos realizados pelo Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos — SP, que objetivam corrigir e restabelecer o perfeito equilíbrio do ciclo hidrológico do semi-árido, pondo fim ao secular drama de escassez da preciosa linfa.

É certo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que para serem atingidos tais objetivos, mister se faz, no entender dos técnicos, ser feita uma cuidadosa e criteriosa investigação, se realmente houve mudanças no clima e suas causas, o que lhes permitirá, com mais segurança, o estudo das possibilidades de reverter o processo, resolvendo dessa forma, em definitivo, o problema do Nordeste.

No entanto, acham os abalizados cientistas do CTA, se ao contrário, não hajam ocorrido mudanças, assestariam então as suas atenções, visando identificar as causas da anomalia ecológica, e se conscientizariam, sem dúvida, se, com a tecnologia atual, seria ou não possível modificar o clima da Região. — Moclimal!

O Professor Rodolpho Paes Leme Ramos, de notória competência, elaborou uma proposta de projeto — ECA — 01/75, em que trata da "Viabilidade da modificação do clima da Região Semi-Árida do Nordeste brasileiro pela absorção da energia solar por partículas de carbono".

Em mãos tenho o seu trabalho, que foi distribuído aos Srs. Senadores que visitaram o CTA, em São José dos Campos, em São Paulo, em que o culto professor o cataloga obedecendo à seguinte indexação:

- 1 — Introdução
 - 1.1 — Geral
 - 1.2 — Objetivos
- 2 — Características Meteorológicas
 - 2.1 — Climatologia da Precipitação e Aspectos Geográficos
 - 2.2 — Nebulosidade e Precipitação
- 2.3 — Inversões, Ventos e Sistemas Meteorológicos
- 2.4 — Características de Precipitação na Região Semi-Árida do Nordeste Brasileiro.
- 3 — Dispersão de Partículas de Carbono
 - 3.1 — Geral
 - 3.2 — Idéia Física
 - 3.3 — Partículas de Carbono como uma Fonte Artificial de Calor
 - 3.4 — Hipótese Física Específica
 - 3.5 — Conclusão
- 4 — Potencial da Modificação do Clima na Região Semi-Árida do Nordeste do Brasil
 - 4.1 — Geral
 - 4.2 — Geração e Dispersão das Partículas de Carbono
 - 4.3 — Incógnitas Científicas e Problemas em Potencial
 - 4.4 — Conclusão
- 5 — Proposta do Programa de Cooperação de Pesquisa

- 5.1 — Geral
- 5.2 — O Projeto
- 5.3 — Áreas de Pesquisa
- 5.4 — Operação
- 5.5 — Conclusão
- 6 — Sumário e conclusão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apresenta assim o trabalho do Dr. Paes Leme, um proscênio, que servirá de rumo, ao abalizado ecologista, dentro do qual ele assentará os seus estudos para a identificação daquilo que hoje se constitui e sempre se constituiu a indagação maior do Nordeste: — Porque as secas? Quais as causas e como evitá-las?

O Professor Paes Leme apresenta como objetivo preliminar, a viabilidade da modificação do clima do NE a longo prazo, utilizando-se para isto a absorção da energia solar por partículas de carbono, dando isto margem à aprovação de um projeto de pesquisas, isto porque, até agora, as soluções tentadas para ampliar as precipitações pluviométricas na Região Nordeste, têm sido parciais, quer no tempo, quer no espaço, exigindo uma solução permanente, dentro de uma tecnologia que o Professor Leme pretende empregar, relacionando, de logo, as grandes perguntas que merecem a devida resposta.

Interroga, então, o ilustre e culto ecologista:

- a) É viável aumentar e ou regularizar a precipitação da região pela absorção da energia solar por partículas de carbono, provocando o aumento da vegetação e, a longo prazo (digamos 20 ou 30 anos), modificar benéficamente o clima para seu estado ideal?
- b) Modificando seu clima seria possível converter essa Região que poderá se tornar cada vez mais estéril, numa fértil e promissora área?
- c) Que tipo de pesquisas seriam necessárias antes das operações de campo para a modificação?
- d) Quanto custaria essa modificação?
- e) Quanto tempo demandaria?
- f) Como pode ser feita?
- g) Quais seus benefícios em termos sociais e econômicos?
- h) Quais as organizações que poderiam ser envolvidas nessa investigação e nas operações de campo?

As respostas aos itens formulados, como outras questões que possam surgir a eles intercorrentes, devem ser respondidas, como sugere o Professor Leme, no decorrer da pesquisa proposta.

Oferece o trabalho do aludido professor detalhes sobre a "Climatologia da Precipitação e Aspectos Geográficos", como integrantes das "Características Meteorológicas" da Região, servindo-se o técnico do CTA de dados buscados nos estudos de "STRANG" — 1972 — referentes às *isoetas*, onde a de 1.200mm — limita a região semi-árida, que encerra aproximadamente — 0,9 milhões de km²; se bem que são tidas com adequada unidade para agricultura, as regiões com precipitação acima desse limite; as que ficam abaixo, não são adequadas, tanto em quantidade total como em confiabilidade.

É certo que não se deva menosprezar as chamadas "Culturas Secas", que poderão ocorrer com sucesso em determinadas áreas, vez que sejam bem planejadas, quanto ao tipo, fertilidade, tipo solo, manejo e fatores outros.

O Sr. José Lins — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Almir Pinto, ainda agora, estava o nosso colega Senador José Fragelli a dizer que nós do Nordeste somos uns angustiados com os problemas da nossa terra e que se nós resolvéssemos esse problema, certamente, muito tempo sobraria ao Senado para tratar de outras coisas, e S. Ex^a tem razão. V. Ex^a tem sido um batalhador incansável, aqui nesta Casa, como o foi, durante largos anos, lá no Ceará, como homem de cultura e como político, sempre tentando ajudar na solução desses problemas. Eu, por mim, tenho uma opinião formada há muito tempo. É claro que não co-

nheço nenhum domínio da tecnologia no qual a ciência humana não possa fazer incursões, penetrar e resolver as questões mais intrincadas. Por exemplo, a questão da previsão do tempo e, ainda, como exemplo, o problema da modificação do clima. Eu tenho analisado não só os trabalhos feitos no Brasil, no ITA, com a SUDENE, e no Conselho Nacional de Pesquisa. As opiniões entre esses dois órgãos divergem muito. Mas, tenho certeza de que a pesquisa é fundamental. O estudo, a pesquisa de todas as questões não pode ser desprezadas, mesmo porque é ela quem vai orientar soluções futuras dessas grandes dificuldades que o mundo atravessa. Para V. Ex^a ter uma idéia a quantidade de áreas que sofrem de aridez no mundo é muito grande. E a necessidade de aproveitamento de solo para sustenção de uma população mundial crescente, é visível. Quanto ao caso do Nordeste, eu tenho um profundo respeito pelos dois projetos: o MOCLIMA isto é, modificação do clima através de uma camada de partícula de carbono na atmosfera, através da qual se aumentaria a quantidade de calar sobre a água do mar e, portanto, a evaporação e a possibilidade de mais chuva para o Nordeste. Esse programa, ou esse tipo de pesquisa, foi conduzido em algumas áreas do mundo, pelo menos duas experiências foram feitas, com pouca probabilidade ou com pouco resultado. Eu acho que o Governo devia patrocinar uma terceira experiência no Nordeste, porque, de qualquer modo, é a ponta de lança do conhecimento humano, a serviço das soluções dessas grandes questões. Mas, realmente considero isso como uma questão de pesquisa. A segunda questão, a provocação de chuvas artificiais, hoje muito bem estudada, principalmente, nos países de clima frio, que tem dado resultados parciais, mas não resultados que nos animem a ter esperança de uma solução geral mais ou menos rápida, eu acho, também, que as pesquisas devam continuar. No campo da pesquisa, acho que tudo deve ser feito, os programas devem ser apoiados. Meu caro Senador, eu acho que a solução clássica, testada, usada no mundo todo, que é o aproveitamento da água, que cai em média de 700 milímetros por ano no Nordeste, e cuja irregularidade é tremenda, é o aproveitamento dessa água através de uma coisa simples, conhecida no mundo todo, que é a irrigação. Acho que esta é a grande questão e o Governo devia encampá-la. Aliás, o Presidente Figueiredo tem dado uma grande ajuda e o Ministro Andreazza tem sido um batalhador incansável. Mas, é muito importante que a gente não perca de vista esta solução clássica, porque um milhão de hectares irrigados no Nordeste, — um milhão de hectares não vale muita coisa porque o México tem cinco milhões, a Espanha tem 5 milhões, os Estados Unidos tem 50 milhões a China mais de 60 milhões — então, um milhão de hectares no nordeste seria bastante viável. E só esse milhão de hectares empregaria mais gente e produziria muito mais em termo de agricultura do que tudo que se faz no Nordeste, hoje.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte do meu nobre colega, como eu filho do sofrido Nordeste. E começo por dizer que eu invejo a sorte do Senador Fragelli. Na verdade, o Nordeste brasileiro não teve a felicidade do Mato Grosso, de Goiás, e Minas Gerais, afora, aquela que está dentro do polígono das secas.

Nesta Casa, nós vemos as duas coisas interessantes: deste lado, meu lado direito, está o Nordeste. Aliás, o Nordeste e o Nordeste, mais o Nordeste. Ressalvo o nobre Senador Gabriel Hermes, que goza da abundância das águas do Tocantins e o distinto colega Raimundo Parente, presente sessão que se deleita em ver o belo encontro das águas do Rio Negro com as do Amazonas, o Rio Mar! O Nordeste é bem presente ao plenário do Senado. Isto por quê! Porque temos que pedir, que reclamar, que exigir, dos poderes públicos alguma coisa que melhore nossa situação econômica, nossa situação de filhos de uma região que padece a falta do precioso líquido, e por isto não produzimos o que poderíamos produzir.

O Sr. José Lins — Eu me referi à irrigação, porque nós temos ...

O SR. ALMIR PINTO — Irrigação. Mas, para ter irrigação, é preciso água.

O Sr. José Lins — Se nós conseguirmos irrigar com a água que já está nos açudes, por exemplo, em Orós que tem 4 bilhões de metros cúbicos, já se poderia dar um chute bem grande na miséria.

O SR. ALMIR PINTO — Mas para a irrigação, nobre Senador José Fragelli, é preciso água. Acho que o CTA está partindo para uma solução parcial, buscando encontrar pelas pesquisas uma solução permanente. Mas se para a irrigação é preciso água, fez-me lembrar a estória de um cidadão que chegou um pouco tarde à casa de um sertanejo e disse estar morrendo de fome. Então, a dona da casa perguntou: o Senhor está morrendo de fome ... estou com muita pena do senhor. O Senhor gosta de pipoca? "respondeu o viandante: adoro pipoca". — "Ah, se eu tivesse milho, para fazer pipocas! ..." (Risos.) Assim é a questão da irrigação. Ah, se houvesse água para fazer a irrigação! E água tem; na verdade lá estão os açudes: Orós, Banabuiú, General Sampaio, Pentecostes, Lima Campos, onde estão implantados projetos de irrigação. Mas é como eu já disse aqui, da tribuna do Senado: para o Nordeste, ou não se faz nada ou, quando se faz, faz-se, no máximo, um terço do todo, planejado e estudado. V. Ex^a também esteve presente quando nós visitamos com outros Senadores, o projeto de irrigação Curuparaipaba. Quantos hectares foram desapropriados para serem irrigados? Nove mil hectares. Quantos hectares estão irrigados? Três mil. Por que não se irrigou os nove mil? Após assistirmos a inauguração da válvula dispersora do Orós, tivemos oportunidade de visitar um excelente projeto que V. Ex^a imaginou quando Superintendente da SUDENE, o Projeto Sertanejo. Estivemos juntos, eu, V. Ex^a e o Ministro Mário Andreazza, em uma pequena faixa de terra de 3 hectares, em que um cidadão, pai de dezessete filhos, estava visivelmente alegre satisfeito, com um poço amazônico e com uma motobomba velha. Fez daqueles três hectares a coisa mais bela do mundo. Pai de dezessete filhos, os de nove anos para cima, cada um com aquele aparelho que a SUCAM usa para borrficar, no combate à malária e à doença de Chagas; só que, ao invés de inseticida, é água, para com um pequeno chuveiro, aguarem o plantio de feijão e milho. Visitamos mais adiante o projeto Lima Campos de irrigação. Agora eu pergunto: quantos hectares estão desapropriados nesse Projeto de Lima Campos? Treze mil hectares. Quantos estão irrigados? Quatro mil. O único projeto que, na verdade, se complementou, parece que foi o de Morada Nova, que, logo no começo, deu problemas, porque salinizou e corrigiram o terreno; essa parte eu não sei bem, V. Ex^a sabe perfeitamente como foi feita a correção. É um verdadeiro oásis no sertão central do Ceará o Projeto Morada Nova irrigado pelas águas do açude Banabuiú. Todo mundo sabe, e eu disse de certa feita ao Ministro Mário Andreazza e tenho dito desta tribuna repetidas vezes: Sr. Ministro, já estou homem sentindo, tenho acompanhado muitas secas no Nordeste, principalmente no meu Estado. E nunca ouvi dizer que houvesse seca no Nordeste sem que chovesse. Agora, o que acontece? Os rios não são barrados, as águas vão todas para o mar. É certo que o Ministro Mário Andreazza despertou em tempo, para a solução exata do problema. Passou a barrar os rios do Nordeste e a construir pequenos, médios e grandes açudes. Dou notícia do barramento do rio que banha a minha cidade natal Lavras da Mangabeira, no sul do Estado do Ceará, onde já tinha duas barragens e ele fez mais sete. Já choveu na região. O rio Salgado desceu com bastante água, represada pelas barragens, propiciando, assim, o plantio de uma lavoura de subsistência.

Na verdade, estou inteiramente de acordo com V. Ex^a Senador José Lins: o problema do Nordeste é irrigação. Tanto isto é verdade que em 1981, ano que choveu pouco, comparado com o ano 80 que choveu um pouco mais

o que aconteceu? Em decorrência da irrigação existente o ano de 81, que foi de pouca chuva, produziu mais cultura que o ano de 80. Estou inteiramente de acordo com V. Ex^a, porque assistimos o milagre da irrigação. Sr. Presidente: continuarei o meu discurso com os dados que pude coligar sobre os estudos do CTA. Não é de se dizer que vai-se modificar o céu do Nordeste; não; modificar, sim! Busca-se um artifício científico — através do MOCLIMA. Nós sabemos que os meios naturais são estes: o reflorestamento, não permitir o desflorestamento; a construção de açudes — tendo água torna-se mais fácil atrair água. Isto é que é importante. Preconizam os técnicos do CTA a queima de partículas de carbono na atmosfera; formam-se nuvens que serão tangidas para os continentes através dos eventos alísios, que sopram no Nordeste brasileiro uma dádiva dos céus! Se aquelas nuvens não caírem, aí sim, dar-se-á a nucleação; os aviões vão lá, e com uma solução de cloreto de sódio, bombardeiam as nuvens e a água cairá. Isso é o que se propõe fazer, é modificar o clima. Não deixa de ser uma montagem matemática, os estudos que estão sendo realizados em São José dos Campos, porém, até hoje, de uma segurança que ninguém pode dizer que não seja verdade o que está previsto pelo CTA.

Nós estamos entrando no quinto ano de estiagem. Estive no Ceará agora e chove pouco. São chuvas espaçadas, algumas caem fortes. O esperançoso sertanejo faz a 1^a, a 2^a e até a 3^a plantação e a chuva não aparece e o prejuízo é total! Ainda há poucos dias o Senador Helvídio Nunes me dizia que, lá no Piauí, já estavam na terceira plantação e, que como as duas anteriores, seria liquidada pela falta do precioso líquido. Seca é chover fora de tempo.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Almir Pinto, quero, em primeiro lugar, ressaltar a importância do pronunciamento de V. Ex^a. O meu objetivo com esse aparte foi complementar a informação que V. Ex^a está trazendo, aliás com brilhantismo. Eu, sinceramente, não acredito em nenhum exercício de aritmética para se perder tempo por 5 anos, porque não há no mundo nenhuma tecnologia que garanta esta previsão a prazo tão longo. O Nordeste é uma terra sofrida que chove hoje, não chove amanhã, então, essas previsões até parcialmente podem se cumprir sem muita probabilidade de erro. O que eu quero dizer é que não acredito, e a tecnologia do mundo diz que não se pode prever senão com alguns meses que direi por 5 anos? Quanto ao resto, no mais, é aquela história tão conhecida, nós temos uma média de 700 milímetros de água por ano, ela pode ser reservada nos açudes e pode ser levada dos açudes para molhar o chão. É a ideia comum e certamente é importante. V. Ex^a conhece bem e a defende com muito brilhantismo.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço a V. Ex^a mas apenas quero dizer que o CTA está justamente com aquela incumbência de encontrar meios, que a ciência aponte o caminho certo para modificar, um pouco para melhor, o clima do Nordeste. É isso que está o CTA querendo fazer e para isto necessita, não resta a menor dúvida, do apoio integral do Governo Federal.

O Sr. José Lins — Essas pesquisas, certamente, são importantes.

O SR. ALMIR PINTO — Pois é, não resta a menor dúvida. Eu disse aqui, logo que voltei lá do CTA, em São José dos Campos, que eles pediam, no primeiro ano em 1979, alguns milhões de cruzeiros que não chegavam nem a 300 milhões, tudo isso para que? Para irem se aparelhando. Só um navio desses já encostados do antigo Lóide Brasileiro, lá no Nordeste, não sei se com aquele tubo de lança-torpedo, para fazer o lançamento das partículas de carbono na atmosfera, para com a queima

formarem-se nuvens, que seriam como já disse tocadas para o continente pelos ventos alísios. Por conseguinte, é isso que, o CTA está querendo fazer.

Sabe V. Ex^a que no Ceará nós temos um bom trabalho, bem montado, bem estruturado o da FUNCEME, para a nucleação e consequente precipitação de chuvas artificiais. Mas se não há núvens não se pode nuclear.

Então, o MOCLIMA prevê a criação de núvens que possam ser nucleadas.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Gabriel Hermes — Eu achei interessante a referência de V. Ex^a com relação ao Nordeste e a outros pontos que considera mais feliz porque têm muita água. Mas olhe e observe que o problema é dos dois lados.

O SR. ALMIR PINTO — Como?

O Sr. Gabriel Hermes — O problema é dos dois lados. O excesso de água quantos males, quantas tristezas, quantos desastres e quantas famílias não prejudica a cada ano neste País, no Sul e na nossa Amazônia? Agora, apenas tomei a oportunidade deste aparte para dizer a V. Ex^a que os nordestinos devem lutar ainda muito mais do que lutam — e já lutam bastante. O Nordeste que tem 1/3 da população do Brasil, a população que dominou e garantiu para o Brasil as fronteiras da Amazônia, do Acre e de outros pontos extremos, onde se jogou o nordestino sofrido em busca da borracha e um lugar para viver e com isso se garantiu essas fronteiras. O Nordeste — repito — é 1/3 da população do Brasil e 1/3 do qual 1/3, pelo menos, entristece o mundo e o Brasil, quando se vê na televisão, quando se visita o Nordeste, quando se lê a história do que ocorreu, através de tantas e tantas vezes em que o nordestino foi espantado de suas terras ricas e pobres, ao mesmo tempo, pela seca, só me resta pedir a V. Ex^a que continue a lutar, a convocar os mais novos a lutar e cobrem agora, porque o Nordeste deu ao Governo, ao Presidente Figueiredo, à Nação a vitória do PDS, cobrem soluções, mas soluções as mais rápidas possíveis para que desapareça esta tristeza do Brasil de termos milhões de homens, milhões de famílias, milhões de crianças e que, porque não dizer, é uma situação que nos envergonha a todos se não dermos uma solução para o problema da falta de água que, aliás, pode ser resolvido.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Desejo esclarecer a V. Ex^a que, por exemplo, o excesso de chuvas em determinadas regiões do Brasil, como na Amazônia — e V. Ex^a sabe porque é um homem de lá, o nobre Senador José Frágelli também, como homem do Mato Grosso do Sul e o Senador Mauro Borges como homem de Goiás — ocorrem porque, por enquanto, ainda não houve aquela agressão à floresta amazônica como a que houve na floresta atlântica, que foi ela devastada pelo machado bronco e, assim, o Nordeste padece desde então. Quem sabe, aumentando a devastação da floresta amazônica, se não vá isto ter uma influência ainda maior no problema ecológico do próprio Nordeste? Não resta a menor dúvida. Acredito que uma coisa levará à outra.

O Sr. Helvídio Nunes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Tem o aparte V. Ex^a.

O Sr. Helvídio Nunes — Eminentíssimo Senador Almir Pinto, eu conheço o estudo feito pelo CTA e também conheço o realizado pelo CNPq. O do CNPq afirma que não existe rigor científico nos estudos feitos pelo CTA. Essa briga é irrelevante para nós, os representantes do Nordeste. Deixemos aos técnicos a tarefa de, cientificamente, demonstrar qual a melhor solução. Do ponto de vista prático, estou com o Senador José Lins. Parece-me que, se conseguirmos acumular as águas que, anualmente, são despejadas na nossa Região e se pudermos apro-

veitar essas águas, teremos, pelo menos, resolvido pela metade o grande problema da nossa Região. A contribuição que desejo dar, realmente, ao discurso de V. Ex^a, é lembrar que parece que não se fazem, que não se realizam obras sem o numerário, sem o dinheiro, sem os recursos suficientes. É isto que está faltando ao Nordeste. Os programas especiais são muitos: o Projeto Sertanejo, o PRÓVÁRZEAS, o PROTERRA. Os interessados vão aos bancos e, sistematicamente, os bancos afirmam que não têm disponibilidade, que não têm recursos. Talvez, aí, eminente Senador, esteja o "xis" da questão. Não adiantam os programas, não adiantam...

O SR. ALMIR PINTO — As siglas.

O Sr. Helvídio Nunes — ...as siglas, não adianta o trabalho indormido, realizado pelo Ministro Mário Andreazza, se por trás de tudo, a sustentar tudo, não forem remetidos os recursos suficientes para a execução dessas providências.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a. Devo dizer que sou também partidário do ponto de vista do Senador José Lins. Tanto é que tenho lutado, aqui, na tribuna do Senado, pela irrigação. Agora, para obtermos maior segurança na irrigação, necessário se faz que consigamos modificar o clima, para que possa haver maior precipitação pluviométrica. O importante é que não haja solução de continuidade com relação à irrigação.

Ouç o aparte do nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Almir Pinto, V. Ex^a trouxe ao debate nesta tarde uma das velhas indagações da vida econômica brasileira: como solucionar o problema da seca no Nordeste, V. Ex^a fez inicialmente, referências que, desde o Século XVII, se tem conhecimento na literatura brasileira do problema das secas. Mas foi convivendo com as secas que o Nordeste, até quase meados deste Século, liderou a economia brasileira, inclusive, a economia de exportação. Fomos e temos sido, ao longo dos séculos, uma das mais importantes, das mais ricas e das mais poderosas regiões. O que tem ocorrido no Nordeste, nobre Senador, é que nunca enfrentamos o problema básico: o problema das relações de produção na região, o problema político nas soluções das causas que são conhecidas da tecnologia no combate às secas. O nordestino, talvez por formação cultural, gosta de obras faraônicas, nunca procurou a sua administração regional e a própria administração central, a solução dos problemas básicos do combate às secas que foram expostos aqui, com tanta rapidez e facilidade, fazendo-se a irrigação, que é uma tecnologia de antes de Cristo, ela vem de antes de Cristo. Os egípcios já faziam irrigação com o Nilo. Ontem eu tive o desprazer de ouvir aqui, nesta Casa, o anúncio de uma CPI para examinar as causas da pobreza absoluta do Nordeste. Confesso que fiquei constrangido em ver que, mais uma vez, o Congresso brasileiro vai se debater num problema, primeiro, que ele não é só nordestino, não há exclusividade na miséria absoluta do Nordeste. Miséria absoluta nós temos, hoje, na periferia do Rio de Janeiro, São Paulo, de Goiânia, de Brasília e de Belo Horizonte. Nós somos, nobre Senador, uma das regiões mais ricas, inclusive de clima, do Brasil. O Nordeste é mais rico que Goiás, porque não temos problema de cerrado. Nós temos bons solos, nós temos disponibilidade de água, porque temos o Rio São Francisco, que já podia ter sido canalizado para toda região, e já ter resolvido o problema da irrigação. É que os recursos destinados à nossa Região, são consumidos, muitas vezes, em obras secundárias, em obras para ostentação de Governos, para inaugurações; os problemas básicos do nordestino, de relações de produção, problema fundiário esse é fundamental. A nossa região úmida, a faixa do litoral nordestino, é uma das melhores regiões do Brasil. Nós temos, na Bahia, o melhor massapê do mundo, só igual a das terras pretas da União Soviética. No entanto, essas terras, ou não são cultivadas ou elas não têm o destino que deveriam ter. De modo

que eu acho que a solução do Nordeste é aquela preconizada pelo atual Governador de Pernambuco: é decisão política da região de resolvê-lo através de mecanismos jurídicos, legislativos, de lei, mas sobretudo da vontade de todos nós, de nos voltarmos para os problemas básicos, porque os problemas de tecnologia já estão resolvidos. Não importa saber as causas da seca porque há várias razões, desde a devastação da Mata Atlântica até as nuvens e as manchas solares, que dão acesso à simultaneidade e continuidade de, entre anos e anos, haver o fenômeno cíclicos da seca. Os Anais do Senado e da Câmara estão cheios de discursos e literaturas de retórica da nossa Região. Acho que está na hora de nos recolhermos à nossa própria meditação e nos convencermos, primeiro, de que não devemos ser um problema nacional. Nós devemos nos somar para dar uma solução definitiva ao problema da seca, porque está à altura da nossa decisão política e da tecnologia de que nós dispomos.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador, culto agrônomo nordestino. V. Ex^a tem uma cultura vastíssima, nós todos reconhecemos o seu preparo científico.

De tudo que V. Ex^a diz, eu vou chegar a duas palavras do então Ministro Portella o da Educação: "Somos, mas não estamos". Somos ricos, mas não estamos ricos ainda.

Sr. Presidente, eu vou terminar. Ocorre que o tempo que o Líder tem para falar como tal é de vinte minutos e fala sempre 1 hora!... Estou inscrito para o Pequeno Expediente. Se o Líder fala 1 hora e tem somente 20 minutos, eu como inscrito tenho 30 minutos, posso falar, no mínimo, 45 minutos ou mesmo 1 hora, para haver uma igualdade. Mas vou terminar, se não mais me apartear, mas não negarei aparte a nenhum colega, porque eu desejo dissecar bem este problema do Nordeste.

Encontramos, também, no trabalho do Professor Leme, dados sobre as precipitações mínimas anuais, com incidência na parte central dos Estados da Paraíba e Pernambuco, bem como próximo à cidade de Petrolina, onde a média anual é inferior a 500 mm, existindo locais em que as precipitações não ultrapassam os 300 mm.

É sabido que o sistema orográfico exerce importante influência sobre as precipitações pluviométricas da região, principalmente, na parte oriental de Petrolina, onde as serras atingem a altitude que varia de 700 a 900 metros.

O capítulo referente a *Nebulosidade e Precipitação*, ocupa-se do tipo de nuvens, na maioria do tipo *Cumulus* e *Stratocumulus*, se bem que sejam presentes aos céus nordestinos, o *Alto cumulus*, *Altostratus* e *Cirrus*, embora em pequena quantidade. Os *Cumulonimbus* não são frequentes no Nordeste, onde a maioria das nuvens precipitáveis, é do tipo quente!

O Professor Paes Leme, ao ocupar-se dos *Ventos e Inversões* faz um detalhado estudo sobre a matéria, começando por dizer que "o Nordeste do Brasil se encontra sob regime de uma inversão de *subsistência dos alísios*, durante a maioria da estação chuvosa" quando "o vento médio na baixa e média troposfera sopra do quadrante este." E diz: — "Este fluxo advecta da umidade do Atlântico e tal situação predomina durante todo o ano". Ressalta ainda, que pelos estudos realizados, ficou patente que "a precipitação ocorra em sistemas de chuvas organizadas, que se movem de Este para Oeste, na mesma direção do fluxo predominante na baixa troposfera.

Constata-se assim que, dentro das características da precipitação na Região Semi-Árida do Nordeste Brasileiro, esta ocorre em sistemas de chuvas organizadas e não em forma de chuvas isoladas ao acaso; e mais — esses sistemas movem-se de Este para Oeste.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vistos os aspectos naturais oferecidos pela ecologia nordestina, com influência no processo hidrológico da região, passaremos a uma sucinta apreciação dos aspectos artificiais que nele poderão interferir, e que vêm me-

recendo as atenções, para um minucioso trabalho científico por parte dos que fazem o CTA.

Desponta, em ordem de grandeza a "Dispersão de Partículas de Carbono" na atmosfera, visando a viabilidade da modificação do tempo, em meso-escala, pela interceptação da energia solar por microscópicas partículas de carbono, produzindo-se assim, uma fonte de calor, já, que normalmente, esta energia, ao invadir a atmosfera, é absorvida pela superfície.

É certo, diz o Professor Paes Leme ao se reportar à Idéia Física, sobre as experiências em modificação do tempo realizadas até o presente, saber-se que o método da *dispersão de partículas de carbono*, funciona melhor sobre o oceano, onde a maioria da energia solar incidente é usada para a evaporação, não estando baixa atmosfera, na dependência de variações diurnas de temperatura.

O aludido mestre alinha em 4 itens, as questões que deverão merecer estudo e respostas. Ei-las:

a) O total da energia solar interceptada pelas nuvens de partículas de carbono em áreas específicas seriam em quantidade suficiente para permitir significativa modificação da precipitação?

b) Poderia a chuva, que normalmente se precipita sobre o oceano, ser usada para organizar sistemas de chuvas em meso-escala que se deslocariam e iriam se precipitar sobre a terra?

c) Se isto é possível, quais seriam seus efeitos sociais e econômicos?

d) Com a tecnologia atual poderia o homem resolver os problemas de engenharia, para permitir gerar as partículas de carbono em quantidade e tamanhos necessários para, economicamente, cobrir uma grande área, intensificando ou formando os aglomerados de nuvens e, assim, aumentando a precipitação?

Esclarecidos estes pontos, desde o professor ao detalhamento técnico-científico que melhor seria abordado por ele, neste Plenário ou na Comissão de Assuntos Regionais do Senado, isto, porque, são citados no trabalho científico do quilate de Gray e Frank. Este, em 1974 discutiu detalhadamente as características das *partículas negras* de carbono, como um absorvente atmosférico da radiação solar. E acrescenta: — "As partículas negras de carbono consistem de minúsculos e essencialmente esféricos grãos de carbono com pureza de 90 a 99%, sendo o restante materiais voláteis; menciona a seguir a densidade das partículas negras de carbono que dentro de um raio de 0,1 micron maximizam a absorção solar por unidade de massa, e como opina Frank, não ser o tamanho crítico!

Fala ainda o Professor Gray, sobre o aquecimento do ar ambiente, através das partículas negras de carbono e as razões da absorção.

Como se depreende é um estudo altamente — científico, fugindo assim à minha capacidade de explaná-lo.

Este, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se constitui um tema para uma ampla exposição nesta, porque refere-se à modificação do clima em meso-escala no Nordeste do Brasil, por *partículas de carbono*, demandando ainda muitas pesquisas que deverão ser feitas — muitas pesquisas, como deseja o Senador José Lins —, mesmo antes que possam os estudiosos do aumento, planejar programas de operação de campo.

Acredita o Professor Leme que muito mais deve ser aprendido (e estão bem adiantados os estudos a respeito) e respondido os quesitos por ele formulados:

a) Qual a melhor maneira de produzir as partículas de carbono a partir de navios e ou plataformas marítimas de exploração de petróleo?

b) Quais seriam os melhores hidrocarbonos combustíveis a serem usados?

c) Como seria controlado o tamanho e qualidade das partículas geradas?

d) Como se difundiriam horizontalmente e verticalmente as partículas de carbono?

e) Qual seria o efeito na instabilidade resultante do aquecimento da atmosfera?

f) Como as partículas de carbono atuariam para intensificar a evaporação e cumulus convectivos?

g) Qual seria a melhor área a ser nucleada e em que quantidade para permitir o aumento da precipitação na região semi-árida do Nordeste do Brasil?

h) Poderiam ser provocadas inundações sobre a terra próximo à costa?

i) Haveria risco de inesperadas modificações do tempo em outras regiões?

j) Qual seria a razão custo/benefício da modificação proposta?

k) Qual seria a mudança esperada no aspecto sócio-econômico da região?

l) Houve mudança no clima, tipo e quantidade da vegetação, solos, etc., nos últimos séculos?

m) Se houve, quais as causas dessa mudança?

n) Seria possível reverter o processo?

Esclarece o aludido mestre que se sente feliz em saber que o Professor e Dr. William M. Gray do Departamento de Ciências Atmosféricas da Universidade do Estado do Colorado — USA — e seus Grupos estão estudando cuidadosamente a viabilidade da modificação do tempo por partículas de carbono.

Acredita que as suas conclusões poderão ser úteis ao estudo que ele vem realizando a este respeito e propõe um programa de cooperação de pesquisa entre os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil, no sentido de realização de estudos sobre a viabilidade da modificação do clima na região semi-árida do Nordeste brasileiro.

Discrimina, então as organizações financiadoras dos programas:

a) A "United States National Science Foundation", através de seu programa de cooperação científica na América Latina pela parte americana;

b) O Conselho Nacional de Pesquisas, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, usando recursos do programa do Trópico Semi-Árido pela parte brasileira.

Estas seriam as financiadoras.

As responsáveis pela execução do projeto:

a) Colorado State University", tendo o Professor William M. Gray como orientador científico pela parte americana;

b) O Centro Técnico Aeroespacial, tendo o Professor Rodolpho Paes Leme Ramos como orientador científico pela parte brasileira.

Seria um projeto bem mais audacioso, no entendimento do Professor Leme. É fácil depreender-se que o assunto por mim abordado neste despretenso discurso envolve profundas indagações científicas, demandando por isso algum tempo para se chegar à sua inteira e completa elucidação.

Sr. Presidente, eram estes os conceitos que me propus trazer hoje, quando aqui estive na semana passada. (Muito bem! Palmas.)

ATA DA 6ª SESSÃO, REALIZADA EM 8-3-83

(Publicada no DCN (Seção II), de 9-3-83)

Retificação

No Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1983, que dispõe sobre a validade de concurso para cargo ou emprego na Administração Federal centralizada e descentralizada:

Na página 0213, 2ª coluna, após a publicação da legislação citada que acompanha o projeto,

Onde se lê:

Às Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.

Leia-se:

Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

ATA DA 9ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983
(Publicada no DCN (Seção II), de 11-3-83)

Retificação

Na publicação feita no DCN (Seção II), de 11-3-83, página 0281, no cabeçalho da Sessão,

Onde se lê:

ATA DA 10ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

Leia-se:

ATA DA 9ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

ATA DA 10ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

(Publicada no DCN (Seção II), de 11-3-83)

Retificação

Na publicação feita no DCN (Seção II), de 11-3-83, no cabeçalho da Sessão,

Onde se lê:

ATA DA 11ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983

Leia-se:

ATA DA 10ª SESSÃO, EM 10 DE MARÇO DE 1983